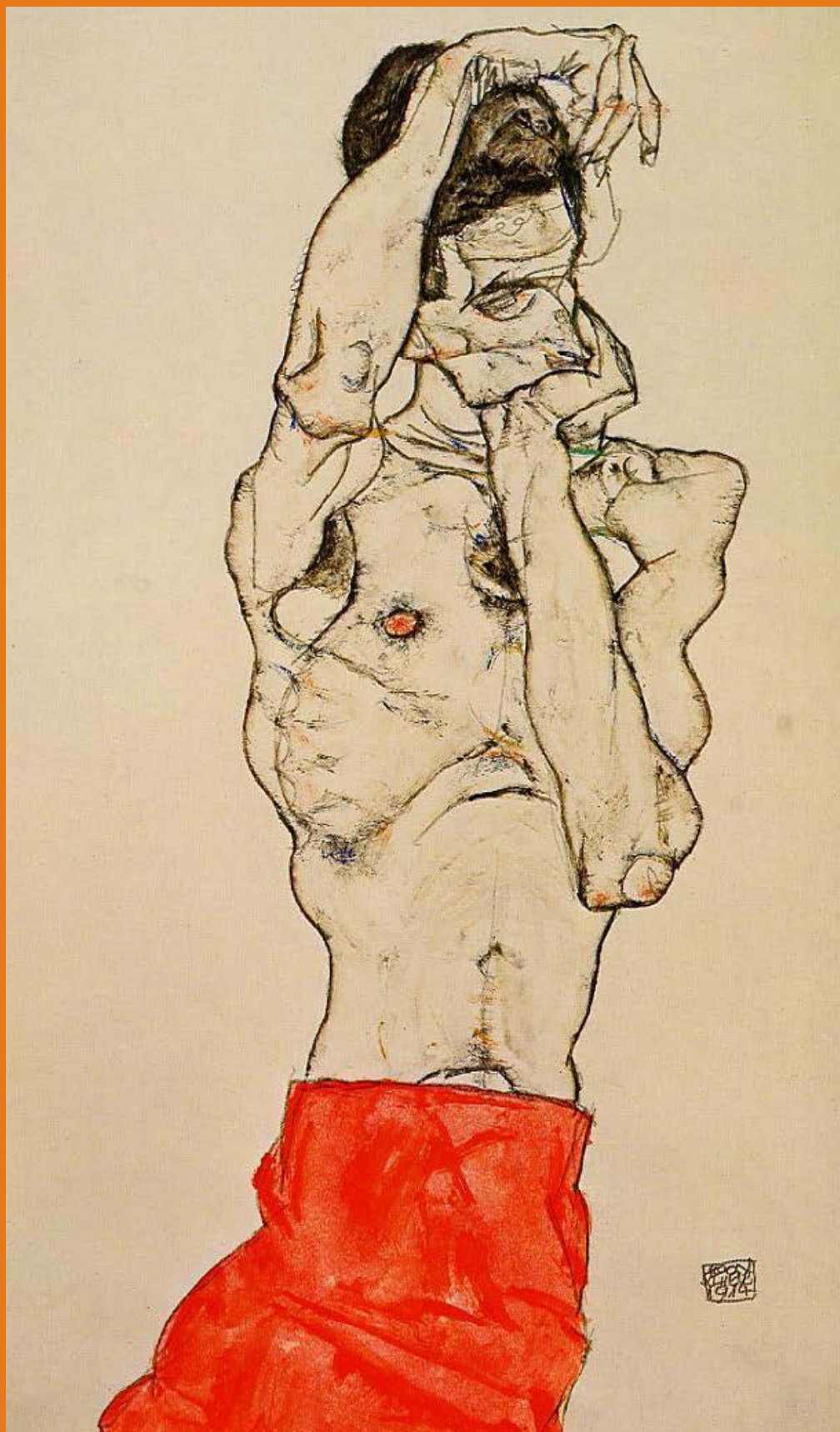


Revista do Grupo de  
Pesquisa Ciência, Saúde,  
Gênero e Sentimento -  
CISGES/UNISA/CNPq  
V.3, N.1, abril de 2020  
ISSN: 2674-9653

# PLURALISTAS



Egon Schiele  
Standing Male Nude with a Red Loincloth, 1914

## EQUIPE EDITORIAL

### Editora Chefe

Thayná Alves Rocha  
Universidade Santo Amaro

### Editores Científicos:

Alexander Willian Eugênio de Souza  
Universidade Santo Amaro

Daniel Ferreira Santos Sobrinho  
Universidade Santo Amaro

Lucciano Franco de Lira Siqueira  
Universidade Santo Amaro

Paula de Carvalho Viana  
Universidade Santo Amaro

Raquel Felício  
Universidade Santo Amaro

### Conselho Consultivo (Pareceristas):

Alana Clecy dos Santos  
Universidade Estadual do Piauí

Carolina Maia Blois Moucherek  
Universidade Santo Amaro

Caroline Vieira Schereder  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Danielle Nunes da Silva  
Universidade Santo Amaro

Daniilo Moura Monteiro  
Universidade Federal de São Paulo

Jonathan Santos Silva  
Universidade Santo Amaro

Lígia Baruque Diogo  
Universidade Santo Amaro

Valéria Ribeiro de Oliveira  
Universidade Estadual do Piauí

Vanessa Alves Goulart  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Washington Silva Siqueira  
Universidade Santo Amaro

### Design Gráfico e diagramação

Tati Rivoire

### CONTATO:

pluralistas.cisges@gmail.com

ISSN 2674-9653

P788 Pluralistas - Revista do Grupo de Pesquisa Ciência,  
Saúde, Gênero e Sentimento / Universidade  
Santo Amaro. -v.1, n.4 abril. 2020. São Paulo: Uni-  
versidade Santo Amaro.

Semestral

ISSN 2674-9653

1. Ciências Humanas - Periódicos. I. Universidade  
Santo Amaro.

CDD 300

Ficha catalográfica elaborada por Ricardo Pereira de Souza –  
CRB8/9485

## PLURALISTAS

Revista do grupo de pesquisa Ciência, Saúde,  
Gênero e Sentimento - CISGES/UNISA/CNPq  
v.1, n.4, abril de 2020.

### CONTATO

pluralistas.cisges@gmail.com

# EDITORIAL

## ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE: ESTIGMAS, MARGINALIDADES E PRECONCEITOS

Thayná Alves Rocha  
Editora Chefe

Historicamente é possível observar que os debates acerca das temáticas que tratam os diversos gêneros e as diferentes sexualidades são atuais e persistentes não somente no Brasil, mas no mundo. Apesar da matéria estar em evidência ainda evoca preconceitos e estigmas, pois em pleno século XXI são recorrentes casos de feminicídios, homofobia, transfobia, entre outras formas de violências e perseguições que atingem lugares sociais ocupados por mulheres, gays, lésbicas, trans, travestis e outras identidades caracterizadas como desviantes, abjetas ou anormais.

Diante das rupturas é dado que o Brasil se apresenta como recordista em assassinatos de pessoas transsexuais, do mesmo modo, considerado um dos piores países para se nascer mulher da América Latina. Assim, a violência se apresenta sob diversas formas: sexual, psicológica, moral, de gênero, patrimonial, física ou simbólica, esta última a mais difícil de ser reconhecida e compreendida, pois presente no dia-a-dia em discursos e práticas tratadas como normais, decorrentes do machismo e da misoginia que reforçam estereótipos negativos, anulam lugares de fala, memórias e inferiorizam corpos, compreendidos enquanto documentos.

Partindo das problemáticas que integram o tema, a Revista *Pluralistas* publica, em sua 4ª edição, o dossiê Estudos de Gênero e Sexualidade: estigmas, marginalidades e preconceitos no intui-

to de colaborar com os debates em torno das questões que atingem e remontam a dinâmica em suas dimensões interdisciplinares. O dossiê propõe a reflexão frente a uma sociedade, ainda conservadora e tradicionalista, além de celebrar os 50 anos da revolta de *Stonewall*, que cravou a luta pelos direitos do que hoje se nomina LGBTQIA+, bem como solenizar debates e lutas sociais como os que culminaram na recente criminalização da homofobia pelo STF no Brasil. Dessa forma, visa cooperar para o entendimento das mudanças, mas também das permanências.

A Revista *Pluralistas*, neste número, pretende contribuir com o debate a partir de diversas perspectivas, as quais passam pelas mulheres no âmbito acadêmico, científico, social, cultural, tratam a objetificação dos corpos e remontam filmes pornográficos, literatura, música e outras fontes de pesquisa nas quais os movimentos que envolvem as identidades LGBTQIA+ ganham espaço. Neste debate, violências físicas e simbólicas são analisadas de forma interdisciplinar e os resultados dos estudos publicados desvelam que ganhos existem, mas reiteram que tais processos não são neutros ou estão acabados, ao contrário, configuram a continuidade das lutas e das resistências.

# ARTIGOS

- MULHERES CIENTISTAS: DESAFIOS,  
(RE) CONHECIMENTO E POSSIBILIDADES 6  
MENDES, Gabriella da Silva
- VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES LÉSBICAS: ESTUPRO E 22  
LESBOFOBIA NA CONTEMPORANEIDADE  
SOUZA, Kleire Anny Pires de
- FEMINISMO E MOVIMENTO LÉSBICO EM SÃO PAULO NA DÉCADA 32  
DE 1980: O JORNAL 'CHANACOMCHANA' COMO TESTEMUNHA  
MORAES, Isabel Cristina de
- CENSURA, REPRESSÃO E TABU: MULHERES E SEXUALIDADE NAS 44  
MÚSICAS DA BANDA MULAMBA  
OLIVEIRA, Bruna Martins
- A CONDIÇÃO DE SUBALTERNA: UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA 58  
CONTRA A MULHER NEGRA NOS CONTOS *MARIA, DUZU-QUERENÇA*  
E *LUAMANDA*, DE CONCEIÇÃO EVARISTO  
CARVALHO, Maria do Carmo Moreira de
- IDENTIDADE CULTURAL: A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES 72  
GUEIXAS NO PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL  
FERREIRA, Micaela Souza
- DESUMANIZAÇÃO E OBJETIFICAÇÃO DA MULHER 88  
NOS TÍTULOS DE FILMES PORNOGRÁFICOS  
PEREIRA, Ariane Samille Ferreira
- ESTIGMA E HIV/AIDS: RESPOSTAS INTERNACIONAIS 102  
À EPIDEMIA E IMPACTO NAS IDENTIDADES LGBTI  
SIMÕES, Nathan

# ENTREVISTA

- Entrevista com Luzia Margareth Rago. 114  
Doutora em História e Professora Titular do  
Departamento de História da Universidade  
Estadual de Campinas - UNICAMP.

# SUMÁRIO

## RESUMOS EXPANDIDOS

- 121 HOMOSSEXUALIDADE CAMUFLADA?  
A MÚSICA “O VIRA” DE SECOS  
& MOLHADOS (1970)  
MOREIRA, Felipe Nunes
- 122 VOCÊ ME VÊ? INTERVENÇÕES  
ARTÍSTICAS EM POSTES  
ELÉTRICOS INSTIGANDO  
A PERCEPÇÃO URBANA NA  
CIDADE DE BAURU  
LONGHI, Mariane Santinello

## RESENHAS

- 127 A LIBERDADE É UMA LUTA  
CONSTANTE: UM CHAMADO  
PELA INTERSECÇÃO GLOBAL  
DAS LUTAS  
SOUZA, Nicaria Costa de
- 130 HEROÍNAS ANÔNIMAS  
E INTELLECTUAIS  
REVOLUCIONÁRIAS:  
EMANCIPAÇÃO FEMININA  
NA RÚSSIA SOVIÉTICA  
ROCHA, Thayná Alves
- 133 LUGAR DE FALA: UMA  
DISCUSSÃO ESTRUTURAL  
DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO  
VIANA, Paula de Carvalho

MULHERES  
CIENTISTAS:  
DESAFIOS, (RE)  
CONHECIMENTO E  
POSSIBILIDADES

ARTIGO

SCIENTIAL WOMEN:  
CHALLENGES, (RE)  
KNOWLEDGE AND  
POSSIBILITIES

MENDES,  
Gabriella da Silva

Graduada em História pelo  
Instituto de História da  
Universidade Federal do  
Rio de Janeiro.

[gabiufrj@gmail.com](mailto:gabiufrj@gmail.com)

# Resumo

Este trabalho objetiva-se a apresentar uma reflexão a respeito das mulheres na ciência, quanto aos desafios, reconhecimento e possibilidades, enquanto cientistas. Como proposta de difundir o papel das mulheres na ciência, apresentaremos a página de divulgação científica e da história das ciências, nas redes sociais: Meninas na Ciência -UFRJ. Tendo em vista pesquisas acerca da participação das mulheres na produção de conhecimento, por meio da problematização de práticas sociais, refletiremos com o intuito de contribuir para a reversão das desigualdades de oportunidades enfrentadas por pessoas pertencentes a grupos estigmatizados, tentando analisar a desconstrução de estereótipos para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Visamos desta forma apresentar e contribuir, como oportunidades de conhecer mulheres cientistas que muitas vezes permanecem invisibilizadas na sociedade.

## Palavras-chave:

Mulheres na ciência; Redes sociais; Divulgação científica; Popularização da ciência

# Abstract

This paper aims to present a reflection about women in science, about the challenges, recognition and possibilities as scientists. As a proposal to spread the role of women in science, we will present the page of science communication and the history of sciences, on social networks: Girls in Science -UFRJ. Considering research on women's participation in knowledge production, through the problematization of social practices, we will reflect in order to contribute to the reversal of the inequalities of opportunities faced by people belonging to stigmatized groups, trying to analyze the deconstruction of stereotypes promoting a fairer and more egalitarian society. We aim to present and contribute as opportunities to meet women scientists who often remain invisible in society

## Keywords:

Women in science; Social networks; Scientific divulgation; Popularization of science

# INTRODUÇÃO

Este estudo visa entender a participação feminina na Universidade Federal do Rio de Janeiro, especificamente nos Institutos de Ciência, investigando assim, a inserção e a participação das mulheres no campo da ciência moderna por meio da problematização de práticas sociais e discursos implicados na constituição das mulheres cientistas. Com objetivo de dialogar com autores dos estudos feministas da ciência e tecnologia Velho (1999), Cabral (2006) e Tabak (2002), buscaremos entender como ocorreu à inserção, trajetória e ascensão das mulheres no campo científico no Pós-Segunda Guerra Mundial.

No Brasil (INEP, 2015) e no mundo (OECD, 2017) as mulheres já são pelo menos metade dos ingressantes nas Universidades, no entanto, esta inserção ocorre de forma bastante diferente dependendo da área. Nas ciências exatas, o percentual de mulheres não passa de 30% (INEP, 2015), e esta não é somente uma característica brasileira - a média europeia e mundial é exatamente igual. No que se refere à pós-graduação (nível doutorado) os dados são espelho dessa etapa anterior na formação (CNPq, 2014) sem mencionar os cargos de chefia nos quais elas encontram ainda mais dificuldades de ascensão.

O Espaço Memorial Carlos Chagas Filho (EMCCF), localizado no Instituto de Biofísica da UFRJ (IBCCF/UFRJ) é reconhecido como lugar de memória (NORA,

1993), espaço de educação não formal (GHANEM; TRILLA, 2008), e de elevado potencial pedagógico (CHAGAS, 1999) e realiza uma série de projetos tanto relacionados à prática acadêmica quanto a extensão universitária. Sendo assim, em parceria com outros laboratórios do IBCF, pensamos na possibilidade de abordar e problematizar as questões de gênero em ciência e tecnologia como possibilidade de formar novas gerações de cientistas conscientes de que a ciência pode ser produzida por todos e para todos.

Com objetivo de entender as influências da "ameaça pelo estereótipo" (STEELE; ARONSON, 1995) na formação pessoal e profissional de crianças e jovens, e por meio da análise de dados estatísticos, é possível entender algumas razões dos baixos índices da atuação feminina em algumas áreas tornando ações extensionistas como as descritas anteriormente de suma importância com objetivo de repensar nossa prática educativa, no esforço de estabelecimento de uma "ciência democrática" que permita a inserção e ascensão de todos em todas as esferas da produção científica, inclusive no que se refere aos maiores cargos de coordenação e chefia de forma geral.

Podemos afirmar como problema e justificativa para este trabalho, a desigualdade de gênero sendo um fenômeno social e cultural em que ocorre uma discriminação entre pessoas, basicamente entre homens e mulheres. Além disso, não é um fenômeno inócuo, já que seu impacto pode ser notado em diferentes planos: trabalhista, social, familiar, etc, sendo fru-



to de fatores: sócio-culturais; preconceito e crenças sobre como cada gênero deve atuar na sociedade.

A expansão dos estudos que incorporam a mulher e a abordagem de gênero na história localiza-se no quadro de transformações por qual vem passando a história nos últimos tempos. Na área científica, os destaques femininos são cada vez mais comuns, e seria praticamente impossível tratar desses avanços sem tornar o assunto superficial.

Para as mulheres que anseiam por uma trajetória científica, é imprescindível acreditar nas suas potencialidades, para assim, quebrar este ciclo de participação, muitas vezes minoritária, neste campo.

Para realizar o que se chama de boa ciência no discurso central, a (o) cientista deve ser desinteressada (o), imparcial, neutra (o): uma espécie de deus (a) incorpóreo (a) cuja presença não interfere na pesquisa ou não é notado (a). Estas são características não conjugadas pelos seres humanos, encarnados, localizados na cultura, necessariamente parciais. Este imaginário sobre a ciência nos permite esquecer que esta é produzida e (re) produz em um determinado sistema cultural marcadamente androcêntrico, patriarcal, sexista, heterossexual, branco, elitista. Assim, o sistema científico não escapa à relação de valores hierárquicos que pressupõe, por exemplo: o gênero. (LIMA, 2008, p.1).

A partir deste recorte temático da questão de gênero, abordaremos através de dados, os espaços ocupados pelas mulheres entre 1945 e 2018, no Instituto Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF), localizado no Centro de Ciências da Saúde (CCS) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O IBCCF fundado em 1945 pelo Prof. Dr. Carlos Chagas Filho<sup>1</sup>, inicialmente como “Laboratório de Física-Biológica”, foi criado pelo decreto-lei 8.393, de 17 de dezembro de 1945, que deu autonomia à Universidade do Brasil, atual UFRJ (ALMEIDA, 2012).

Desde 1946, são produzidos livros sobre as atividades do Instituto. Esses registros apresentam informações acerca das pesquisas desenvolvidas; laboratórios; docentes, com dados numéricos atualizados anualmente. Com base nesses livros, iniciamos esta pesquisa, e durante levantamento preliminar, observamos que o IBCCF-UFRJ foi um dos primeiros institutos no país a ter mulheres na composição de seu corpo social acadêmico na área de pesquisa científica, apesar das dificuldades para as mulheres se consolidarem numa carreira de pesquisa, desenvolvendo e publicando obras. Portanto, é de grande importância visibilizar a história dessas primeiras mulheres cientistas como base histórica para discussões sobre assuntos atuais relacionados à inserção das mulheres na Ciência (AZEVEDO; CORTES, 2004).

Como objetivo geral, visamos mapear e discutir sobre a presença de

1. Carlos Chagas Filho (Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1910 - Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2000), foi um médico, professor, diplomata, cientista e ensaísta brasileiro. (INSTITUTO DE BIOFÍSICA CARLOS CHAGAS FILHO, [20--])

mulheres, pesquisadoras e docentes no IBCCF-UFRJ. E com relação aos objetivos específicos, apresentar a inserção progressiva da mulher como pesquisadora; docente; e líder de grupo no IBCCF-UFRJ; investigar sobre o número de docentes do IBCCF-UFRJ de 1945-2018; e apurar o número de docentes por gênero chefes de laboratórios e orientadores no IBCCF-UFRJ.

Metodologicamente optamos pela análise quantitativa de dados presentes em: livros, atas e ofícios, nos registros de direção e secretarias do IBCCF-UFRJ. Durante o início de levantamento do material, encontramos fontes documentais que compreendem o período de 1945-2018, onde grande parte do material irá abordar a ascensão das mulheres na ciência, com a percepção de mudanças (sociais e políticas), nessa sociedade conforme o decorrer dos períodos, pelos resultados encontrados.

Com relação ao método de interpretação utilizado para a documentação encontrada nos arquivos da instituição, utilizamos a análise de conteúdo discutido por Bardin (2008), para organizar e analisar o material que contempla o estudo de uma grande variedade de documentos, uma vez que trataremos de privilegiar todas as informações neles contidas, pois, várias descobertas para o caminho da presente pesquisa, foram apontadas graças às informações contidas em todas essas documentações, tratando-se de, entre outros, ofícios; cartas pessoais; trabalhos e atividades acadêmicas; documentos de governo.

Esse conceito foi cunhado por Nora (1993). Segundo ele, os lugares de memória se constituem a medida que essa memória acaba por ser conduzida pela história. Um lugar de memória só é, de fato, constituído em um determinado momento, quando o homem não mais se julga capaz de habitar sua memória.

O projeto:  
meninas na ciência - UFRJ

O projeto Meninas na Ciência – UFRJ se insere no CATE (coordenação de atividades de extensão do IBCCF) e foi pensado no Espaço Memorial Carlos Chagas Filho (EMCCF) com o objetivo de atrair interessados e realizar um diálogo entre as ciências. Com o claro objetivo de preservar a história do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho - IBCCF e a história da vida e da obra de seu fundador, Carlos Chagas Filho e outros pesquisadores reconhecidos como fundadores do IBCCF, o Espaço possui uma série de projetos de extensão: “Descobrimos a Biofísica”, “Espaço Memorial Carlos Chagas Filho: Divulgando a Ciência Brasileira”, “História da Ciência no Brasil: o capítulo do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho” e o “Meninas na Ciência – UFRJ”, projeto no qual esse artigo se propõe apresentar.

O Espaço Memorial Carlos Chagas Filho é um “lugar de memória”<sup>2</sup>, pesquisa e ensino que contempla dois projetos de extensão que visam à integração da universidade com a sociedade por meio da realização de atividades de divulgação científica. Reconhecido pela comunidade acadêmica como “Museu da Biofísica”, Espaço Memorial ou simplesmente Museu, esse espaço foi fundado no dia 20 de dezembro de 2000, mesmo ano da morte de Carlos Chagas Filho, após aprovação do projeto submetido pelo Professor Olaf Malm, diretor do Instituto na época e hoje coordenador de um dos projetos existentes no Espaço. É, portanto, um Museu de

Ciências universitário inserido no principal *campus* da UFRJ e, por isso, responde e segue o calendário proposto por essa Instituição. Como já foi descrito anteriormente, segundo afirmou Chagas (2002), esse espaço é híbrido, pois contempla várias temáticas e é reconhecido de várias maneiras. É comumente reconhecido pela maioria das pessoas como Espaço Memorial, nome pelo qual foi registrado na UFRJ, e como Museu de Ciências, principalmente pelo fato de se localizar no Instituto de Biofísica no Centro de Ciências da Saúde e realizar, na maior parte do tempo dispensado à visitação, práticas de Física, Química e Biologia.

O projeto em questão recebe os professores e/ou alunos do Ensino Médio, formação de professores ou licenciaturas no interior do espaço do EMCCF para realização de uma visitação à exposição com destaque às mulheres construtoras do Instituto de Biofísica. Inspirado no primeiro volume do livro “Construtores do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho” (SOUZA, 2013) a exposição temporária presente no subsolo EMCCF, visa iniciar uma reflexão acerca do número de homens e mulheres considerados e reconhecidos como construtores do IBCCF. Dos trinta e seis pesquisadores em destaque nos dois volumes do livro, apenas seis são mulheres, duas delas ainda atuantes no IBCCF e sujeitos de nossa pesquisa, visto que são parte do projeto Memória realizado através da metodologia da História Oral. O projeto Meninas da Ciência- UFRJ foi pensado a partir de estudos e números que mostram que as mulheres ou não

se interessam ou se afastam das Ciências em especial das ciências exatas por conta de uma possível “ameaça pelo estereótipo” existente nas universidades, escolas e na nossa sociedade de forma geral.

A página de divulgação nas redes sociais: Meninas na Ciência - UFRJ surge com o objetivo de apresentar artigos, notícias, divulgar e criar eventos, formas acadêmicas artísticas, científicas, e todo e qualquer meio de expressão que mostrem dados atualizados que ofereceram um breve panorama do cenário mundial da ciência e como as mulheres estão inseridas nesse meio.

Tendo em vista os mencionados dados, já no início do Projeto de extensão universitária em 2018, a página “Meninas na Ciência-UFRJ”, que visa problematizar as influências da “ameaça do estereótipo” (STEELE; ARONSON, 1995) na formação pessoal e profissional de crianças e jovens, além de promover a divulgação e popularização da ciência para todos os níveis, recebeu mais de 100 curtidas já no primeiro mês de divulgação, 266 seguidores, 3225 pessoas alcançadas por compartilhamentos de informações por semana, e 52 visualizações de vídeos publicados.

## Apresentação de números (por gênero) no IBCCF-UFRJ

Começando pelo número absoluto de docentes em 1945-1950, a participação feminina na docência do Instituto, apresentava apenas 3 (três)

pesquisadoras/professoras. Eram 19 (dezenove) pesquisadores, sendo estes 16 (dezesesseis) homens, 3 (três) mulheres, com 97% (noventa e sete) de homens docentes, para 3% (três) de mulheres docentes.

Em 1960-1970, iniciou-se no Instituto a chamada segunda geração de pesquisadores/professores, com 33 (trinta e três) homens, 6 (seis) mulheres, com 67% (sessenta e sete) de homens docentes, para 33% (trinta e três) de mulheres docentes.

Podemos observar um início de mudança neste cenário, nos anos 1980-1990, com certa estabilidade entre os pesquisadores/professores, com 31 (trinta e um) homens, 22 (vinte e duas mulheres), com 69% (sessenta e nove) de homens docentes, para 31% (trinta e um) de mulheres docentes.

Na “virada de geração científica de pesquisa”, já nos anos 2000, observamos a iniciação de crescimento e total reversão de cenário, com 44 (quarenta e quatro) homens, 52 (cinquenta e duas) mulheres, representando 46% de homens docentes, para 54% (cinquenta e quatro) de mulheres docentes.

Apresentando um “salto geracional” de 2010-2018, vemos 36 (trinta e seis) homens, 62 (sessenta e duas) mulheres, com 14% (catorze) de homens docentes, para 86% (oitenta e seis) de mulheres docentes.

Analisando esses dados, observamos que mesmo o IBCCF-UFRJ apresentando em seu corpo social mais mu-

lheres do que homens, notamos que o mesmo não ocorre ao analisarmos com cargos de chefia de laboratório. Atualmente, e na história do IBCCF, temos mais homens do que mulheres, como chefes de laboratório de pesquisa, e se avançarmos nossa análise e apresentação de dados para os níveis de chefia desses laboratórios, observamos que estas mulheres que conseguem chegar ao “topo” dos cargos, fazem pesquisas nos chamados “laboratórios de pesquisa básica”, já os homens nos chamados “laboratórios de pesquisa aplicada ou avançada”<sup>3</sup>.

Chefias de laboratórios de forma individualizada começaram a ocorrer no Instituto nos anos 1970, após a consolidação do mesmo em ensino e pesquisa na Universidade, descentralizando toda a liderança na figura de Carlos Chagas Filho.

Nos anos de 1970, podemos observar 9 (nove) homens chefes de laboratório, e 2 (duas) mulheres chefes de laboratório, representando um percentualmente 90% (noventa) de chefia masculina, para 10% (dez) de chefia feminina.

Nos anos de 1980, temos 19 (dezenove) homens chefes de laboratório, e 8 (oito) mulheres chefes de laboratório, representando um percentualmente 83% (oitenta e três) de chefia masculina, para 17% (dezessete) de chefia feminina.

Nos anos de 1990, observamos 21 (vinte e um) homens chefes de labora-

A pesquisa aplicada e a básica, são parte do desenvolvimento científico e tecnológico. Mas, possuem diferenças em seus significados, onde podemos observar essas distinções no Glossário desenvolvido pelo CNPq (2010):  
A pesquisa básica tem como objetivo gerar conhecimento que seja útil para a ciência e tecnologia, sem necessariamente haver uma aplicação prática ou para obtenção de lucro. É um modelo muito usado pelas universidades mais tradicionais, as quais não contam com financiamento de empresas e grandes corporações. Entretanto, há instituições e centros de pesquisas os quais produzem pesquisas voltadas para a indústria corporativa.  
Conhecida também como pesquisa pura, a pesquisa básica aplica o conhecimento pelo conhecimento. Ela é feita para aumentar o que sabemos sobre um determinado assunto sem necessariamente ter alguma finalidade.  
Duas perguntas primordiais para se fazer quando você for produzir uma pesquisa básica é para que serve e o porquê dos acontecimentos estudados.

tório, e 10 (dez) mulheres chefes de laboratório, representando um percentualmente 61 % (sessenta e um) de chefia masculina, para 39% (trinta e nove) de chefia feminina.

Nos anos 2000, observamos 27 (vinte e sete) homens chefes de laboratório, e 19 (dezenove) mulheres chefes de laboratório, representando um percentualmente 55% (cinquenta e cinco) de chefia masculina, para 45 % (quarenta e cinco) de chefia feminina.

A partir de 2010-2018, podemos observar 30 (trinta) homens chefes de laboratório, e 22 (vinte e duas) mulheres chefes de laboratório, representando um percentualmente 57% (cinquenta e sete) de chefia masculina, para 43% (quarenta e três) de chefia feminina, apresentando uma ligeira queda de 2%.

Analisando a distribuição total de usuários do IBCCF de acordo com o gênero em 2018, podemos ver que as mulheres são maioria em quase todas as funções, exceto nos cargos de chefia de laboratório, e em mais de 70 anos de história de instituto em cargos de coordenação ou direção, sendo ocupantes destes cargos 14 (catorze) homens, e 2 (duas) mulheres, representando 87% (oitenta e sete) de homens, para 13% (treze) de mulheres.

## Resultados

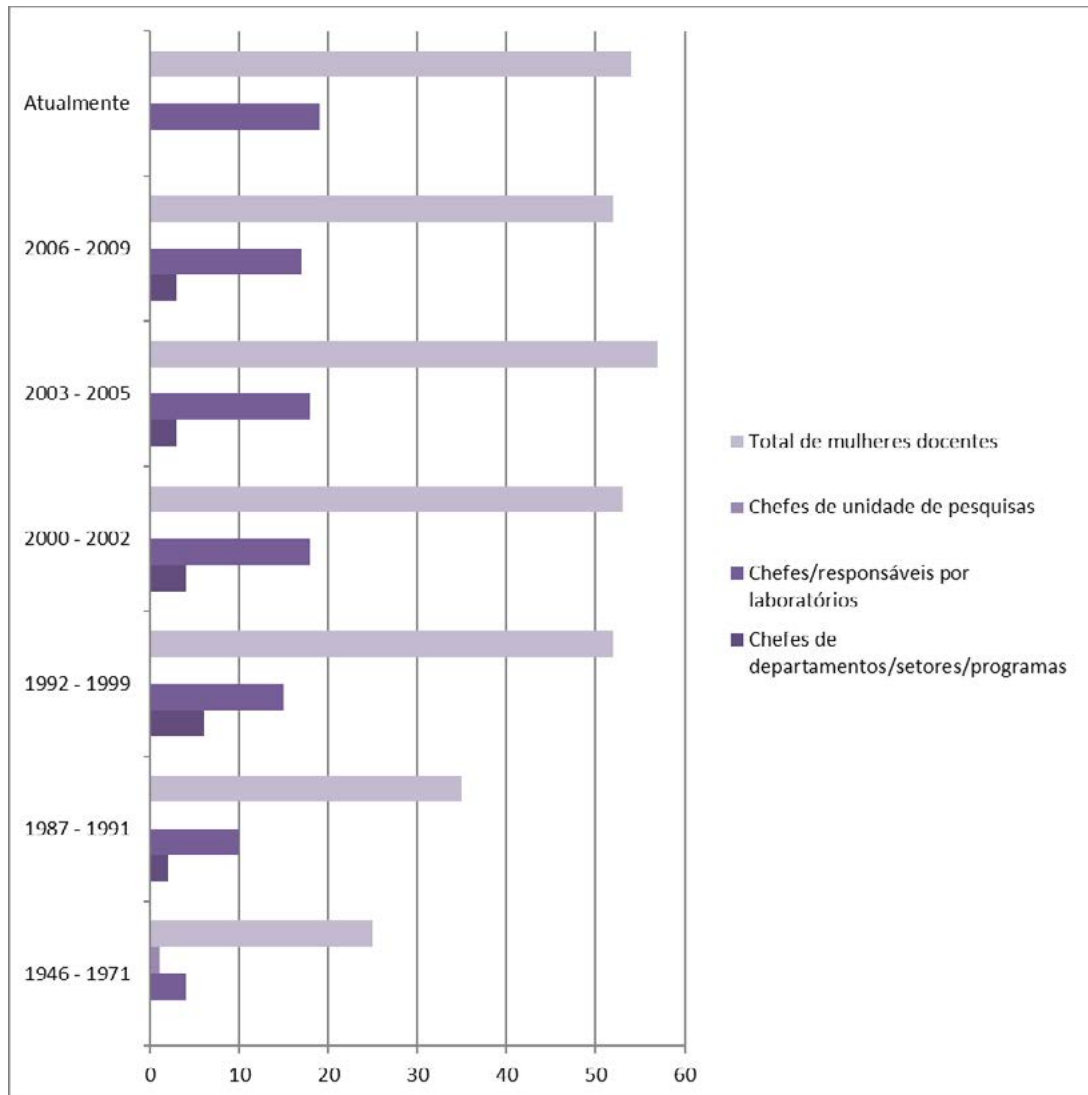
Desde a iniciação científica, vemos dados impressionantes que mostram que a ciência atual do IBCCF, é feita de 65 % (sessenta e cinco) por mulheres, para 35% (trinta e cinco) de homens, ocupando os mais diferentes níveis de formação.

Algumas mulheres foram homenageadas dentro do IBCCF, ao longo desses anos. Temos 5 (cinco) laboratórios que foram renomeados com os nomes de seus criadores. Desses 5 (cinco), 3 (três) recebem nomes de mulheres:

- Laboratório de Ultraestrutura Celular Hertha Meyer;
- Laboratório de Fisiologia Endócrina Doris Rosenthal;
- Laboratório de Físico-Química Biológica Aída Hassón-Voloch.

Para serem então difundidos não apenas na comunidade científica, mas para a comunidade em geral. A pesquisa aplicada busca gerar conhecimento para a aplicação prática e dirigida a solução de problemas que contenham objetivos anteriormente definidos. Esses objetivos podem ser de médio ou curto prazo de alcance, sendo então uma investigação direcionada pelas instituições financiadoras. A pesquisa aplicada também se relaciona com a básica pelo fato de muitas vezes determinar um uso prático para as descobertas feitas pelas pesquisas puras. Envolvendo também conhecimento disponível, de diversas fontes, visando uma utilidade econômica e social. O custo-benefício também deve compensar, já que muitos investimentos são necessários para produzir uma pesquisa na área científica e tecnológica. Esta descentralização ocorre, com a ida do Instituto para o Campus Universitário da Ilha do Fundão (Ilha do Governador - Rio de Janeiro), após a demolição do Prédio do prédio sede na Praia Vermelha (Urca - Rio de Janeiro), com a ascensão e controle da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985).

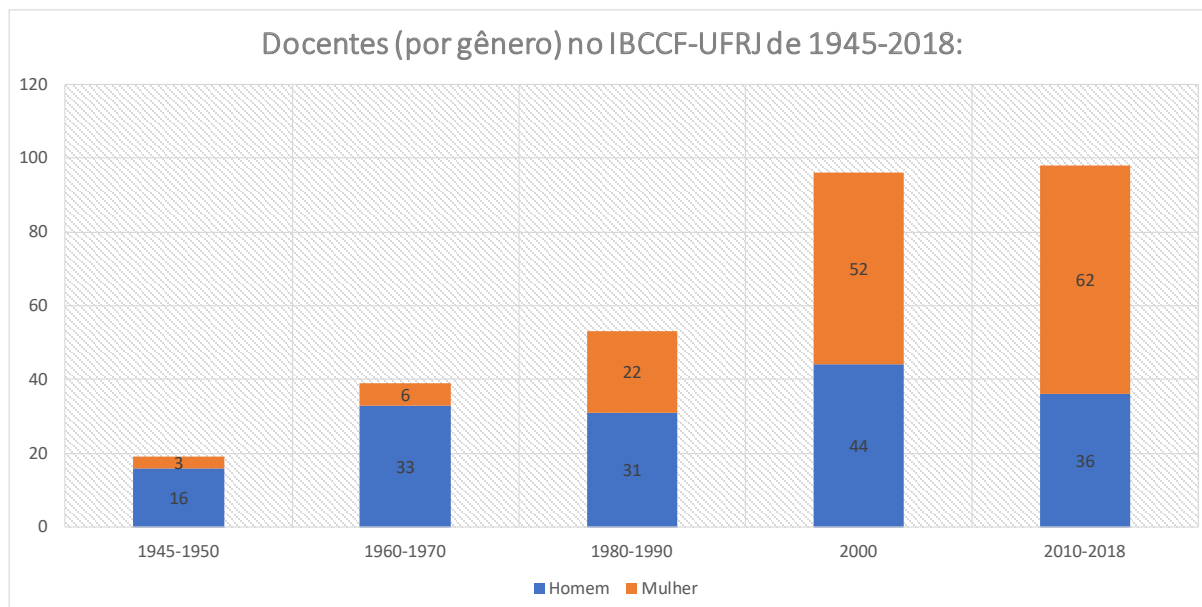
Figura 1 - Gráfico: Mulheres Cientistas do IBCCF-UFRJ em Números.



Fonte: própria autoria

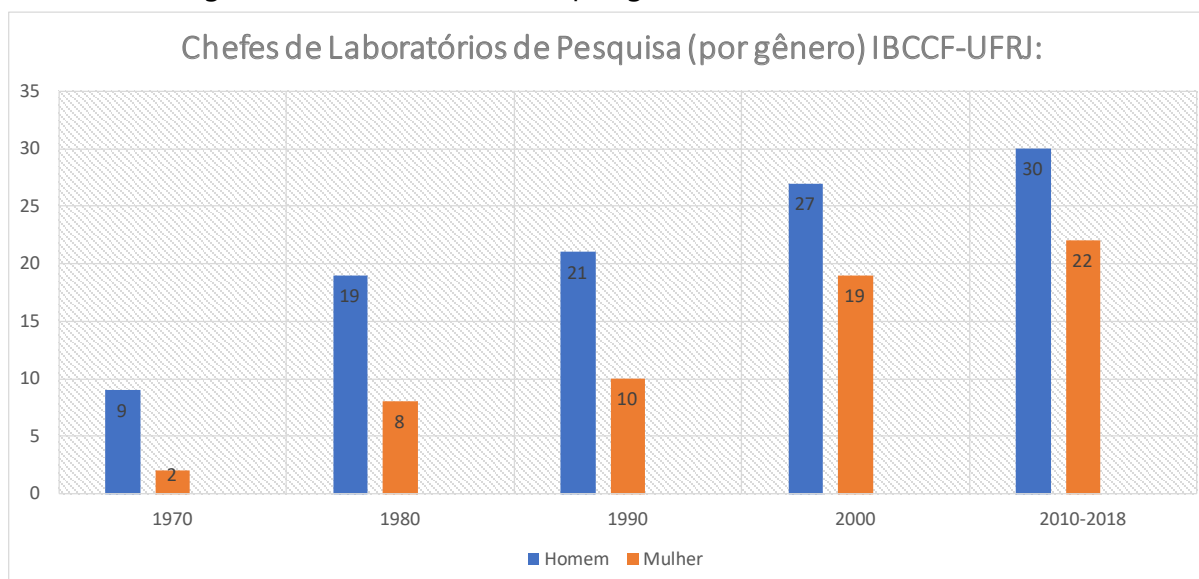
Obs.: O campo "Chefes de departamento/setores/programas" está em branco porque essa informação não está disponível. O mesmo acontece com o tópico "Chefes de unidade de pesquisas" entre 1987 até 2005.

Figura 2 – Gráfico: Chefes de Laboratório de Pesquisa do IBCCF-UFRJ (por gênero) em Números



Fonte: própria autoria

Figura 3 – Gráfico: Docentes (por gênero) do IBCCF-UFRJ em Números  
 Chefes de Laboratórios de Pesquisa (por gênero) IBCCF-UFRJ:



Fonte: própria autoria

## Discussão dos resultados

A inserção, trajetória e ascensão das mulheres no campo científico, se deu no Pós-Segunda Guerra Mundial. No Brasil (INEP, 2015) e no mundo (OECD, 2017) as mulheres já são pelo menos metade dos ingressantes nas Universidades, no entanto ela ocorre de forma bastante diferente dependendo da área, nas ciências exatas, o percentual de mulher não passa de 30% (INEP, 2015). E esta não é uma característica brasileira - a média européia e mundial é exatamente igual. No que se referem à pós-graduação (nível doutorado) os dados são espelho dessa etapa anterior na formação (CNPq, 2014) sem mencionar os cargos de chefias nos quais elas encontram ainda mais dificuldades de ascensão.

Analisando dados estatísticos e sabendo da existência da "ameaça pelo estereótipo", é possível entender algumas razões dos baixos índices da atuação feminina em algumas áreas, sendo de suma importância repensar nossa prática educativa. No esforço de estabelecimento de uma "ciência democrática" que permita a inserção e ascensão de todos em todas as esferas da produção científica inclusive no que se refere aos maiores cargos de coordenação e chefias de forma geral, como analisaram a condição das mulheres na academia os autores: Velho e León (1998), Lopes (1998) de modo a também contribuírem junto à construção da crítica feminista C&T (TOSI, 1998).

Tabak (2006) destaca que ainda persiste uma ideia de que a mulher "não gosta", não tem "vocação" para a carreira científica, e ou de que não tem a mesma "capacidade" que o homem para o raciocínio abstrato, sendo difícil "conciliar" atividade científica com a responsabilidade familiar. Destaca-se que a existência da visão dicotômica que entende mulheres como "Seres emotivos, e homens como Seres racionais", dificulta a inserção das mesmas nessas carreiras. A "onda do feminismo", como uma resposta às "supostas falhas" da faz ênfase exacerbada nas experiências de mulheres brancas de classe média-alta. Nesse momento percebemos a ascensão de uma nova ideologia de caráter pós-estruturalista do gênero e da sexualidade com ênfase na "micropolítica", como discutido por Foucault (1995).

Os novos sociólogos da ciência vêm argumentando há anos que não há nada no mundo científico que o diferencie das demais esferas da atividade humana. A ciência, como qualquer outra forma de conhecimento, é socialmente construída e incorpora os valores e práticas de seu contexto, incluindo aqueles que permeiam a relação entre gêneros. (VELHO, 2003, p. 43).

Durante as primeiras décadas do século XXI, percebemos que novos sujeitos passaram a endossar as discussões do campo dos Estudos Femi-



nistas da Ciência e da Tecnologia no Brasil. O conceito de campo cunhado por Bourdieu (1983; 2004), pensa espaço de relações, jogo e lutas, auto-ridade, competência científicas, interesses, entre outras questões estão envolvidas, para entender a sociedade e educação de forma geral (VELHO, 2003; CABRAL, 2008; 2014; 2015; BITENCOURT, 2008; MINELA, 2013). Outro pressuposto teórico a ser investigado e que será tema norteador dos encontros com os professores, é chamado de “ameaça dos estereótipos”, desenvolvida inicialmente por Steele e Aronson (1995), tenta compreender como estereótipos aplicados a determinados grupos são capazes de influenciar o funcionamento intelectual e o desenvolvimento da identidade dos membros de tais grupos. Numa dimensão pragmática, a teoria busca entender como este processo pode dificultar o desempenho acadêmico, e, principalmente, o que pode ser feito para reverter o quadro de baixo desempenho de estudantes pertencentes a minorias raciais no domínio acadêmico e das mulheres nos domínios quantitativos. Sendo assim, nesse estudo tomamos a ciência e o gênero como construções sociais, culturais, históricas e discursivas em meio a relações de poder/saber (FOCAULT, 2006). Procurando investigar a inserção e a participação das mulheres no campo da ciência moderna orientada pelos Estudos Feministas da Ciência e Estudos de Gênero.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo, portanto, é parte do projeto que visa articular diversos campos de estudos para reflexão de uma realidade cada vez mais vivenciada por nós dentro e fora da universidade. Entender as razões que afastam e atraem as mulheres para o campo da ciência moderna por meio da análise de dados quantitativos e qualitativos nos permitem pensar estratégias e ações que transformem a sociedade.

A análise de dados de diversos Institutos, as entrevistas realizadas por meio da metodologia da História Oral e a reflexão junto aos professores da educação básica e ou em formação nos auxiliarão na constituição de cursos e oficinas que atendam toda a comunidade universitária e a escola básica. O diálogo entre universidade-escola permitirá que a atuação dos pesquisadores responsáveis pelo projeto pensem em conjunto com os professores e alunos das escolas envolvidas, ações efetivas que transformem não somente a universidade, mas a sociedade, por meio de práticas sociais e diálogos cada vez mais conscientes principalmente no que tange ao debate da temática de gênero e raça e a possibilidade de desconstrução de estereótipos que de alguma forma impactem na falta de igualdade e oportunidades para todos.

Acreditamos no potencial de crescimento do Projeto, assim como o principal

meio de divulgação e popularização de nossas informações na página, que com o auxílio da parceria com o Museu EMCCF/IBCCF-UFRJ, a equipe recebe mensalmente grupos de professores, pais e alunos que se interessem por essa abordagem, e desta forma, poderemos permitir que todos tenham igualdade de acesso às todas as esferas da produção científica.

Diariamente, mulheres são fadadas a acreditar que vivem em uma situação igualitária e estável, que conquistaram todos os direitos e oportunidades possíveis. Os problemas de gênero dentro da ciência, especialmente dentro do IBCCF-UFRJ, ainda devem ser amplamente discutidos, pensados e combatidos. Não podemos basear a questão apenas em dados de crescimento igualitário, sendo que, no dia-a-dia, não acontece dessa forma.

Garantir formas de acesso e apoio, e incentivar a produção de mulheres no IBCCF-UFRJ são essenciais para valorizar o trabalho feminino no campo acadêmico, sendo um começo necessário para aprofundar essas questões, e entender essas mulheres, e suas brilhantes carreiras.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. Manual de história oral. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Darcy Fontoura de. A contribuição de Carlos Chagas Filho para a institucionalização da pesquisa científica na universidade brasileira. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2012, v.19, n.2. abr.-jun. pp.653-668.

ARONSON, J. Stereotypes threat and the intellectual test performance. of African Americans. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 69, n. 5, p. 797-811, 1995.

AZEVEDO, Nara; CORTES, Bianca Antunes; FERREIRA, Luiz Otávio; SÁ, Magali Romero. Gênero e ciência: a carreira científica de Aída Hassón-Voloch. *Cad. Pagu* n. 23 Campinas, jul./dez., p. 1-33, 2004.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2008.

BARRETO A. A Mulher no Ensino Superior Distribuição e Representatividade. *Cadernos do Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil*, n. 6, jul./dez., 2014.

BITENCOURT, Silvana Maria. Gênero e Ciência: relevância e contemplação da temática no cenário brasileiro. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero: corpo, violência e poder*. Florianópolis: Anais Eletrônicos, 2008.

BOURDIEU, Pierre. In: Ortiz, Renato (org.). *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo, Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. *Usos sociais da ciência, Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo, Unesp. 2004.

- CABRAL, Carla Giovana. O conhecimento dialogicamente situado: valores humanistas e consciência crítica de professoras do Centro Tecnológico da UFSC. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- \_\_\_\_\_. O conhecimento dialogicamente situado. *Cadernos Pagu*, n. 27, 2008.
- \_\_\_\_\_. Mapeamento de Publicações do Campo Interdisciplinar dos Estudos Feministas da Ciência e da Tecnologia. Projeto de pesquisa. Pandora: Grupo de Pesquisa Democracia e Gênero em Ciência e Tecnologia/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.
- \_\_\_\_\_. Ciência, tecnologia, mídia e igualdade de gênero: estratégias de comunicação científica. *Introdução aos Estudos CTS*. Natal: EDUFRN, 2014.
- \_\_\_\_\_. Os estudos feministas da ciência e da tecnologia no Brasil: reflexões sobre estilos e coletivos de pensamento. *Revista Ártemis*, João Pessoa, v. 20, p. 76-91, ago./dez. 2015.
- CHAGAS, M. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. In: *Cadernos de Sociomuseologia*. Centro de Estudos de Sociomuseologia, n. 13, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999.
- \_\_\_\_\_. Museu de ciência, assim é se lhe parece. In: KOPTCKE, L. S.; VALENTE, M. E. A. (Orgs.). *Caderno do Museu da Vida: o formal e o não formal na dimensão educativa do museu 2001/2002*. Rio de Janeiro: Museu da Vida; Fiocruz, 2002.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Glossário, Brasília: Ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações, 2010. Disponível em <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/glossario>. Acesso em: 11 out. 2018
- \_\_\_\_\_. Editais Abertos e Em andamento, Brasília: Ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações, 2014. Disponível em: <http://www.cnpq.br> Acesso em fev. 2014.
- \_\_\_\_\_. Séries históricas até 2012: quantitativos de bolsas por sexo. Brasília: 2012. Disponível em: <http://www.cnpq.br/series-historicas>. Acesso em: 11 out 2018.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. Michel Foucault - uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GHANEM, E; TRILLA, J. Educação formal e não formal (pontos e contrapontos). São Paulo: Editora Summus, 2008.
- INSTITUTO DE BIOFÍSICA CARLOS CHAGAS FILHO. Depoimento Carlos Chagas Filho. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, [19--] Disponível em <http://www.biof.ufrj.br/pt-br/depoimento>. Acessado em 14 set. 2018.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO

- TEIXEIRA. Dados sobre o Censo da Educação Superior, Brasília: Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/centso-da-educacao-superior>>. Acesso em: jan. 2018.
- KELLER, E. F. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 27, p. 13-34, jul./dez. 2006.
- LIMA, Betina Stefanello. Violência de Gênero nas Ciências. Florianópolis: Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder, 25 a 28 de Agosto de 2008.
- LOPES, Maria Margaret. Aventureiras nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 10, p. 345-368. 1998.
- \_\_\_\_\_. Gênero e ciências no país: exceções à regra. *Com Ciência: Mulheres na Ciência*. 2003. Disponível em: <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/mulheres/13.shtml>. Acesso em: 26 set. 2011.
- \_\_\_\_\_. Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 27, p. 35-61, jul./dez. 2006.
- MINELLA, Luzinete Simões. (2013). Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna? *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 40. 2013.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- NORA, P. (Org.). *Ensaio de Ego-História*. Lisboa: Edições 70, 1989. Rio de Janeiro, UFRJ, 2012. 156 F. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION NA DEVELOPMENT, *Health at a Glance 2017: OECD Indicators*, OECD Publishing: Paris, 2017. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1787/health\\_glance-2017](http://dx.doi.org/10.1787/health_glance-2017). Acesso: 11 out. 2018.
- SOIHET, Rachel. Contando a História dos feminismos. In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *História Oral e História das Mulheres- Rompendo Silenciamento*. São Paulo: Letra e voz, 2017.
- SOUZA, Wanderley. *Construtores do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho*. Rio de Janeiro: Corbã editora Artes Gráficas, 2013.
- STEELE, C.; ARONSON, J.. Stereotype threat and the intellectual test performance of African Americans – Fase II. *Journal of Personality and Social Psychology*, 1995.
- STEELE, C. A threat in the air: how stereotypes shape intellectual identity and performance. *American Psychologist*, v. 52, n. 6, p. 613-629, 1997.
- TABAK, Fanny. *Autoritarismo e participação política da mulher*, Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A mulher brasileira no Congresso Nacional*, Brasília, Câmara dos Deputados/ Centro de Documentação e Informação/ Coordenação de Publicações, 1989.
- \_\_\_\_\_. *O laboratório de pandora: estudos sobre a ciência no feminino*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- \_\_\_\_\_. Estudos substantivos sobre mulher e ciências no Brasil. In: COSTA, A. A.; SARDENBERG, C. M. B. (Org.). *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002. p. 39-49.

\_\_\_\_\_. Mulheres e ciência: uma história necessária. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

TOSI, Lucía. Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna. In: Cadernos Pagu: gênero, tecnologia e ciência. Campinas: Núcleo de estudos de Gênero-Unicamp, 1998.

VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VELHO, Léa; LEÓN, Elena. A construção social da produção científica por mulheres, Cadernos Pagu, Vol. 10, pp. 309-344. 1999.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: SANTOS, L. W.; ICHIKAWA, E. Y.; CARGANO, D. F. (Org.). Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento. Londrina: IAPAR, p. xiii-xviii, 2003.

\_\_\_\_\_. A construção social da produção científica por mulheres. In Cadernos Pagu: gênero, tecnologia e ciência. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero-Unicamp, 2003.

VIOLÊNCIAS CONTRA  
AS MULHERES  
LÉSBICAS: ESTUPRO  
E LESBOFOBIA NA  
CONTEMPORANEIDADE

ARTIGO

VIOLENCE'S  
AGAINST LESBIAN  
WOMEN'S: RAPE AND  
LESBOPHOBIA IN  
CONTEMPORANEITY

SOUZA,  
Kleire Anny Pires de  
Graduanda em História pela  
Universidade Federal da  
Grande Dourados. Integrante  
do programa de Educação  
Tutorial (PET), Estagiaria  
Voluntária da Cátedra Unesco

kleire@icloud.com

# Resumo

O artigo busca refletir sobre as violências contra as mulheres, em especial em relação às mulheres lésbicas, que estão sujeitas a dupla vulnerabilidade visto que além de serem mulheres tem sua sexualidade marcada contra a sexualidade dominante: a heterossexual, sendo expostas às práticas violentas chamadas de “estupro corretivo”. Ao refletirmos analiticamente sobre as violências, levando em consideração o caráter político construído num complexo sistema histórico, social e linguístico, o objetivo é pensar não somente como as violências específicas são nominadas, mas também invisibilizadas. Sendo necessário, pensar sobre a necessidade de leis específicas, em busca de proteção às mulheres lésbicas vitimadas por violências como o estupro “corretivo”, o qual, por vezes, é utilizado como instrumento para punir a sexualidade lésbica.

## Palavras-chave:

Violências contra as mulheres lésbicas; Estupro corretivo; Lesbofobia; Heterossexualidade compulsória

# Abstract

The article seeks to reflect the violence against women, specially lesbians, who are subject to double vulnerability since, apart from being women, they have their sexuality marked against a dominant one: the heterossexual; being exposed to violent practices called “corrective” rape. When reflecting analytically on violations, taking into account the political character built on a complex historical, social and linguistic system, the objective is to think not only about how specific violences are nominated, but also made invisible. Furthermore, is necessary to think about the need for specific laws, seeking protection for lesbian women victimized by violencies such as the “corrective” rape, which is sometimes used as an instrument to punish lesbian sexuality.

## Keywords:

Violences against lesbian women; Corrective Rape; Lesbophobia; Compulsory Heterosexuality

# INTRODUÇÃO

O trabalho pretende discutir as violências contra as mulheres, especialmente as mulheres lésbicas, a partir das teorias de gênero e feministas, que entendem o “feminino” e o “masculino” como construções culturais e não como determinações biológicas. Ao não nos fundamentarmos no aspecto puramente biológico, podemos desconstruir a ideia de que os homens teriam impulsos insanáveis que os levariam a cometer violências contra as mulheres, especialmente violência sexual. O que entendemos é que essa suposta permissão para o uso de práticas violentas ou corretivas são expressas em nossa cultura misógina e patriarcal. O historiador Thomas Laqueur (2001, p. 19) nos ajuda a pensar sobre as diferenças impostas pela cultura quando dispõe que o gênero “que nós consideraríamos uma categoria cultural, era primário ou ‘real’. O gênero – homem e mulher – era muito importante e fazia parte da ordem das coisas; o sexo era convencional”.

Enquanto os usos do gênero estão expressos na cultura, o sexo ou a sexualidade é dado e marcado pela linguagem. Thomas Laqueur (2001) mostra que até o século XVII os órgãos sexuais masculinos e femininos levavam os mesmos nomes e, portanto, a não diferenciação sexual fazia com que a sexualidade feminina pudesse ser redefinida, debatida, negada ou qualificada. A partir do século XVII passou-se a diferenciar o feminino e masculino, pois até então não existiam padrões rígidos

para definir os corpos, o prazer para as mulheres é negado e a sexualidade feminina volta-se apenas para finalidade de procriação e formação da família, ocupando a mulher a função de máquina reprodutora, um objeto, um não ser.

Estupro conforme a legislação penal brasileira indica: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (BRASIL, 1940). O termo “estupro corretivo” foi difundido pela primeira vez em veículos de notícias internacionais no caso Eudy Simelane, em 2008, passando a agregar sentido diferente do crime de estupro, pois afirma que a violência é perpetrada como forma de correção para uma sexualidade desviante. Segundo o texto da lei n. 13.718 de setembro de 2018, o estupro corretivo é a tentativa de controlar o comportamento social ou sexual da vítima (BRASIL, 2018).

Eudy Simelane, a atleta de futebol e ativista dos direitos LGBTQI, do Kwa-Thema, África do Sul, após ter sido estuprada, foi brutalmente assassinada, justamente por conta da sua sexualidade. O caso de Eudy Simelane, além do “estupro corretivo” também aponta para o Lesbocídio<sup>1</sup>. Dessa forma, o termo “estupro corretivo” se enquadraria no ato de cometer violência sexual contra mulheres lésbicas sob a premissa de “corrigir” sua sexualidade para a considerada socialmente “normal”, ou seja, a heterossexualidade.

O estupro é considerado um dos crimes hediondos que existem nas sociedades ocidentais contemporâneas, essa

1. Lesbocídio é quando a prática da lesbofobia chega ao viés da morte da vítima.



violência viola não só o corpo, como também o direito à vida, a liberdade, e a integridade física acarretando em traumas que marcam as vítimas para o resto de suas vidas, porém, ele se torna ainda mais cruel quando usado como arma de um sistema punitivista para corrigir a sexualidade considerada “anormal” por esse sistema heterossexual. O “estupro corretivo” é assim nominado por sua motivação, a qual carrega em si uma pretensão de corrigir algo que para o abusador é considerado errado em sua vítima, indo além da violação do corpo, ele viola a existência das mulheres lésbicas e o direito de viver livremente sua sexualidade, o direito de amar outra mulher.

A invisibilidade da discussão da temática nos motivou a escrever sobre o crime. Ademais, a legislação brasileira apenas em setembro de 2018 incluiu como agravante da pena do crime do estupro o fato do estuprador ter sido motivado pela intenção de “corrigir” a sexualidade da vítima. O que é de extrema necessidade ser problematizado visto que no Brasil, segundo pesquisas, 6 mulheres lésbicas foram estupradas por dia no ano de 2017, em um total de 2.379 casos registrados, segundo levantamento exclusivo da Gênero e Número<sup>2</sup>, a partir de dados obtidos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan, parte do Ministério da Saúde) via Lei de Acesso à Informação. Em 61% dos casos notificados, a vítima foi estuprada mais de uma vez (SILVA, 2019)

Além de mostrar o racismo na sociedade brasileira, pois, o estupro cor-

retivo de lésbicas ainda carrega a tripla vulnerabilidade de mulheres negras perante a sociedade com resquício da colonização, onde as mulheres negras são a maioria das vítimas de estupro contra lésbicas. No ano de 2017, elas representavam 58% das vítimas, seguida de brancas (35%), indígenas e amarelas (1%), segundo dados da Gênero e Número (SILVA, 2019)

A necessidade de tratarmos de temas sobre as violências sexuais contra mulheres lésbicas é urgente, ainda mais seguindo os recortes interseccionais de análise, nos levando a pensar as motivações, e a suposta ideia de correção por parte do violentador, bem como a inércia do Estado e das políticas públicas estatais em face dos crimes lesbofóbicos. Também buscaremos discutir o porquê essa prática se mantém presente ainda nos dias de hoje, mesmo com as medidas legislativas que visam reconhecer os direitos das mulheres, principalmente de uma vida livre de violências<sup>3</sup>.

## Discussões a partir do conceito de patriarcado

Mesmo que o crime de estupro tenha recebido modificações, ele demonstra que nas sociedades os homens ainda se consideram proprietários de corpos femininos, empregando-os sexualmente mesmo sem o consentimento das mulheres. A história permite expor a separação dos sexos biológicos, com margem nas sociedades que possuem por base o siste-

2. Gênero e número é uma plataforma que busca dar visibilidade aos dados sobre violência, igualdade, e debates de Gênero.

3 Dados divulgados pelo site da câmara legislativa brasileira no ano de 2018, onde aponta o aumento da ocorrência de casos de estupro corretivo. (AGENCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2018).

ma patriarcal, como molde da construção do comportamento, um sistema que se originou claramente sob essa dominância, sendo a própria palavra significação disso: *patri arcado* vinda do grego *patér* significando *pai*, e *arkhé*, *poder*, logo este é seu elemento central a dominância masculina sobre a feminina.

A historiadora Gerda Lerner (1986) em seu livro *The Creation Of Patriarchy* contribuiu para dar significado ao que é o patriarcado, explicitando que o patriarcado é a manifestação e a institucionalização do domínio dos homens sobre as mulheres dentro das esferas de poder, como a família, o Estado, e o prolongamento desse domínio masculino sobre as mulheres na sociedade como um todo. Segundo a historiadora, o sexo masculino ocupa todas as instituições importantes dentro da sociedade fazendo com que as mulheres não tenham acesso a poder algum, ficando dessa forma a mercê da dominância masculina.

As mulheres são excluídas do poder e forçadas a ser submissas, tornam-se dependentes dos homens, considerando também que normas são impostas por homens para controlar as mulheres, evitando assim que elas possam reverter essa situação de submissão. No caso das sexualidades dissidentes, portanto não incluídas na norma, como a sexualidade e o prazer feminino estavam voltados à procriação, as práticas sexuais entre mulheres estariam fora da ordem patriarcal, pois, se enquadravam como sexo não procriador.

Se há uma norma heterossexual, que impõe a todos os sujeitos as sexuali-

dades dentro da heteronormatividade, e adotada como se fosse natural e ignora as preferenciais sexuais individuais de cada pessoa, é uma imposição social que foi implantada no imaginário coletivo como um fenômeno natural, uma lei divina cristã e obrigatória onde há condenação do oposto disso e qualquer que difira desta orientação é considerado desviado e depravado. Kathleen Gough (1975) em *The Origin of the family*, para conceber a ideia da heterossexualidade compulsória, pontuando tópicos que trazem a perspectiva das instâncias onde se encontrariam esse poder masculino, Gough apresenta como exemplo negar a sexualidade da mulher, forçá-las à sexualidade hétero, comandar ou explorar o trabalho feminino, controlar ou roubar seus filhos, confinar o direito de ir e vir, usar como objeto da noção masculina do corpo, restringir o pensamento entre outras formas, pondo assim a mulher apenas como um objeto inanimado em função das vontades dos homens.

Pensando assim, as mulheres lésbicas são totalmente desviantes da norma social, pois, se a sociedade é construída sobre a dominância dos homens, mulheres que se relacionam exclusivamente com mulheres são colocadas como inimigas da sociedade patriarcal, visto que elas contestam com sua existência as normas impostas por este sistema, logo, os agentes do patriarcado tentam corrigir essas mulheres para a norma do sistema usando a violência como meio para alcançar isso.

Retomando o caso Eudy Simelane, em matéria veiculada no jornal Estadão, foi colhida a declaração com o seguin-

te teor: “(Os agressores) dizem que elas estão roubando suas namoradas. É um senso distorcido de posse e uma necessidade de proteger sua masculinidade” (FIHLANI, 2011). Tal declaração é a demonstração de como o patriarcado é nocivo e cruel com as mulheres que diferem da norma, pois, exprime um pensamento de que as mulheres lésbicas destoantes das formas patriarcais de sexualidade são inimigas e ameaçam o poder dos homens dentro da sociedade, e qualquer objeção a isso é visto como errado.

## A prática violenta como busca de “correção”

Os agressores justificam a violência afirmando que buscavam “corrigir” ou “curar” a sexualidade desviante de sua vítima.

De todas as formas de apagar a identidade lésbica, o “estupro corretivo” se mostra mais odioso, porque consiste em uma prática criminosa na qual o agressor acredita que poderá mudar a orientação sexual da lésbica através da violência sexual. Isto porque, para eles, ao praticarem tal ato, elas vão “aprender a gostar de homem”. O que não poderia ser mais desprezível e desumano. (FIGUEIRÊDO, 2013, p. 2).

A desnaturalização da homossexualidade não foi fruto só da condenação religiosa, ela foi instigada até mesmo pela ciência, “No século XIX, o amor en-

tre iguais deixou de ser visto como um pecado e passou a ser encarado como doença a ser tratada” (DIETER, 2012, p. 5). E apenas depois dos anos 90, exatamente em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) excluiu a questão da homossexualidade da lista de “doenças” e perde o seu sufixo “ismo”.

A heterossexualidade ansiava se distinguir da sexualidade anormal lido como homossexualidade daí por diante, se passa a entender a heterossexualidade em todas as esferas de instituições como sendo a natural e de ordem divina, a influência da Igreja católica colaborou de grande forma neste processo, pois condenar a homossexualidade garantia grande parte de seus interesses como a manutenção de nascimento e novos fiéis e trabalhadores a serviço dela.

A politização e culpabilização das mulheres acerca de sua sexualidade já eram impostas como erro e vergonha desde a Idade Média:

[...] centrados nos homens, tentaram disciplinar e apropriar-se do corpo feminino, destacando que os corpos das mulheres constituíram os principais objetivos — lugares privilegiados — para a implementação das técnicas de poder e das relações de poder. (FEDERICI, 2017, p. 32).

Nesse sentido o clero reconheceu que as mulheres possuíam um poder sexual que levava os homens ao pecado, acreditando necessário realizar exor-

cismos e evitar as mulheres e o sexo; transformando a sexualidade feminina em objeto de vergonha e perseguição. Instaurando principalmente tribunais e perseguições a qualquer culto com um número de mulheres. A casta patriarcal alterou totalmente a história das mentalidades no sentido da sexualidade, uma vez que a igreja munida de poder até a contemporaneidade visou perseguir as mulheres as utilizando como bodes expiatórios para seus problemas. Nessa perspectiva "A igreja intensificou seus ataques contra a "sodomia", dirigindo-os, simultaneamente, aos homossexuais e ao sexo não procriador" (BOSWELL, 1980, p. 277) e diante disso e pela primeira vez condenou a homossexualidade, "a incontinência que vai contra a natureza." (SPENCER, 1999, p. 114).

A sexualidade feminina é considerada um tabu, há séculos ela vem sendo punida, colocada como vergonhosa e até mesmo usada para inferiorizar mulheres, ao se pensar que a homossexualidade nesse contexto de Idade Média também aparece como crime severo, uma vez que, a relação entre mulheres era inútil à procriação em um contexto de baixa densidade demográfica e morte, logo conflitava com os interesses da Igreja, ansiosa por dar manutenção aos súditos e servos destinados ao trabalho laboral, sendo que a partir dessa perspectiva o estupro foi legitimado pelo Estado, segundo Silvia Federici (2017) a legalização do estupro viabilizou um clima de total violência e perseguição às mulheres colaborando para a sua degradação, indiferentemen-

te de classe social, além de anestesiar a população acerca da violência contra as mulheres e normalizar a violência sexual.

Dentro dessa lógica a cultura de estupro e a heterossexualidade compulsória, criam meios que facilitam o surgimento do estupro corretivo como uma maneira de "ajustar" socialmente esta mulher que é "errada", uma vez que, na sociedade patriarcal e heterossexual, a mulher lésbica é desviante, se tornando duplamente vulnerável, pois está totalmente a margem do "padrão" e da "norma".

A correção é colocada como "aprender" a gostar das práticas sexuais com homens, ou heterossexuais, tendo como premissa que as mulheres lésbicas somente têm suas práticas sexuais com mulheres, porque não aprenderam de outra forma, e sugerindo que a partir do momento que há uma imposição violenta do sexo heteronormativo as mulheres irão "aprender" a sexualidade correta e desejada, que se destina a procriação, o destino das mulheres.

Não se deve apenas considerar que o agressor seja doente ou mero produto de uma sociedade determinista que o moldou assim, colocá-lo como doente seria isentá-lo das responsabilidades para com a vítima, e que por mais que a sociedade seja forjada em bases misóginas ele não é um mero produto dela, e sim o criador e possibilitador da existência dela. Se uma das justificativas para as violências perpetradas por homens, seria um impulso sexual desmedido, insaciável ao seu próprio controle. "Pode ser usada para legitimar o estupro, a prostituição, o exibicionismo, a promiscuidade masculi-

na e a existência da pornografia” (BIRKE, 1986, p. 20), já que “as explicações biológicas sugerem, efetivamente, que um homem não é totalmente responsável por suas ações” (BIRKE, 1986, p. 25).

O exercício da sexualidade pelas mulheres é sempre posta como motivo de culpa e sujeita a punição por “cometer um erro”, em que são as mulheres que ocasionam as violências. Nesse sentido o estupro corretivo, pode ser visto pelos agressores como se as próprias vítimas pedissem para serem “transformadas” em mulheres de “verdade”, levando o estuprador a crer que ele, no seu papel enquanto homem, estaria fazendo algo correto e bom, uma vez que estaria corrigindo algo que está “errado”, no caso da sexualidade da vítima. Em contrapartida temos a desvinculação da culpa dos homens no exercício das violências, pois, o estupro como violência sexual está ligado a um “impulso” sexual incontrolável na maioria das vezes em que ele é notificado.

Partindo da premissa que os homens não são desencorajados a praticar o estupro corretivo, por certo sabem que são munidos de poderes frutos do patriarcado que se expressa em forma das leis do Estado, e que ainda tem em sua maioria detentores do domínio da máquina do estado o sexo masculino. Sendo eles os criadores, aplicadores, e os agentes a serviço das suas leis.

O estado é masculino na visão feminista: a lei enxerga e trata mulheres da mesma forma que homens enxergam e tratam mulheres. O esta-

do liberal coercitivamente e autoritariamente constitui a ordem social segundo o interesse dos homens enquanto gênero—por meio de suas normas legitimantes, formas, relações com a sociedade, e políticas substantivas [...] A lei, enquanto palavras no poder, escreve a sociedade na forma de um estado e inscreve o estado na sociedade. (tradução livre) (MACKINNON, 1989, p. 644-645).

Segundo o perito criminal Hélio Buchmüller (2016), as punições em casos de estupro são muito menores do que efetivamente ocorrem. As taxas de condenação por estupro no Brasil estão à margem de 1% (um por cento). O que podemos concluir ser o Estado um agente omissivo que não toma medidas cabíveis para segurança das mulheres, visto que algumas leis, como a que prevê a Segurança Nacional, traz punições mais severas para a morte de uma autoridade do que para o estupro ou morte de uma mulher.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “estupro corretivo” passou a ser reconhecido como um agravante ou uma qualificação na pena apenas em setembro de 2018 na legislação brasileira, e o fato de não estar expresso que são violências cometidas contra mulheres lés-

bicas, nos faz crer que o caminho para a visibilidade e a proteção contra essa violência específica e a lesbofobia, ainda permanece à margem de interpretação. A demora do Estado mediante a punição de estupradores e naturalização de violências nas famílias denota que a cultura patriarcal ainda é operante e cria vítimas, todos os dias. A naturalização de estruturas que legitimam as violências e impõem às mulheres a vivência da sexualidade apenas com o objetivo da procriação, e não para a vivência de seus desejos e prazeres. Essas estruturas ainda perpetuam a ideia de que homens possam “corrigir” com uso de força e violências a sexualidade de mulheres lésbicas através do estupro corretivo.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Cresce número de denúncias de estupro “corretivos” contra lésbicas, segundo especialista. Brasília: Câmara dos deputados, 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/540765-cresce-numero-de-denuncias-de-estupros-corretivos-contralesbicas-segundo-especialista/> Acesso em: 1 maio 2019

ALFREDSSON, Karin. EudySimelane. Cause of Death: Woman. [S.I.] 28 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.causeofdeathwoman.com/eudy-simelane> Acesso em: 17 de abril de 2019.

BIRKE, Lynda. Women, Feminism and Biology: The Feminist Challenge. Brighton: Wheatsheaf Books. 1986.

BOSWELL, John. Christian Tolerance and Homosexuality: Gay People in Western Europe from the Beginning of the Christian Era to the Fourteenth Century. Chicago: Chicago University Press. 1980.

BRASIL. Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código penal. Diário oficial da República Federativa do Brasil. Brasília. 7 set. 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm). Acesso em: 23 ago. 2019.

BRASIL. Lei n 7170 de 14 de dezembro de 1983. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Diário oficial República Federativa do Brasil, Brasília, 14 dez. 1983. Disponí-

vel em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7170.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7170.htm). Acesso em: 01 maio 2019.

BRASIL. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 24 set. 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm). Acesso em: 02 de maio de 2019.

BUCHMÜLLER, Hélio. Crimes Sexuais: A impunidade gerada por um estado omissivo. Aracaju: Congresso em foco. 2016. Disponível em: <https://www.abeforense.org.br/crimes-sexuais-a-impunidade-gerada-por-um-estado-omisso/> Acesso em: 01 de maio de 2019.

DIETER, Cristina Ternes. As Raízes Históricas da Homossexualidade, os avanços no campo jurídico e o prisma constitucional. Belo Horizonte: IBDFAM. 2012. Disponível em: [http://www.ibdfam.org.br/\\_img/artigos/As%20raízes%20históricas%202012\\_04\\_2012.pdf](http://www.ibdfam.org.br/_img/artigos/As%20raízes%20históricas%202012_04_2012.pdf). Acesso em: 1 de maio de 2019.

FIHLANI, Pumza. Homossexuais sul-africanos sofrem com onda de 'estupros corretivos'. O ESTADÃO, São Paulo, 4 jul. 2011. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,homossexuais-sul-africa->

[nas-sofrem-com-onda-de-estupros-corretivos,740492](https://www.estadao.com.br/noticias/geral,homossexuais-sul-africa-nas-sofrem-com-onda-de-estupros-corretivos,740492). Acesso em: 24 de ago. de 2019

FEDERICI, Sílvia. Calibã e a Bruxa. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FIGUEIRÊDO, Ticiane. Lésbicas: invisibilidade e violências. São Paulo: Agência Patrícia Galvão, 2013. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/diversas/mulheres-de-olho-antigo/28082013-lesbicas-invisibilidades-e-violencias/?print=pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2019.

GOUGH, Kathleen. "The Origin of the Family". In: REITER, Rayna (Ed.). *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press, 1975.

SILVA, Vitória Régia da. No Brasil, 6 mulheres lésbicas são estupradas por dia. GÊNERO E NÚMERO. Disponível em: <http://www.generonumero.media/no-brasil-6-mulheres-lesbicas-sao-estupradas-por-dia/>. Acesso em: 26 ago. 2019.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LERNER, Gerda. *The creation of patriarchy*. Oxford: Oxford University Press. 1986.

MACKINNON, Catharine. *Toward a Feminist Theory of the State*. London: Harvard University Press, 1989.

RICCI, Rudá. A Impossibilidade do convívio social sem norma. *Revista Mineira de Psicanálise*, Belo Horizonte, v.1, n. 3. abr. 2018.

SPENCER, Colin. *Homossexualidade: uma história*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FEMINISMO E  
MOVIMENTO  
LÉSBICO EM  
SÃO PAULO  
NA DÉCADA DE  
1980: O JORNAL  
'*CHANACOMCHANA*'  
COMO TESTEMUNHA

MORAES,  
Isabel Cristina de

Graduada do Curso de  
Licenciatura em História da  
Universidade Santo Amaro -  
UNISA, São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Paulo  
Fernando de Souza Campos

# ARTIGO

FEMINISM AND LESBIAN  
MOVEMENT IN SAO  
PAULO IN THE 1980's:  
THE 'CHANACOMCHANA'  
NEWSPAPER AS WITNESS



# Resumo

O estudo se caracteriza pela análise do movimento lésbico durante a década de 1980, mais precisamente a experiência vivida na cidade de São Paulo e pretende responder os seguintes problemas de pesquisa: quem são as mulheres que iniciaram o movimento em São Paulo? De que modo o movimento lésbico se despreendeu do movimento LGBTQ+ e construiu um espaço só de mulheres? A pesquisa objetiva uma análise exploratória das experiências de mulheres lésbicas no tempo e espaço delimitados e para o desenvolvimento utilizou-se o jornal *Chanacomchana* - um dos primeiros veículos de comunicação voltado para o público lésbico - como material documental. A importância do estudo da mulher no movimento lésbico emerge da necessidade de pesquisas, uma vez que se percebe que o tema é pouco estudado no próprio universo homossexual. O método de análise dos registros históricos constará do levantamento sistemático de textos e imagens apresentados na documentação delimitada sobre duas categorias de análise, a saber: movimento lésbico e feminismo. Deste modo, foi possível identificar quem são essas mulheres, onde se reuniam e o que faziam, bem como suas atuações nesse processo. A forma de análise dos resultados encontra fundamentação teórica nas propostas mais recentes sobre a constituição das sexualidades. Os resultados permitem considerar que o jornal *Chanacomchana*, fonte de circulação de notícias e informações sobre o movimento lésbico em São Paulo no contexto estudado é uma fonte inesgotável e as mulheres lésbicas rechaçadas do movimento feminista hegemônico, o que possibilitou um avanço na organização do próprio movimento feminista lésbico.

## Palavras-chave:

Movimento Lésbico; Feminismo; Periódicos; São Paulo

# Abstract

The study is characterized by the study of the lesbian movement during the 1980s, more precisely the experience lived in the city of São Paulo and aims to answer the following research problems: who are the women who started the movement in São Paulo? How has the lesbian movement detached itself from the LGBTQ + movement built a women-only space? The research aims an exploratory analysis of the experiences of lesbian women in time and space delimited and for development was used the newspaper *Chanacomchana* - one of the first vehicles of communication aimed at the lesbian public - as documentary material. The importance of the study of women in the lesbian movement emerges from the need for research, once one realizes that the theme is little studied in the homosexual universe itself. The method of analysis of historical records will consist of a systematic survey of texts and images presented in the delimited documentation on two categories of analysis, namely: lesbian movement and feminism. Thus, it was possible to identify who these women are, where they met and what they did, as well as their actions in this process. The form of analysis of the results finds theoretical foundation in the most recent proposals on the constitution of sexualities. The results allow us to consider that the newspaper *Chanacomchana*, source of news and information circulation about the lesbian movement in São Paulo in the studied context is an inexhaustible source and the rejected lesbian women of the hegemonic feminist movement, which made possible an advance in the organization of the lesbian feminist movement itself.

## Keywords

Lesbian movement; Feminism; Periodical; São Paulo

# INTRODUÇÃO

A pesquisa trata de um aspecto do movimento lésbico em São Paulo entre 1980 a 1990 que emerge com a publicação do jornal *Chanacomchana*. O estudo analisa reportagens publicadas que remontam prerrogativas de mulheres lésbicas à época e conflitos que distanciaram o movimento lésbico do feminismo e movimento gay no contexto estudado. A proposta trata essencialmente a mulher lésbica no movimento feminista lésbico e gay em São Paulo na década de 1980, as demandas que as distanciaram.

As problemáticas que o estudo analisa partem de uma produção diminuta, mas crescente da historiografia sobre a mulher no movimento homossexual, o que ainda merece maior atenção, algo que se projeta nos últimos anos com as conquistas internas e externas (DESPONTES, 2015). Neste sentido, pretende-se responder os seguintes problemas de pesquisa: quem são as mulheres? Por que o movimento lésbico se despreendeu do movimento homossexual no geral e do feminismo hegemônico e começou a construir um espaço só das mulheres? Como ocorreu esse processo em São Paulo.

Os motivos acadêmicos, sociais, institucionais que qualificam o estudo no âmbito da pesquisa em História remontam o interesse pela História da Sexualidade, que evoca uma mudança no paradigma da disciplina ao se interessar por uma história estrutural, fundada no longo tempo, cujo ritmo é lento e sobre a qual é possível localizar as permanências. Mesmo que os

interesses de uma história total, que atingisse os comportamentos, a psicologia, o mental, demarcassem a primeira geração dos Annales é na terceira geração que a história da sexualidade, como um ramo da história das mentalidades, ocupa de fato o seu lugar (DOSSE, 1999).

A Escola dos Annales remonta a aproximação de autores ou de autores que são aproximados por intermédio do diálogo entre os saberes e como estes organizam as ciências sociais, inclusive, como forma de manutenção do lugar da História nas hierarquias existentes (DOSSE, 1999). Na esteira desse processo, Michel Foucault (1999) é considerado um dos autores mais expoentes, cuja obra permite localizar relações de poder e seus impactos da vida das pessoas, na disciplinarização de seus corpos, na vigilância, punição e interdição do "diferente". Assim, como justificativa, considera-se que os conteúdos propostos para o estudo contribuem significativamente para reconhecer uma área pouco trabalhada nos estudos sobre a História da Sexualidade, entre os quais se destaca o livro-texto para Formação de Professores organizado por Ivana Guilherme Simili (2011) intitulado "Corpo, Gênero e Sexualidade".

As sínteses de obras e autores que tratam o tema do presente artigo apresentam, assim, a oportunidade de colaborar para o conhecimento sobre o movimento das mulheres lésbicas. Entretanto, este trabalho não pretende legitimar o espaço assumido pelas mulheres lésbicas dentro do movimento homossexual, tampouco, evocar formas nas quais elas

encontraram para se estabelecer politicamente ou fazer valer suas experiências, mas entender como o feminismo hegemônico e as demandas gays prevaleceram frente aos imperativos das mulheres lésbicas, os quais anulavam suas existências e reivindicações.

Os estudos que tratam o tema no âmbito da História remontam experiências homossexuais masculinas, invariavelmente são os homens que protagonizam a escrita da história homossexual. James Green estuda o tema na perspectiva dos gays, do universo masculino da homossexualidade, em São Paulo (2019) e verticaliza, na redução da escala de análise, o estudo ao publicar a biografia de um militante de esquerda nos anos da Ditadura Civil-Militar no Brasil, Herbert Daniel (GREEN, 2018). Trevisan (2018), outro importante autor da história da homossexualidade no Brasil, também trata o tema a partir da experiência masculina<sup>1</sup>.

Contudo, existem obras que tratam o tema da sexualidade lésbica, da história das lésbicas, ainda que não raro, vistas como loucas, delinquentes, problemáticas como é o clássico estudo de Judith Brown (1987), que trata do longo tempo dessa representação da lésbica no estudo sobre uma freira na Itália renascentista. Mesmo não tratando especificamente Silvia Federici (2017) ao remontar o corpo das mulheres no processo de acumulação primitiva desvela os desafios que o tema da sexualidade ainda evoca. A publicação "Corpos que Importam" de Judith Butler (2019) adensa as referências sobre o tema no âmbito mais amplo em que se insere.

Nesse viés, faz-se necessário analisar como esse campo tem sido pensado no Brasil? Denise Portinari (1989) em seu livro sobre o discurso da homossexualidade feminina escreve sobre a falta de personagens lésbicas e mulheres na literatura, a autora escreve também que falta uma literatura voltada para a mulher, há livros para a mulher, livros de romance e livros em que elas exercem papéis secundários, porém, não há produção literária que aborde a mulher como um todo, por exemplo, a mulher lésbica e sua sexualidade. Daí o trabalho com o importante papel do Jornal *Chanacomchana* que trouxe até as mulheres uma escrita feita para elas, por elas e sobre elas.

A escrita deste artigo foi organizada em dois momentos. Num primeiro plano o estudo realiza um panorama do movimento homossexual em São Paulo na década de 1980 para, deste modo, em um segundo momento, evocar o *Chanacomchana* como um lugar de fala e testemunho de mulheres que romperam não só os silêncios, mas os silenciamentos praticados no bojo dos movimentos de luta pela cidadania, que pautaram a conjuntura em torno do movimento de abertura política pós Ditadura Civil-Militar no Brasil.

## Movimento homossexual lésbico na década de 1980: entre gays e feministas

Para compreender o fomento dos movimentos populares precisamos pri-

<sup>1</sup> Recentemente a Revista Cult publicou um dossiê que trata a questão não somente da homossexualidade, mas das interferências múltiplas sobre esse universo permanentemente questionado. A organização do número especial trata tanto das organizações e movimentos sociais do universo homossexual no Brasil, quanto às perspectivas mais recentes de uma normatização gay que permite remontar as bases da eugenia.

meiramente entender o momento histórico que o Brasil estava inserido. A ditadura civil-militar foi um regime que durou vinte e um anos e durante o período do regime vigente houve censura à imprensa, perseguição aos que contradiziam o regime e restrições políticas dos cidadãos.

Em todos os lugares e manifestações havia censura: nas músicas, no teatro, nos filmes, nas universidades, nos comportamentos. Tudo que violava a moral imposta e os “bons costumes” derivados da imposição de cima para baixo era perseguido e silenciado. As pessoas eram vigiadas e tinham suas vidas pessoais expostas. Os homossexuais, com sua humanidade perdida, eram vistos como inferiores. Judith Butler (2019) considera que quando um indivíduo foge dos padrões impostos pela sociedade seu corpo passa a ser visto como menos, como algo passível de agressões, violências e abusos. Homossexuais eram presos arbitrariamente, sofriam torturas e perseguições sem motivos aparentes. Eles eram rejeitados perante a sociedade e suas vozes e seus corpos deveriam ser apagados, eliminados, escondidos.

Contudo, o final dos anos 70 e início dos 80 foi marcado por um fortalecimento de movimentos populares cada vez menos censurados/criminalizados pela política autoritária e ditatorial que passou a ser questionada, inclusive, pela ampliação dos meios de comunicação e visibilidade internacional dos acontecimentos, que passam a veicular com mais rapidez as plataformas de suas políticas. O que se propunha era a cidadania, o direito à memória, fazer valer os direitos sociais.

Os movimentos populares ganham cada vez mais espaço, voz e força. As pessoas tomam as ruas, surgem os novos partidos de oposição, festivais de músicas acontecem, os trabalhadores organizam greves pelos seus direitos, estudantes fazem passeatas pela liberdade e até mesmo a Igreja Católica se via em meio disso tudo, a favor das demandas, estando dividida entre os tradicionais, que apoiavam o governo e os progressistas, que ansiavam por mudanças. Nesse clima de tensão, injustiça e excitação pelo novo que o movimento homossexual começou a tomar forma e se organizar.

O primeiro grupo homossexual do Brasil foi o SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual fundado em 1978 em São Paulo. Formado majoritariamente por homens gays, surge em um momento de organização dos movimentos populares no Brasil. O grupo começou a sua trajetória pública no movimento quando se manifestou em um debate promovido pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. A manifestação pública do SOMOS colaborou para abrir caminhos para as futuras organizações LGBT's que haveriam de surgir. No ano de 1978, na cidade do Rio de Janeiro, alguns grupos de intelectuais homossexuais lançam o jornal *Lampião da Esquina*, o jornal fazia oposição à ditadura e trazia temas referentes aos homens homossexuais (*Organização Lampião, 1978*).

O SOMOS surgiu um subgrupo intitulado de Lésbico Feminista (LF), o grupo se separa após uma série de conflitos internos, cujos resultados levaram a maior

parte das lésbicas a abandonarem a militância, outras migraram para grupos menores e algumas para o movimento feminista. O LF foi substituído pelo Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF), fundado em outubro de 1981, na cidade de São Paulo por Miriam Martinho e Rosely Roth.

Não havia, neste contexto, uma lei que proibisse o amor, o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, porém, o “homossexualismo” ainda era definido como um “desvio de transtorno sexual” (CABETTE, 2017). No ano de 1981 o Grupo Gay da Bahia iniciou uma campanha para que o “homossexualismo” não fosse visto como uma doença e a despatologização ocorreu no Brasil cinco anos antes da Organização Mundial da Saúde – OMS retirar homossexualidade da sua lista de doenças.

Em 1983 ocorre a epidemia de HIV-AIDS, o que faz com que muitos militantes se afastem do movimento. Porém a demora em uma resposta dos governantes faz com que os grupos organizem passeatas e manifestações. O movimento toma frente da luta pela garantia de direitos civis e contra a violência sofrida pelos homossexuais. Também na década de 1980, entre os gays, lésbicas e bissexuais, surge uma corrente para mudança do termo opção sexual para orientação sexual, o motivo da mudança vem do imaginário popular de que o homossexual escolhe sua então condição. É neste sentido que se torna necessário desvincular gênero de sujeito e como Judith Butler (SALIH, 2015) aborda, as questões de gênero como uma “rotulação” exprime nos outros certas expectativas, impostas pela sociedade.

O crescente número de infectados pela HIV/Aids traz à tona os mais diversos preconceitos e violências. Na década de 1990 o movimento homossexual brasileiro é considerado pioneiro na resposta comunitária e governamental no que se refere à doença. O conhecimento é a principal ferramenta de combate, são organizadas campanhas de orientação e projetos de prevenção.

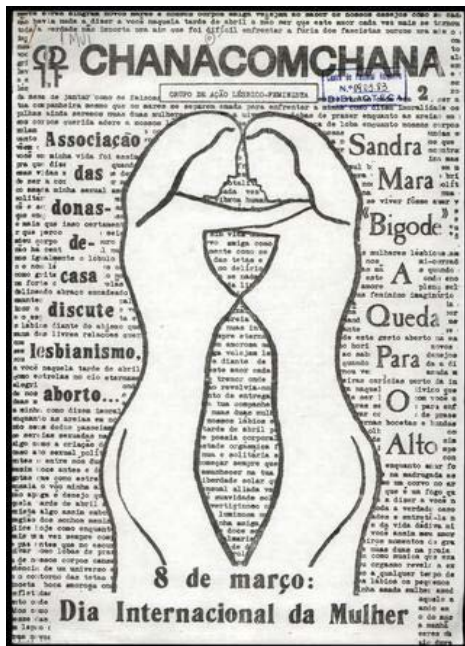
O surgimento do movimento homossexual traz para as rodas de discussões a sexualidade como algo a ser explorado e não oprimido. O que antes era uma relação constituída de um homem e uma mulher pode ser realizada através de uma relação de dois homens, de duas mulheres, de um homem transgênero e de uma mulher cisgênero, entre outras formas de relacionamento. As relações passam a ser vistas como algo que pode romper o tradicional, o que a sociedade impõe nem sempre é o que acontece, ontem e hoje. O movimento homossexual interferiu poderosamente nas relações, bem como estas são moldadas pelos mitos construídos pela moral fundada na eliminação do outro, nos bons costumes que excluem e matam as pessoas.

Jornal *chanacomchana*:  
o lugar da lesbianidade  
no Brasil

Ao pesquisar sobre o movimento homossexual na década de 1980 podemos observar o quanto se intensificou e se organizou. A fundação do grupo

SOMOS foi apenas o início do que estaria por vir nos próximos anos. As mulheres reivindicaram cada vez mais um espaço de fala dentro do movimento homossexual como um todo. Os grupos mistos passam a ser um espaço de disputa para a fala das mulheres, uma vez que suas pautas eram hostilizadas pelos homens, que eram maioria. As mulheres se afastam e começam a criar paralelamente grupos de mulheres, um exemplo, o subgrupo LF ou Lésbico Feminista, que mais tarde se torna o GALF – Grupo de Ação Lésbico Feminista, fundado em São Paulo no ano de 1981.

**Figura 1**  
Capa do jornal Chanacomchana



Fonte: (ACERVO CISGES)

O que essas mulheres têm em comum? Ao vasculhar a história do movimento lésbico no jornal Chanacomchana é possível considerar que a mulher sempre foi alvo de um “apagamento histó-

rico” no qual a sua figura é deixada de lado e até mesmo descartada. Com as mulheres lésbicas não poderia ser diferente. Os materiais que retratam as lésbicas são poucos diante da vasta história do movimento: as lésbicas lutam pelo direito de poder contar sua história, afinal, aquilo que não é contado é esquecido. O sistema patriarcal se impõe às mulheres. As lésbicas exercem sua lesbianidade como um sinal claro de resistência aos padrões de gênero impostos. É essa lesbianidade que observamos exibida com orgulho nas páginas do Chanacomchana

**Figura 2**  
Jornal Chanacomchana



Fonte: (ACERVO CISGES)

As mulheres são diferentes entre si não apenas em relação à raça e classe, mas por suas subjetividades, sexualidade. Apesar de, no movimento, a participação de negras e periféricas ser pequena, elas

encontram nesta forma de organização o ponto principal em comum: suas lesbianidades. O jornal buscava a união e a solidariedade das pessoas homossexuais. Com uma linguagem ácida o Chanacomchana incentiva as mulheres lésbicas a terem orgulho da sua lesbianidade, fala ainda que a rejeição trazia solidão e o afastamento de outras mulheres também lésbicas.

As lésbicas que alimentam constantemente seu Enrustimento esquecem-se de que isto apenas torna sua vida ainda mais difícil. E não percebem que à medida que criticam as demais lésbicas, afastam de si a possibilidade de sentirem-se menos solitárias, já que, relacionando-se com pessoas de sexualidade semelhantes à sua, sentir-se-iam mais à vontade para exporem-se tais como são, serem elas mesmas (CHANACOMCHANA, 1985, p. 2).

Havia uma necessidade de união entre as lésbicas e o movimento era uma rede de apoio para que essas mulheres conseguissem libertar-se através das experiências de outras, por saberem que não estavam sozinhas. Essa preocupação se evidencia no discurso produzido pelo Chanacomchana como uma das possibilidades de manutenção do movimento em seu caráter político, de manifestação política, como um ponto de acolhimento de mulheres lésbicas, de fortalecimento de suas identidades. Patrícia Lessa (2007) trata da subjetividade lésbica em sua tese de doutorado e abre para essa vertente

de análise da lesbofobia. Fundada nas "teorias feministas que são empenhadas em problematizar o sexismo como instrumento usado para a discriminação social [...]" a autora reitera "Essa hierarquia sexual é um dos fundamentos da homofobia [...]" (SIMILI, 2011, p. 119).

O movimento homossexual aflora com outros movimentos populares no final da década de 1970. Em um momento em que a busca pela cidadania era o objetivo de muitos movimentos populares, os homossexuais também tinham esse desejo. Porém, os grupos formados em sua maioria por gays acabavam por colocar a mulher como coadjuvante em suas reuniões. A análise permite considerar que as manifestações de machismo e misógina eram frequentes e as mulheres, quando tentavam expor suas pautas, acabavam sendo hostilizadas e boicotadas. Os grupos mistos eram um lugar de invisibilidade e disputa para as mulheres lésbicas o que fez com que elas se desprendessem dos grupos dominados por homens, criando, assim, grupos próprios, grupos formados por mulheres. Segundo Guilherme Silva de Almeida:

[...] a tendência majoritária é a de conformação de grupos formados exclusivamente por mulheres. A opção pelos grupos exclusivos relaciona-se à crítica da relação que as lésbicas mantiveram com gays no interior de grupos mistos, onde as primeiras eram muitas vezes obscuras pelos interesses dos últimos (2005, p. 81).

Ao se afastar dos grupos mistos, muitas lésbicas entraram para o movimento feminista. As lésbicas defendiam em peso a pauta das feministas, porém, sentiam necessidade de um espaço para discussões sobre a sexualidade e sobre os padrões impostos pela sociedade. O feminismo se cala diante da violência sofrida pelas lésbicas.

O jornal proporcionava a interação de mulheres dos mais diversos locais, extrapolando o espaço em que foi criado, a cidade de São Paulo, dado que permite avaliar a extensão dos horrores vividos por mulheres lésbicas no Brasil. Em uma das edições do Chanacomchana, o que não era incomum, uma das leitoras se pronuncia e desvela como as representações da intolerância atingiam os mais diversos espaços sociais:

Tenho a acrescentar também que esse boletim é ótimo como meio de transmissão para nós lésbicas aqui do interior que não temos oportunidade de ler tais assuntos. Através dele fiquei sabendo do que está acontecendo no mundo sobre nós lésbicas, o que antes desconhecia (Vânia, Três Lagoas, Mato Grosso do Sul) (CHANACOMCHANA, 1985, p. 13).

O jornal era um meio de comunicação entre as lésbicas e onde elas trocavam experiências e vivências. Em um primeiro momento o movimento feminista buscava ter uma participação em meios sociais (como o direito ao voto) e não questionavam tanto a opressão feminina.

O feminismo se via sem notar preso na heterossexualidade obrigatória.

A heterossexualidade obrigatória é entendida como um regime de sexualidade que norteia a vivência da sexualidade e as definições de gênero, como matriz de dominação, e que produz subjetividades, extrapolando a ideia de opção ou orientação sexual. Nesta perspectiva, a heterossexualidade é uma ferramenta política e social, cuja função é subordinar as mulheres aos homens por distribuir de maneira desigual o poder entre homens e mulheres (WITTIG, 1992, p.1).

Sobre o movimento feminista e o movimento lésbico Tania Navarro Swain analisa que:

Se voltarmos o olhar, hoje, para os caminhos plurais do feminismo detectamos movimentos de cruzamento, de oposição ou de imbricação com o lesbianismo. Classificadas como radicais, separatistas, recusando os homens, e a dominação masculina, as lesbianas sempre atemorizaram as feministas, num medo despertado pelas imagens forjadas no cadinho dos enunciados do senso comum, cuja repetição criava a realidade: machonas, viragos, feiosas, mal amadas [...] Enquanto feminista, como se aproximar ou trabalhar em conjunto como estes seres marcados, sem se contaminar, sem partilhar as nódoas e os insultos contra "aberrações da natureza", "imitações de macho"? (2002).



O movimento lésbico busca um local de afirmação, aceitação e informação. Essas mulheres se reuniam para trocar experiências, conselhos, histórias, lutas e até mesmo trabalho. Considera-se que o acolhimento sentido por mulheres que escreviam para o jornal, bem como a sua disseminação no Brasil foi um elemento estratégico do movimento lésbico, algo que possibilitou uma outra coesão política entre as mulheres homossexuais, ainda que se considere a máxima que implica pensar que "ferro também é luta". Todavia, diferente dos gays, as lésbicas mantinham uma agenda específica, mas pouco valorizada no âmbito dos movimentos mistos.

As mulheres que integravam o movimento lésbico em São Paulo eram das mais variadas classes sociais, mas predominantemente mulheres com instrução e acesso à cultura e todas com uma proposta em comum: eram lésbicas que não encontraram apoio entre os gays, não foram ouvidas e suas pautas não foram consideradas entre as feministas. Sendo assim, criaram um grupo próprio, lutaram e ainda lutam por espaço, não só no movimento homossexual como um todo, mas na sociedade de modo geral.

Fica evidente que no feminismo essas mulheres não encontraram apoio efetivo o que fez com que elas se distanciassem. Para as mulheres lésbicas era de extrema importância à criação de um espaço próprio, para discutirem suas pautas, seus projetos e elaborar um corpo político que as representassem, o que resulta na produção do jornal Chanacomchana. Os textos publicados assumem como tom

vital essa união entre as lésbicas, seja sob a forma de acolhimento com publicação dos dramas e horrores que as acometiam em suas trajetórias, dos mais diferentes segmentos sociais, mas também como estratégia de resistência, de formação de laços e coesão entre elas. "Não cremos nos 'amanhãs que cantam' e sim em: como conseguimos resistir, como criaremos possibilidades de vida numa sociedade que nos asfixia" aponta um texto datilografado, sem autoria. Essa evidencia marginal é reveladora do discurso político que organizava a sua publicação.

O jornal como fonte, de acordo com Paulo Alves (2016) foi muito recentemente incorporado pela pesquisa em História, pois considerado como sem a objetividade exigida por uma noção de ciência do mesmo modo ultrapassada. O uso das fontes oriundas da imprensa, seja a grande imprensa ou a imprensa de movimentos sociais específicos, sem distinção, não são neutros e publicam o que consideram pertinente para os interesses que os cercam. Cabe ao historiador saber interrogar o documento, que não fala por si só, mas permite dizer, retomar, remontar, refazer.

O Chanacomchana procura reunir lésbicas, contar suas histórias. Ainda que tratem questões mais amplas, não restritas exclusivamente a um único universo, o da homossexualidade lésbica, é sobre a lesbianidade que o jornal organiza suas edições. Publicava ideias, notícias, sugestões, poesias, relatos de mulheres lésbicas, trocas de experiência que conferia o sentido de coesão ao movimento. Havia no jornal colunas assinadas ou direcionadas a temas

como o esporte, por exemplo, com especial atenção para o futebol feminino. O jornal divulgava matérias de eventos nacionais e internacionais de interesse lésbico a relatos escritos em forma de carta dirigida ao Chanacomchana e nas quais as “leitoras” narram suas experiências, quase sempre trágicas, que apresentam os acontecimentos nas vidas de mulheres lésbicas de todo o Brasil.

Esse espaço reservado permitiu promover o que se considera atualmente como lugar de fala. Djamila Ribeiro (2018) verticaliza o longo tempo das bases do conceito, que tem redimensionado não somente movimentos sociais, mas dinâmicas internas que não devem ser ignoradas. Para isso, evoca experiências de mulheres negras, inclusive, de mulheres negras lésbicas. São essas novas abordagens que permitem considerar o Chanacomchana como um jornal que estava atento aos sentimentos, inclusive, como forma de manutenção em termos de financiamento, apoio e divulgação.

O jornal apresentava desenhos, charges, quadrinhos, entre outros tipos de arte não somente como ilustração, mas como um discurso visual, cuja narrativa é de exaltação das identidades lésbicas, como instrumento para o acolhimento requerido e almejado, de fortalecimento e engajamento político. Essa estratégia é acompanhada por informações de interesse específico do universo homossexual, com atenção para o universo lésbico, das mulheres. Sua diagramação não seguia um padrão, mesmo que buscasse manter uma simetria. Apresentava textos em torno das ações de mu-

lheres, feitas por mulheres e destacavam suas participações nas diferentes esferas da vida social, bem como se organizavam no mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres que se organizam no entorno deste veículo de informação pioneiro sobre as mulheres lésbicas no Brasil eram mulheres que não conseguiram espaço no movimento homossexual misto em São Paulo. Do mesmo modo, estas mulheres não foram bem recebidas no movimento feminista que se levanta em torno de demandas que não consideram as necessidades das mulheres lésbicas.

O jornal Chanacomchana representa o grupo que se organiza em torno das problemáticas que envolvem o universo das lésbicas, todavia, não excluem as conquistas femininas e homossexuais como um todo de suas divulgações, de seus textos e notícias, mas atribui um lugar essencial para os movimentos em torno de mulheres lésbicas, da valorização de suas existências e subjetividades. O Chanacomchana é uma fonte inesgotável para a pesquisa sobre a homossexualidade feminina, algo que o presente estudo jamais pretendeu sintetizar, dar conta, ao contrário, a “conclusão” apenas sinaliza para um campo vasto a ser perseguido e descortinado.

## REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: mitos e fatos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1949.
- BROWN, Judith. Atos impuros: A vida de uma freira lésbica na Itália da renascença. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; ROSEMBERG, Fulvia. Vivência: história, sexualidade e imagens femininas. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BUTLER, Judith. Corpos que Importam. São Paulo: N-1, 2019.
- CHANACOMCHANA. São Paulo: Grupo Ação Lésbica Feminista, 1981-1987.
- DESPONTES, Virgine. Teoria King Kong. São Paulo: N-1, 2016.
- FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio. Na trilha do arco-íris – Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.
- GREEN, James. Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 2019.
- GREEN, James. Exile within Exiles: Herbert Daniel, Gay Brazilian Revolutionary. Durham: Duke University Press, 2018.
- LESSA, Patrícia. Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: Uma análise a partir do grupo de ação Lésbico-Feminista e do boletim Chanacomchana. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/187>> Acesso em: 18 de agosto de 2018.
- MOTT, Luiz. O lesbianismo no Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- NAVARRO, Tania. Feminismo e lesbianismo: quais os desafios? Disponível em: <[https://www.labrys.net.br/labrys1\\_2/femles.html](https://www.labrys.net.br/labrys1_2/femles.html)>. Acesso em 21 de agosto de 2018.
- PORTINARI, Denise. O discurso da homossexualidade feminina. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- RIBEIRO, Djamila. Lugar de Fala. São Paulo: Pólem, 2019.
- RICH, Adrienne. A heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. Disponível em:<[http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01\\_rich.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01_rich.pdf)>. Acesso em 21 de agosto de 2018.
- SAFFIOTI, H. I. B Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SALIH, Sarah. Judith Butler e a Teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- SIMILI, Ivana (org.) Corpo, Gênero e Sexualidade. Maringá: EDUEM, 2011.
- TREVISAN, João Silvério. Devassos no Paraíso. A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. São Paulo: Objetiva, 2018.
- WITTIG, Monique. Ninguém nasce mulher. Disponível em: <<https://we.riseup.net/sapa-fem/ningu%C3%A9m-nasce-mulher-monique-wittig>>. Acesso em: 13 de agosto. 2018.

CENSURA, REPRESSÃO  
E TABU: MULHERES  
E SEXUALIDADE NAS  
MÚSICAS DA BANDA  
MULAMBA (2015-2019)

# ARTIGO

CENSURE, REPRESSION  
AND TABOO: WOMEN  
AND SEXUALITY  
IN MUSIC OF THE  
MULAMBA BAND  
(2015-2019)

OLIVEIRA,  
Bruna Martins

Graduanda em História  
da Universidade Santo Amaro -  
UNISA, São Paulo.

[bruna\\_martinsoliveira@hotmail.com](mailto:bruna_martinsoliveira@hotmail.com)

# Resumo

Este estudo tem por objetivo investigar a visão da sexualidade feminina nas letras das músicas da banda curitibana Mulamba. Para tanto foi utilizado o álbum homônimo lançado no ano de 2018 que, na maioria de suas letras, faz uma defesa enfática das mulheres no sentido de que elas têm o direito de pronunciarem abertamente em sociedade seus desejos e vontades. Entre as diversas músicas com temática feminista selecionamos para análise: "Desses Nadas", "Espia, escuta", "Interestelar", "Mulamba" e "P.U.T.A". A pesquisa aprofunda o entendimento da censura e repressão que as mulheres ainda sofrem em sociedade, sobretudo, as questões comportamentais que permitem aos homens uma maior liberdade enquanto as mulheres são vigiadas e reprimidas. A pesquisa pretende responder os seguintes problemas relacionados ao universo feminino: O que estrutura e mantém o machismo na sociedade contemporânea? Como a mulher lida com a erotização de seu corpo? O machismo estrutural encontra guarida no universo feminino? Para tanto foi analisada a visão crítica que a banda tem da sexualidade feminina. Para o desenvolvimento dessa pesquisa foram utilizadas as músicas citadas como corpus documental e como método para o tratamento da fonte, os propósitos do estudo encontram suporte na Análise de Conteúdo, a partir das categorias de análise que norteiam a presente proposta, qual seja, tabu, sexualidade feminina e machismo estrutural. A forma de análise se apropria das possibilidades de interpretação do processo histórico da estrutura patriarcal por intermédio da perspectiva teórica que evidencia a dominação do masculino nas sociedades de classe.

## Palavras-chave:

Sexualidade Feminina; Machismo Estrutural; Música

# Abstract

This study aims to investigate the view of female sexuality in the lyrics of the songs of the Curitiba band Mulamba. To this end, we used the eponymous album released in the year 2018, which, in most lyrics, makes an emphatic defense the sense of women in what they have the right to openly listen to their wishes and desires in society. Among the various feminist-themed songs selected for analysis: "Desses Nadas", "Espia, escuta", "Interestelar", "Mulamba" and "P.U.T.A". The research deepens the understanding of censorship and repression that women still suffer in society, especially as behavioral issues that use men greater freedom while women are watched and repressed. The research aims to answer the following problems related to the female universe. What structures and maintains the mechanism in contemporary society? How does a woman deal with an eroticization of her body? Does structural machismo find guarantee in the female universe? To this end, the critical view that the band has female sexuality was analyzed. For the development of this research, we used the songs cited as documentary corpus and as the method of treatment of sources of study purposes, the support to Content Analysis, from categories of analysis that guide a present gift, that is, taboo, female sexuality and structural machismo. One form of analysis appropriates the possibilities of interpretation of the historical process of patriarchal structure through the theoretical perspective that evidences male domination in class societies.

## Keywords:

Female Sexuality; Structural Machismo; Music

# INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta como tema central a sexualidade feminina por intermédio da problematização das letras das músicas da banda curitibana Mulamba. Em seu álbum homônimo, lançado em 2018, a banda trata em suas músicas "Desses Nadas", "Espia, escuta", "Interestelar", "Mulamba" e "P.U.T.A" questões voltadas a sexualidade feminina, uma vez que abordam temas sobre o relacionamento afetivo lésbico e a busca pela liberdade sexual feminina, ao mesmo tempo em que trata da vulnerabilidade do corpo feminino diante do estupro, sendo este praticado pelo homem.

A banda, composta apenas por mulheres, ao se utilizar desses temas busca resistir à censura advinda do machismo estrutural, que reprime a sexualidade feminina e que mantém o corpo feminino vulnerável ao estupro para satisfação sexual masculina. Para cada música citada a banda usa elementos harmônicos que são condizentes ao tema envolto na vivência da mulher. Seu ativismo relacionado a vivência feminina faz de sua existência junto a propagação da sexualidade da mulher uma resistência ao machismo que estrutura a sociedade em muitas culturas e sociedades. Assim, a proposta é identificar como as letras das músicas retratam a resistência e sexualidade feminina diante da censura e da repressão associada ao tabu que o machismo estrutural submete as mulheres.

Apesar de o aumento da difusão do feminismo ser cada vez maior e as mulheres, como as integrantes da banda Mulamba, assumirem o ativismo pró feminismo serem cada vez mais existentes, considerou-se necessário um estudo mais aprofundado que problematize a questão da sexualidade feminina. Para isso, os aportes teóricos de Pierre Bourdieu (2012) e Virgínie Despentes (2016) serão basilares.

As problemáticas que o estudo pretende analisar partem da necessidade de entendimento de como é representada a sexualidade feminina nas composições das músicas da banda Mulamba e como a existência e propagação das músicas pode ser tratada como uma forma de resistência ao machismo estrutural. Neste sentido, pretende-se responder aos seguintes problemas de pesquisa: O que estrutura e mantém o machismo na sociedade contemporânea? Como a mulher lida com a erotização de seu corpo? O machismo estrutural encontra guarida no universo feminino?

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foram utilizadas as músicas citadas como corpus documental e como método para o tratamento da fonte os propósitos do estudo encontram suporte na Análise de Conteúdo a partir das categorias de análise tabu, sexualidade feminina e machismo estrutural. A forma de análise se apropria das possibilidades de interpretação do processo histórico brasileiro, da estrutura patriarcal que norteia práticas sociais e de gênero por intermédio da perspectiva teórica que evidencia a dominação do masculino nas sociedades de

classe e da autonomia da mulher sobre seu próprio corpo e sexualidade.

Os motivos acadêmicos e sociais que qualificam o estudo destacam o âmbito interdisciplinar da pesquisa no campo da História, que dialoga com a Sociologia, Antropologia em relação aos estudos de gênero, o qual remonta a necessidade e importância da compreensão mais ampla e não disciplinar sobre como o machismo estrutural se mantém e como este afeta a vida de mulheres, sobretudo, lésbicas.

Entre outros fatores, a questão da sexualidade feminina requer problematização por conta de que há repressão e tabu sendo reproduzido até mesmo entre muitas mulheres, uma vez que o machismo estrutural naturaliza esse tabu. No entanto, o ativismo paulatinamente vem crescendo, o que ajuda a esclarecer essa questão, fazendo com que cada vez mais mulheres se posicionem a favor dos direitos de viver plenamente a sua sexualidade. Deste modo, os objetivos do estudo visam compreender a sexualidade sufocada pelas convenções sociais, trazidas à tona nas letras da banda Mulamba, bem como contrapor o rigor com que a sociedade trata do sexo e a sexualidade feminina.

A proposta realiza uma leitura sistemática das letras das músicas da banda Mulamba, para assim, identificar como as compositoras Amanda Pacífico e Cacau de Sá representam a sexualidade feminina em suas letras e reconhecer, na fonte de pesquisa, características, ações, conceitos e outras formas de linguagem que explicitam a sexualidade feminina, fazendo de suas composições e propagação uma for-

ma de resistência ao machismo estrutural. O que se pretendeu foi balizar, ainda que introdutoriamente, como a historiografia e os estudos de gênero avaliam a questão da sexualidade feminina e como esta definição influencia interpretações atuais sobre o tema, de que modo as compositoras das músicas que servem de documento para o presente estudo permitem essa constatação.

### Banda mulamba: representações da sexualidade feminina

Ao pensar a sexualidade feminina, a banda Mulamba retrata em suas letras o relacionamento lésbico, bissexual e pansexual, o empoderamento feminino e a vulnerabilidade do corpo feminino diante do estupro praticado por homens que, junto a toda violência praticada contra a mulher, apenas por conta do gênero, são acentuadas pela raça e classe, uma vez que as mulheres negras e pobres são as maiores vítimas. As composições das letras da Banda Mulamba permitem acessar a desigualdade sexual existente entre os gêneros como possibilidade de problematizar o tema.

Ao abordar os relacionamentos homoafetivos a banda harmoniza de maneira leve o antagonismo vivenciado pela mulher homossexual que resiste com sua sexualidade numa sociedade majoritariamente LGBTQIfóbica, de modo que ao tratar do tema utiliza-se da sutileza e subjetividade perceptível apenas

por quem é LGBTQI+, que se reconhece nas letras. Tal sutileza é perceptível na canção “Interestelar” em seu refrão que diz: “[...] Interestelar é o codinome que eu vou te dar pra que ninguém descubra que teu olho é minha fuga nesses dias nublados, Interestelar é codinome que eu vou te dar a caso resolva lhe dedicar uma canção [...]” (MULAMBA, 2018) em que mescla a ambiguidade vivida em entre muitos desses relacionamentos, nos quais em um primeiro momento trata-se de uma espécie de brincadeira entre casais, remetendo a exclusividade, e no segundo a preservação da identidade recorrente entre casais do mesmo sexo devido a discriminação.

Em “Desses Nadas” sabe-se que trata-se de relacionamento lésbico devido o clipe lançado em 4 de outubro de 2018 no YouTube – Mulamba Oficial, que no desenrolar da letra se diz: “[...] Ainda bem que moras na caixa-prego, não corro o risco de te visitar [...]” (MULAMBA, 2018) uma vez que os relacionamentos lésbicos até a geração anterior e em muitos casos atuais são comumente longínquos devido a quase inexistência de visibilidade lésbica na sociedade por conta da repressão advinda do preconceito e discriminação.

Sobre o empoderamento feminino observa-se nas letras que há um conflito entre a ascensão da liberdade da mulher sobre seu corpo e si mesma, descrita nas letras das músicas, e a censura que as canções recebem da sociedade ainda majoritariamente conservadora, devido aos termos usados para expressar tal liberdade como pode ser observado em

“Espia, escuta” que em sua letra evidencia recriminação devido sua explicitude:

Ela trabalha e cria as cria, sozinha ou acompanhada sai do trampo pra noitada natural ou maquiada, ela quem banca o seu cabelo, unha, roupa, batom, balada, dá em qualquer posição, cansou de ser renegada é a mulherada ficando embucetada. Eu disse espia, escuta na esquina, na calçada é a mulherada ficando embucetada. [...] Ela é profissional do sexo, presidenta, empregada, transa bi, homem, mulher, trans., travesti tá elevada prefere uma siririca a macho escroto de balada essa é a mulher do futuro, e vem viado porque a mulherada tá ficando embucetada [...] Me representam as bucetas nada contra os bilaus, mas hoje o beijo vai pro cu e seu poder sensacional todo mundo tem é consenso geral curirica representa igualdade mundial, porque a mulherada tá ficando embucetada [...] Pergunta pro teu pai, pro avô e pro teu tio: Porque homem maltrata o ventre que lhe pariu? O feminino não criou bomba, nem guerra, nem fuzil então porque o homem mata o ventre que lhe pariu? E agora a mulherada tá ficando embucetada [...] (MULAMBA, 2018).

Em “Mulamba”, sua música homônima, a composição lista uma série de características que a sociedade, por meio do machismo estrutural, traduz de maneira velada a mulher, sobretudo a mulher negra, que busca o empoderamento e que foge das condutas impostas pelo moralismo patriarcal, intimamente enraizado na sociedade, de modo que essa maneira de pensar se naturaliza e torna-se banal, mas que em sua letra encontra-se de maneira



austera como pode ser notado na passagem “[...] Eu sou aquilo que ninguém mais acredita, eu sou a puta, eu sou a santa e a banida [...] Sou como rua, beco podre da cidade, eu sou os filhos mal paridos da nação” (MULAMBA, 2017).

A letra da música “P.U.T.A”, canção que aborda incisivamente o tema estupro, retrata de forma visceral por meio de arranjos instrumentais e a letra a cena de um estupro, de modo que o ouvinte ainda que não tenha sido vítima, consiga sentir a sensação angustiante de quem é vítima, como pode ser observada na letra:

Ontem desci no ponto ao meio dia  
contramão me parecia na cabeça  
a mesma reza: Deus, que não seja  
hoje o meu dia faço a prece e o passo  
aperta meu corpo é minha pressa.  
Ouviu-se um grito agudo engolido no  
centro da cidade. E na periferia? Quantas?  
Quem? O sangue derramado e o corpo  
no chão, guria... Por ser só mais uma  
guria, quando a noite virar dia,  
nem vai dar manchete amanhã a co-  
vardia vai ser só mais uma que mede,  
mete, e insulta, vai filho da puta!  
Painho quis de janta eu, tirou meus trapos,  
e ali mesmo me comeu. De novo a pátria  
puta me traiu. E eu sirvo de cadela no cio.  
E eu corro! (Eu corro!)  
Pra onde eu não sei! (Pra onde eu não sei!)  
Socorro! (Socorro!) Sou eu dessa vez!  
(Sou eu dessa vez!) [...] Hoje me peguei  
fugindo e era breu, o sol tinindo, lá vai  
a marionete nada que hoje dê manchete  
(E ainda se escuta) A roupa era curta,  
ela merecia, o batom vermelho, porte de  
vadia provoca o decote, fere fundo o forte,  
morte lenta ao ventre forte. Eu, às vezes,  
mudo

o meu caminho quando vejo que um homem  
vem em minha direção, não sei se vende  
rosas ou espinhos se é um tapa ou carinho  
um bendito ou agressão. [...] Morreu na  
contramão atrapalhando o sábado (Pra onde  
eu não sei). Agonizou no meio do passeio  
público (Sou eu dessa vez, e eu corro!).  
Morreu na contramão como se fosse máquina  
(Pra onde eu não sei, socorro!). Seus olhos  
embotados de cimento e tráfego (Sou eu  
dessa vez). (MULAMBA, 2016, grifo nosso).

Ao pensar em “P.U.T.A” suas compositoras,  
já no título, que o termo é usado pela  
sociedade como um insulto a mulher,  
caracterizada como promiscua por ter  
relações amorosas e/ou sexuais com vários  
parceiros, inclusive como trabalho, fator  
esse que é intensificado quando trata-se  
de mulheres negras, pois essas são genui-  
namente estigmatizadas, o que choca a  
quem ouve a composição pelo fato da letra  
tratar-se de uma cena de estupro. Outro  
fator relevante se encontra em como o  
título é grafado, já que é escrito entre  
pontos, o que remete a uma sigla e não ao  
significado da palavra propriamente, o que  
ênfatiza a censura que a mulher sofre por  
pronunciar certos termos em que a sociedade  
julga impróprios de serem ditos por serem  
tidos como vulgar, portanto, inadequado  
de modo que as compositoras se apropriam  
da ironia ao contrastar o título com a  
letra, como a palavra “buceta”.

Termos como “caralho”, “porra”, “cacetete”,  
que na cultura brasileira assume significados  
distintos, mas que remetem à genitália  
masculina, são corriqueiramente

te usados como interjeição, exclamação, acentuação de uma circunstância que se apropria e valoriza o masculino, sem que haja nesses usos um julgamento que torna os termos abjetos, imorais, avessos a uma conduta social condizente com um padrão moral imposto de cima para baixo.

### Figura 1

Título de umas das canções da banda Mulamba



Fonte: (MULAMBA OFICIAL, 2016)

A banda Mulamba é composta por seis mulheres: Amanda Pacífico (voz), Cacau de Sá (voz), Caro Pisco (bateria), Érica Silva (baixo, guitarra e violão), Fernanda Koppe (violoncelo) e Náira Debértolis (guitarra, baixo e violão) que, ao se apresentarem em seus shows, se caracterizam com maquiagens e vestimentas intensificam a interpretação ao cantarem suas canções e divulgarem a mensagem de suas letras.

### Figura 2

Integrantes da banda Mulamba



Fonte: (FERRAZ, 2018)

## O cis-heteropatriarcado nas letras da banda mulamba

A banda Mulamba, por ser composta apenas por mulheres, encontra-se em seu lugar de fala para tratar da vivência feminina, portanto, em suas letras, busca abranger todas as situações em que uma mulher pode vivenciar independente de sua raça, classe e orientação sexual, dando a essa diversidade o direito de serem ouvidas através de suas composições. Suas canções são feitas como forma de denúncia contra o cis-heteropatriarcado, que submete a mulher a toda forma de violência e discriminação, sobretudo, as negras, LGBTQI+ e pobres, que na sociedade cis-heteropatriarcal são as maiores vítimas. As músicas "Espia, escuta", "Mulamba" e "P.U.T.A" são exemplares no caso.

Ao tratar de sexualidade a banda aborda o tema sem tabu. Discute o modo que se naturaliza o sexo praticado pela mulher, que por conta do machismo enraizado na sociedade, prega um moralismo a ser seguido, pois visto de modo vulgar, imoral e inadequado, inclusive, entre algumas mulheres. Por serem elas também vítimas do mecanismo desse machismo muitas acabam por reproduzi-lo, discriminação essa que não ocorre com relação aos homens, portanto, suas letras, ao evidenciar essa desigualdade de gênero, oferecem e estimulam resistência ao machismo estrutural.

Ao tratar do sexo e da sexualidade feminina é preciso compreender que

o discurso se estrutura em um modelo de sociedade cis-heteropatriarcal. Assim, compreender as representações que transformam os sujeitos, os espaços e as culturas, passa por uma releitura dos paradigmas estruturantes da sociedade. Para Bourdieu “A força particular da sociodocência masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada” (BOURDIEU, 2012, p. 33).

Neste sentido, entendemos que as letras das músicas utilizadas como a fonte primária desta pesquisa possibilitam questionar algumas verdades consagradas pela sociedade. A esse respeito, novas interpretações indicam que “Compreender os mecanismos da nossa inferiorização e as maneiras através das quais nós temos nos convertido em nossos maiores vigias é compreender os mecanismos de controle de toda a população.” (DESPENTES, 2016, p. 24). Esse é o caso, por exemplo, de “Espia, escuta” que para além do vocabulário representado como chulo, a letra dessa canção denota o empoderamento feminino contraposto em “P.U.T.A”, que esse mesmo empoderamento é motivo para o estupro.

A forma de análise destes fenômenos se apropria das possibilidades de interpretação do processo histórico, no caso, da estrutura cis-heteropatriarcal, que ao lado do sistema capitalista permeia relações socioculturais na sociedade brasileira. A esse respeito, Ronaldo Vainfas esclarece:

Enclausuradas, desprezadas, vigiadas, espancadas, as mulheres nem por isso limitaram-se a sofrer, acuada, a crescente misoginia dos costumes e das leis. Pelo contrário, sempre reagiram às pressões masculinas, desafiando homens, rompendo uniões insuportáveis e tomando várias iniciativas no campo amoroso e sexual — o que, longe de “libertá-las”, estimulava ainda mais a misoginia, legitimando o moderno patriarcalismo no receituário dos moralistas (2010, p. 91, grifo nosso).

O pensamento de Vainfas dialoga com a letra da canção “Espia, escuta”, exposta no corpo do texto, no momento em que, na composição da letra se encontra uma forma de dominação e exclusão que permanece moldado a vida de mulheres, suas especificidades, suas sexualidades:

Ela trabalha e cria as cria, sozinha ou acompanhada sai do trampo pra noitada natural ou maquiada, ela quem banca o seu cabelo, unha, roupa, batom, balada, dá em qualquer posição, cansou de ser renegada é a mulherada ficando embucetada. [...] Pergunta pro teu pai, pro avô e pro teu tio: Porque homem maltrata o ventre que lhe pariu? O feminino não criou bomba, nem guerra, nem fuzil então porque o homem mata o ventre que lhe pariu? E agora a mulherada tá ficando embucetada [...] (MULAMBA, 2018).

Sobre o assunto, Mary Del Priore argumenta:

1 Um gênero de filmes populares de baixíssima ou péssima qualidade conceitual, formal e cultural, caracterizados por cenas de nudez e diálogos mesclando pornofonia (palavra ou expressão chula, pornográfica; palavrão) e humor escatológico. (PRIORE, 2011, p. 131).

2 A homofobia é a atitude de hostilidade para com os homossexuais. [...] A lesbofobia consiste em uma especificidade no cerne de outra: a lésbica sofre uma violência particular advinda de um duplo menosprezo, pelo fato de ser mulher e pelo de ser homossexual. Diferentemente do gay, ela acumula discriminações contra o sexo e contra a sexualidade. (BORRILLO, 2009, p. 15 e 23).

3 O nome contrassexualidade provém indiretamente de Michel Foucault, para quem a forma mais eficaz de resistência à produção disciplinar da sexualidade em nossas sociedades liberais não é a luta contra a proibição (como aquela proposta pelos movimentos de liberação sexual antirrepressivos dos anos setenta), e sim a contraproductividade, isto é, a produção de formas de prazer-saber alternativas à sexualidade moderna. As práticas contrassexuais que aqui serão propostas devem ser compreendidas como tecnologias de resistência, dito de outra maneira, como formas de contradisciplina sexual. (PRECIADO, 2014 p. 22).

4 Biopolítica é o termo utilizado por Foucault para designar a forma na qual o poder tende a se modificar no final do século XIX e início do século XX. As práticas disciplinares utilizadas antes visavam governar o indivíduo. A biopolítica tem como alvo o conjunto dos indivíduos, a população. A biopolítica é a prática de biopoderes locais. No biopoder, a população é tanto alvo como instrumento em uma relação de poder.

A mulher tinha que ser naturalmente frágil, bonita, sedutora, boa mãe, submissa e doce. As que revelassem atributos opostos seriam consideradas seres antinaturais. Partia-se do princípio de que, graças à natureza feminina, o instinto materno anulava o instinto sexual e, consequentemente, aquela que sentisse desejo ou prazer sexual seria inevitavelmente anormal. [...] Das teses de medicina aos romances e destes para as realidades nuas e cruas do Hospício Nacional dos Alienados, a verdade era uma só: a sexualidade feminina era terreno perigosíssimo e era de bom tom não a confundir com sentimentos honestos. (PRIORE, 2011, p. 65, grifo nosso).

Em contrapartida Priore aponta que, nos anos 70, auge do governo militar no Brasil, houve a explosão das pornochanchadas<sup>1</sup> em que “[...] as mulheres eram sempre belas e desinibidas. Seu corpo, valorizado pelo olhar da câmara. [...] Ao explorar a figura feminina, a pornochanchada colocava-se à disposição do olhar masculino [...]” (2011, p. 132) e acrescenta que nessa mesma época eram correntes as relações sexuais entre homens e travestis.

A bissexualidade feminina também aparecia e o gênero retratava, sem retoques ou hipocrisia, a vida sexual do mundo real. Os filmes sofriam censura, não a política, mas a moral. Os seios eram mostrados individualmente, mostrá-los juntos eram uma ousadia tanto quanto mostrar as nádegas dos atores, aparecer os pelos pubianos eram raros e os nus

frontal masculino não ocorria (algo que evidencia os interesses e privilégios do homem heterossexual em detrimento dos demais gêneros e orientações sexuais) e tinha regulamento das quantidades de vezes em que os palavrões poderiam ser ditos.

Ironicamente em um período imediatamente posterior, os filmes pornográficos, passaram a ser exibidos em salas especiais. Os filmes de sexo explícito acabaram por contrastar com o que era passado na pornochanchada, mais focada no desejo de transgressão do que na própria transgressão. Apoiado num desejo que moralizava mais do que violava regras, o gênero era, no fundo, conservador: não eram raros os filmes em que os protagonistas praticavam as mais diversas orgias, mas sempre à procura do parceiro ideal ou da virgem para um compromisso mais sério. Enfim, nada mais parecido com as duas caras da sociedade brasileira. (PRIORE, 2011).

Em os Devassos no paraíso João Silvério Trevisan (2000) aborda que a homofobia<sup>2</sup> é algo trazido com os europeus no processo de colonização, uma vez que os nativos não tinham essa prática em sua cultura. Paul Beatriz Preciado ao tratar do conceito de contrassexualidade<sup>3</sup> defende a ideia de que o sexo e o gênero são tecnologias biopolíticas<sup>4</sup> construídas por uma dominação heterossexual, “A natureza humana é um efeito da tecnologia social que reproduz nos corpos, nos espaços e nos discursos a equação natureza = heterossexualidade” (2014, p. 25). E acrescenta, “A identidade homossexual,

por exemplo, é um acidente sistemático produzido pela maquinaria heterossexual, e estigmatizada como antinatural, anormal e abjeta em benefício da estabilidade das práticas de produção do natural.” (PRECIADO, 2014, p. 30) e que, portanto, precisa ser sistematicamente eliminado ou riscado.

Como pode ser observado nas letras das canções “Desses Nadas” e “Interestelar”, nas quais o relacionamento afetivo lésbico é narrado de maneira subjetiva e sutil, é quase imperceptível a ideia de que trata-se de um relacionamento homoafetivo, dando esse parecer somente a quem vive a realidade retratada nas músicas, diferentemente das massivas canções que retratam o relacionamento heterossexual, pois estas são feitas de maneira explícita, devido ao respaldo da naturalidade que a heterossexualidade lhe dispõe. Por outro lado, a contrassexualidade tem como tarefa modificar as posições de enunciação (PRECIADO, 2014, p. 27).

Paul B. Preciado (2014) sugere que a prática do *fist-fucking*<sup>5</sup> deve ser considerada como um exemplo de alta tecnologia contrassexual e que os praticantes de sexo anal evidenciam uma possível revolução contrassexual, pois entre outras coisas o ânus é universal, ou seja, todos têm ânus. Este aspecto é sugerido na canção “Espia, escuta” no trecho que diz: “[...] Me representam as bucetas nada contra os bilaus, mas hoje o beijo vai pro cu e seu poder sensacional, todo mundo tem é consenso geral, curirica representa igualdade mundial, porque a mulher-

da ficando embucetada [...]” (MULAMBA, 2018) abordagem essa que muitas vezes é rechaçada, inclusive entre mulheres, pois essas, como argumenta Bourdieu (2012), reproduzem os hábitos cis-heteropatriarcais estruturados na sociedade.

Para Silvia Federici (2017) tais hábitos ocorrem, pois a intervenção na sexualidade feminina, o impedimento do domínio das mulheres sobre seus próprios corpos e a repressão a homossexualidade estão intimamente ligados a manobras capitalistas para a permanência do sistema e, assim, persiste até os dias atuais. Tais hábitos cis-heteropatriarcais revelam um dos sintomas mais evidentes da desintegração social, o estupro, pois esse assume uma proporção epidêmica a qual parece não ter solução. Neste ponto, Angela Davis revela:

Nos Estados Unidos e em outros países capitalistas, as leis contra estupros foram, em regra, elaboradas originalmente para proteger homens das classes mais altas, cujas filhas e esposas corriam risco de serem agredidas. O que acontece com as mulheres de classe trabalhadoras, em geral, tem sido uma preocupação menor por parte dos tribunais. (2016, p.177).

As canções “Mulamba” e “P.U.T.A” retratam essa situação nas quais também encontra-se outra realidade apontada pela autora que é o fato de que o estupro está intimamente ligado ao racismo estrutural em que, consideravel-

5 Prática de penetração do ânus com o punho que conheceu um desenvolvimento sistemático no seio da comunidade gay e lésbica a partir dos anos setenta. (PRECIADO, 2014 p. 32).

mente, poucos os homens brancos são processados pela violência sexual que cometeram contra essas mulheres, mas que em contrapartida a acusação de estupro tem sido indiscriminadamente dirigida aos homens negros, tanto os culpados quanto os inocentes. (DAVIS, 2016, p. 177).

Davis (2016) acrescenta que essa proporção se repete entre as mulheres negras que são sistematicamente abusadas e violadas por homens brancos, onde na fase inicial do movimento antiestupro contemporâneo, eram poucas teóricas feministas que analisavam com seriedade as circunstâncias particulares envolvendo as mulheres negras na condição de vítimas de estupro, juntamente aos assassinatos de homens negros devido à manipulação racista das acusações de estupro, afirmando que esses casos apenas começaram a ser reconhecidos de modo significativo. Para a autora:

O abuso sexual de mulheres negras, é óbvio, nem sempre se manifesta na forma de uma violência tão aberta e pública. Há o drama diário do racismo representado pelos incontáveis e anônimos encontros entre as mulheres negras e seus abusadores brancos – homens convencidos de que seus atos são naturais. Essas agressões têm sido ideologicamente sancionadas por políticos, intelectuais e jornalistas, bem como literatos que com frequência retratam as mulheres negras como promíscuas e imorais. [...] A

imposição dessa maneira de enxergar as mulheres negras aos homens brancos da classe trabalhadora foi um momento de triunfo para o avanço da ideologia racista. [...] O racismo sempre encontrou forças em sua habilidade de encorajar a coerção sexual. Embora as mulheres negras e suas irmãs de minorias étnicas tenham sido os alvos principais desses ataques de inspiração racista, as mulheres brancas também sofreram. Uma vez que os homens brancos estavam convencidos de que podiam cometer ataques sexuais contra as mulheres negras impunemente, sua conduta em relação às mulheres de sua própria raça não podia permanecer ileso. O racismo sempre serviu como um estímulo ao estupro, e as mulheres brancas dos Estados Unidos necessariamente sofreram o efeito indireto desses ataques. Esta é uma das maneiras pelas quais o racismo alimenta o sexismo, tornando as mulheres brancas vítimas indiretas da opressão dirigida em especial às suas irmãs de outras etnias. (DAVIS, 2016, p. 181, grifo nosso).

Ana Claudia Lemos Pacheco (2013) ao evidenciar a questão da afetividade no âmbito racial no panorama baiano e brasileiro retrata em seu livro *Mulher Negra: Afetividade e solidão* o tema. Segundo a autora a realidade social vivida é justificada pela raça e classe que segue condicionando as escolhas afetivas das mulheres negras e mestiças, pois estas “estariam fora do ‘mercado afetivo’ e naturalizada no

'mercado do sexo', da erotização, do trabalho doméstico, [...] 'escravizado', em contraposição, as mulheres brancas [...] pertencentes 'à cultura do afetivo', do casamento, da união estável." (PACHECO, 2013, p. 25) e acrescenta que as escolhas dos parceiros afetivo-sexuais entre homens e mulheres brancos/as, negros/as e mestiços/as na sociedade brasileira são reguladas culturalmente de maneira estrutural, próprias das ideologias propagadas no início do século XX baseadas nas teorias do embranquecimento racial, sobretudo, aquelas veiculadas pelas teorias do luso-tropicalismo e nos anos 1930, a tese da democracia racial freyreana. Como resultado a autora diz que a miscigenação brasileira se deve "[...] muito mais pela preferência afetivo-conjugal de homens negros por mulheres brancas, do que ao contrário, como atestam alguns estudos, o que contraria o modelo freyreano de uma democratização das relações sexual-raciais no Brasil." (PACHECO, 2013, p. 51).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, considera-se que o presente artigo, ao apresentar canções da banda Mulamba, que tratam da sexualidade feminina e evidenciam o sexo praticado pela mulher sem tabu, remonta em qualidade a censura e repres-

são pela sociedade majoritariamente cis-heteropatriarcal e ao mesmo tempo denuncia estupros, muitas vezes banalizados, que violam o corpo feminino. Para tanto, evidenciou-se que tais práticas dominantes inferiorizam a mulher negra, LGBTQI+ e pobre pelo fato da sociedade brasileira, pautada no sistema capitalista, racista e cis-heteropatriarcal, legitimar tal dominação. Apontou-se que ao compreender os mecanismos que causam essa inferiorização é possível compreender mecanismos de controle de toda uma população, do mesmo modo, assinalou-se o conceito de contrassexualidade como possibilidade de modificação das posições de enunciação entre o gênero e orientação sexual dominante aos demais gêneros e orientações sexuais.

Assim o artigo ressalta que o racismo é um mecanismo de perpetuação para o estupro e que, ao tratar do sexo e sexualidade feminina, o mesmo não pode ser feito de maneira única, sem que seja levado em conta critérios como raça, classe e orientação sexual, uma vez que, mesmo com o advento do feminismo negro, que trabalha e luta pelas questões interseccionais, a sociedade brasileira é majoritariamente racista e cis-heteropatriarcal e privilegia a mulher branca, cis-heterossexual de classe média e alta nas escolhas afetivo-conjugais em detrimento da mulher transexual e demais orientações sexuais, mulheres negras e miscigenadas da classe trabalhadora da sociedade.

Portanto, através das análises das músicas foi possível observar que a banda Mulamba usa seu lugar de fala para dar voz a todas as diversidades de mulheres por meio de suas composições com o intuito de resistir ao o capitalismo, o racismo e cis-heteropatriarcado como possibilidade das mulheres assumirem a liberdade sobre suas vidas, de decidirem sobre seus próprios corpos, sem que sejam interpeladas. Isto posto, é possível afirmar que as letras das músicas buscam promover uma equidade racial, econômica e sexual de gêneros.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, M.J.F. Estigma Social. Info Escola. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociologia/estigma-social/>. Acesso em: 02 mar. 2020.

BORRILLO, D. A homofobia. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Org.). Homofobia & educação: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres; EdUnB, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESPENTES, Virginie. Teoria King Kong. São Paulo: n-1 edições, 2016.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, D.; RESMINI G.. Biopolítica. UFRGS. BR. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/espaco/biopolitica.html>. Acesso em 02 mar. 2020.

FREYRE, G. Casa-Grande & Senzala. Rio de Janeiro: Record, 1995.

MULAMBA, São Paulo, Máquina Discos, 2018. Plataforma digital e disco físico. 39 min 33 s.

NETTO, L.R.F. Misoginia. Info Escola. Disponível em: <https://www.infoescola.com/>



sociologia/misoginia/. Acesso em: 02 mar. 2020.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. Mulher negra: afetividade e solidão; [posfácio], Isabel Cristina Ferreira dos Reis. - Salvador: ÉDUFBA, 2013.

PRECIADO, Beatriz. Manifesto Contrassexual. Práticas Subversivas de Identidade Sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRIORE, M. D. Histórias íntimas: Sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

ROSENTHAL, R. Angela Davis: o internacionalismo negro com foco na Palestina. Chacoalhando, 2019. Disponível em: <https://chacoalhando.com/2019/11/20/angela-davis-o-internacionalismo-negro-com-foco-na-palestina-por-rubem-rosenthal/>. Acesso em 02 mar. 2020.

TREVISAN, J. S. Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. Trópico dos Pecados. Moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

A CONDIÇÃO  
DE SUBALTERNA:  
UMA ANÁLISE DA  
VIOLÊNCIA CONTRA  
A MULHER NEGRA  
NOS CONTOS *MARIA,*  
*DUZU-QUERENÇA*  
E *LUAMANDA*, DE  
CONCEIÇÃO EVARISTO

CARVALHO,  
Maria do Carmo  
Moreira de

Graduanda do curso de  
Licenciatura Plena em Letras  
- Português pela Universidade  
Estadual do Piauí - UESPI.

Orientadora: Profa. Me. Sara  
Regina de Oliveira Lima

# ARTIGO

THE CONDITION  
OF SUBALTERN: AN  
ANALYSIS OF VIOLENCE  
AGAINST BLACK  
WOMEN IN TALES  
*MARIA, DUZU-QUERENÇA*  
AND *LUAMANDA*, OF  
CONCEIÇÃO EVARISTO

# Resumo

Conceição Evaristo, escritora brasileira, conhecida no cenário nacional e internacional pela escrita voltada para temas que estabelecem uma representação da imagem do negro perante a sociedade bem como a desigualdade de classe, raça e gênero, organiza em sua obra *Olhos d'água* (2014) uma coletânea de contos que discute, por meio ficcional, a vivência de mulheres, homens e crianças pobres e negras em meio à discriminação e preconceito racial. Em razão do amplo elenco de personagens com questões conflituosas, a proposta para a presente pesquisa centra-se na análise de três contos, sendo estes: *Maria*, *Duzu-Querença* e *Luamanda*, presentes na obra já mencionada. Pretende-se observar como a mulher é violentada, visando estabelecer uma discussão sobre as circunstâncias que favorecem o fortalecimento de subalternização da figura feminina no contexto em que estão submetidas, buscando remontar a pressupostos que tratem da feminilidade em relação ao viés de raça e classe.

## Palavras-chave:

Violência; Mulher; Negra; Subalternidade

# Abstract

Conceição Evaristo, a Brazilian writer, known in the national and international scene for writing focused on themes that establish one representation of the image of black before society as well as inequality of class, race and gender, organizes in his work *Olhos de água* (2014) a collection of short stories that discusses, through fictional means, the experience of poor and black women, men and children amid discrimination and racial prejudice. Due to the broad cast of characters with conflicting issues, the proposal for this research focuses on the analysis of three short stories, these being: *Maria*, *Duzu-Querença* and *Luamanda*, present in the work already mentioned. It is intended to observe how women are violed, aiming to establish a discussion for the strengthening of the subalternization of the female figure in the context in which they are submitted, seeking to go back to the assumptions that deal with femininity in relation to race bias and class.

## Keywords:

Violence; Woman; Black; Subalternity

# INTRODUÇÃO

O presente artigo visa discorrer sobre a subalternidade da mulher negra no âmbito social, dessa forma, será discorrido como o momento histórico brasileiro no qual se praticava abusos contra as mulheres escravizadas contribuiu para que nos dias atuais mulheres negras fossem postas à parte na sociedade, e como de modo infeliz estas práticas se enraizaram, originando, portanto, o discurso e o estereótipo que se intensifica sobre elas. Centra-se nas imposições postas a estas mulheres em que viver continuou a ser desde os fatídicos anos de escravidão, um sacrifício. É perceptível que hoje, mesmo com a crescente militância visando extinguir tal pensamento e a desconstrução dele nos veículos midiáticos e no meio social, ainda se faz presente em um país no qual uma grande parcela de sua população é negra.

Posto isto, a pesquisa se justifica pelo entendimento de que discutir esta questão de desfavorecimento perante outras mulheres e homens em geral é imprescindível, pois o cenário social atual não nos permite dar continuidade em conceitos que excluem pelo simples fato de não atender ao padrão estabelecido pelo dominante a uma sociedade. Os tempos mudam não só em relação às novas tecnologias que surgem a todo o momento, mas também nas ideias e concepções sobre o outro, sobre o mundo.

É de suma importância abordar a questão racial, de classe e de gênero para que conceitos antes arraigados deem espaço para novas ideias e para a desconstrução. À vista disso, na obra de Evaristo aqui abordada, “por mais que dor e sofrimento pontuem as histórias, há também em todas elas a chama de uma vontade forte, de uma consciência que desperta, do aprendizado dos extremos da vida e da morte.” (LAJOLO, 2016, p. 1), sobretudo, no que remete às mulheres negras e de classe baixa. E, além disso, é conveniente estudar a presente pauta para que a visibilidade desta discussão ultrapasse o social e faça parte do científico, posto que tal questão estivesse durante um longo tempo em posição de invisibilidade na literatura, trabalhá-la é dar voz e vez dentro dos estudos literários.

Dessa forma, o artigo tem o objetivo de colaborar para com os estudos que abordam a temática feminina negra. Objetiva, inclusive, cooperar para a divulgação e acréscimo dela, servindo como suporte para as futuras pesquisas que tratem da questão aqui discutida. Para esse fim, os contos selecionados são *Maria*, *Duzu-Querença* e *Luamanda*, visto que, as personagens principais são vítimas de violências que se relacionam pela exclusão e desfavorecimento, fatores contribuintes na constituição da violação delas.

Na tentativa de situar sobre os contos estudados, faz-se necessário uma breve síntese das narrativas selecionadas, apresenta-se, em primeiro lugar, o conto

*Maria* em que nele Evaristo retrata a mulher que trabalha como doméstica para a elite e a mãe solteira que vive na periferia. A personagem se mantém a margem, pois se trata de uma mulher, negra e periférica, a tríade perfeita, aos olhos do dominante, para que esteja em posição inferior. Responsável pela criação solo de seus filhos depende das sobras da cozinha onde trabalha para que possa oferecer-lhes alimentação. Os poucos trocados que recebe em troca do trabalho não são suficientes para a família, pois são gastos em passagens na volta para casa. É, então, lixada pelos passageiros quando associada como cúmplice de seu ex-marido no assalto ao ônibus diário depois de um longo dia de trabalho.

Com relação ao conto *Duzu-Querença*, a história contada é de forma gradativa, trata-se da vida da personagem desde a infância até os dias de sua morte. É contado momentos de sua vida, como enfrenta as dificuldades impostas a ela a partir da infância. Vivendo em uma família humilde, seus pais não conseguem lhe oferecer uma vida entendida como digna a uma criança, então, passa a trabalhar como doméstica ainda quando infante. Logo após algum tempo de trabalho, descobre que aquele lugar se trata de um prostíbulo e, assim, passa a ser violentada pelos frequentadores do lugar. *Duzu* aprende desde a tenra idade a lidar com as imposições e sonha de todas as formas um dia poder ser livre.

O último conto intitulado *Luamanda* é a retratação da mulher na sociedade machista. Evaristo aborda a

questão da mulher negra violada pelo seu ex-companheiro, reflexo do patriarcalismo em que está sujeita. *Luamanda* é uma mulher livre de meia idade, relaciona-se com quem sente interesse, não se prende aos conceitos predeterminados no que se refere à sua sexualidade. Uma das marcas da personagem é a sua liberdade e facilidade de amar, de se entregar. No entanto, é marcada pela violência a ela depositada por um homem com quem dividiu sua vida. É, pois, vítima da incompreensão do término da relação quando ele a violenta com um objeto perfurante, o que causa o abuso monstruoso de seu sexo.

Então, através deste cenário de subalternidade que Evaristo nos apresenta as personagens presentes nos contos a serem analisados. Mediante o fenômeno da escrevivência, por ela desenvolvido, e da linguagem fluída, constrói as narrativas de maneira que se sinta a realidade destas personagens que é, do mesmo modo, a realidade da mulher negra na sociedade não ficcional.

Com base nisso, para a concretização desta pesquisa, tencionou como método buscar suporte nos pressupostos teóricos da filósofa Angela Davis (2016), em suas considerações sobre a feminilidade em relação ao viés de raça e classe, no que se refere à exclusão de mulheres negras no meio social e nas lutas de gênero. Além dos estudos de Bell Hooks (1995), Kembele Crenshaw (2004) e Silvio Almeida (2016) essenciais para a fomentação e análise do estudo proposto, visto que se dará conforme ideais dos autores supracitados.

Para se chegar aos resultados alcançados, a pesquisa se deu de maneira analítica em que fosse possível dialogar a problemática com os estudos levantados. Procurou-se discutir como a mulher negra é inferiorizada através da intersecção da raça/classe/gênero e como estes fatores influenciam na sua relação em sociedade.

A pesquisa foi realizada mediante divisão em duas partes: a primeira procurou argumentar de forma breve sobre o reflexo do tratamento da mulher escravizada em vista da mulher negra dos dias atuais como, por exemplo, a tradição “exótica, sensual, provocativa”, segundo a concepção de Sueli Carneiro (2002, p. 171) referindo-se ao sexismo da mulher negra desde a escravidão e o estereótipo de doméstica herdado também pelo período; e em um segundo momento pretendeu levantar uma discussão teórica, relacionando-a com as narrativas a fim de fomentar o questionamento central e se chegar aos resultados desejados – o de dissertar sobre a subalternidade da mulher negra nos contos escolhidos.

Uma posição herdada,  
ou deserddada

Numa avaliação do papel da mulher negra e da posição destinada a ela perante o contexto social, faz-se necessário incitar um breve retrospecto das experiências vivenciadas no período da escravidão em que foram elas as mais

desmoralizadas e mutiladas, não só no que diz respeito ao físico, mas, também, ao mental e à moral, e como as condições impostas no período escravista obtiveram respaldo, naturalizando-se na sociedade atual.

Assim sendo, no período em que a mão de obra escrava fornecia para os senhores brancos uma fonte de renda vasta, crescia cada vez mais a exportação de pessoas para serem escravizadas em navios negreiros mediante tortura, sobretudo, para com as mulheres grávidas, que eram submetidas a condições degradantes, muitas das vezes, sujeitadas a partos inseguros.

Ocorria durante exportação uma espécie de desumanização à base de torturas e castigos infundáveis a fim de tornarem-se corpos dóceis, prontos para a domesticação, principalmente as mulheres vistas como propícias à atuação domésticas nas casas das senhoras brancas. Eram elas, pois, alvos de constante abuso dentro dos navios, “eram as mulheres negras um alvo acabado para qualquer homem branco que podia escolher o abuso físico e torturá-las” (HOOKS, 2014, p. 15), tornavam-se, assim, objeto de poder absoluto dos dominantes brancos.

Doravante a isso, a objetificação das mulheres escravizadas transpassa dos navios negreiros para as zonas de trabalhos e casas dos senhores, servindo como objeto de iniciação sexual dos filhos de seus donos ou qualquer outro ambiente em que um homem se sentia confiante e poderoso o suficiente a

ponto de abusá-las e desmoralizá-las.

Nota-se que, diferente dos homens negros, as mulheres eram subservientes tanto no trabalho braçal quanto nas relações sexuais – como bem coloca Davis (2016). Tornavam-se desprovidas de gênero, desprovidas da condição da mulher feminina amável e materna determinada pela supremacia masculina, promovendo-as ao papel do homem – como “também sofreram de maneiras diferentes, porque eram vítimas de abuso sexual e outras barbaridades de maus tratos que apenas podem ser infligidas às mulheres” (DAVIS, 2016, p. 11), sujeitadas à posição de fêmea explorada sexualmente.

Ao passo que se instalava uma mudança na sociedade – ou não –, a condição das mulheres negras em nada diferenciava da vivência imposta no período escravista. Instalou-se na figura dessas mulheres a subserviência, nos veículos de entretenimento, o que se faz presente são as mulheres negras representadas como domésticas ou descritas através da sensualidade e objetificação, “destinadas ao prazer sexual” (CARNEIRO, 2002, p. 171). Este fato é necessário para contribuir com o estereótipo social perpetuado sob a construção da imagem da mulher negra ao longo da história. A isso, levanta-se a reflexão, que a elas foi posta uma posição de desprestígio herdada pela história e, para além disto, uma de prestígio deserdada, retirada, esvaída.

Com base nisso, no tópico seguinte será tecida uma análise sobre a su-

balternização da mulher negra enquanto posição social, racial e de gênero na contística de Conceição Evaristo, contudo, será evidenciada a banalização do ser feminino diante do pensamento patriarcal e racista expressos na realidade social. Além disto, será verificada a possibilidade de ocorrer a mesma violência para com estas mulheres caso estivessem inseridas em outra realidade, se não na condição de subalternas por se tratarem de corpos negros.

Corrompida, silenciada,  
subserviente

No Brasil, a violência direcionada à mulher, seja ela sexual, social e racial, é frequente e tratada com certo grau de normalidade – em decorrência da superioridade masculina a qual fragmenta a mulher destinando-a ao posto de submissa em meio à sociedade organizada de maneira patriarcal e que justifica tal pensamento pelo o anseio à ‘moralidade’ e ‘bons costumes’. Contudo, considerando o pressuposto de Bourdieu (2012) no que diz respeito à subordinação sexual e social da mulher, “se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino ativo, e o feminino, passivo” (2012, p. 31) –, dessa forma, o papel da mulher perante às relações de gênero na sociedade é hierarquizada. As relações sexuais entre o homem-passivo e mulher-submissa, segundo o autor, traduzem a organização social.

1 Ver BRABANT, 1989, p. 17. Neste trabalho o autor faz nota à citação dizendo que a encontrou em: Duchesme. Sur l'enseignement de l'histoire, de la Géographie et de la chronologie. (Sobre o ensino da história, da Geografia e da cronologia) 1822.

A mulher é subordinada tanto nas relações sexuais quanto nas relações que tangem às relações socioculturais. Tal fato retira da figura masculina a responsabilidade das práticas agressoras por eles cometidas corroborando para mais a insignificância do teor destrutivo causado à vítima. Todavia criminalizando-a na tentativa de retirar do dominador o papel agente na causa da violência como forma de naturalizar suas ações.

No entanto, há um agravante ainda mais recorrente na impetuosa violência dirigida ao ser feminino, refere-se à violência contra a mulher negra, que implica na junção da violência de gênero e de raça. Ocorre, pois, com total intensidade no âmbito social, as mulheres negras apenas serão protegidas à medida que o problema a que estão subordinadas passa a existir como o problema do ser ocupante do grupo dominador, seja ele racial ou de gênero.

Neste caso, o grupo racial é entendido como dominante ao passo que o homem negro se mantém em uma posição de superioridade em relação à mulher negra. Quando se refere ao problema único dela não há maneiras nem ao menos interesse na resolução da problemática em evidência na sociedade. Assim sendo, a posição periférica, de gênero e de raça irão corroborar para mais a não adoção de práticas políticas que as protejam.

Para, além disso, a naturalização desta hostilidade, segundo Silvio Almeida em entrevista de vídeo à TV *Boi-*

*tempo*, ocorre ainda pela conjuntura do racismo estrutural, em que não se movem as barreiras que as tornam menos prestigiadas, pelo contrário, reforçam os paradigmas elevando a um grau maior de subalternização. Paradigmas estes entendidos, através de uma relação estrutural estabelecida pelo autor, como a posição de vulnerabilidade resultante da realidade econômica, do baixo salário das mulheres, da falta de representatividade e não atendimento às pautas defendidas por elas. Tal fator é identificado na fala do autor durante a entrevista,

Juntando tudo isso, a gente consegue entender, por exemplo, outros dados que são assustadores. Por exemplo, o fato de que entre 2003 e 2013, a violência contra as mulheres brancas recuou quase 10%, 9.8%. Só que em compensação às mulheres negras aumentou 54,6%. O que explica isso a não ser uma condição estrutural? Uma condição de funcionamento normal das instituições? (O QUE É RACISMO ESTRUTURAL, 2016).

Nos contos a serem analisados é perceptível à desvantagem das mulheres descritas por Evaristo enquanto não brancas. O funcionamento normal das instituições em vista do inferiorizado, exclui o direito institucional enquanto cidadão, o direito da liberdade e valorização enquanto corpo negro, o direito à invulnerabilidade econômica.



Em busca de estabelecer uma relação à concepção de Almeida, semelhante ao fato defendido, o fenômeno da interseccionalidade tratada por Kimberle Crenshaw (2004), nos indica que lidamos com o fato de que a violência atinge sua grande escala quando dirigida a grupos sobrepostos de pessoas, o que exclui a ideia de grupos distintos. No mais, retirar a importância de findar as violências sofridas pelas mulheres negras por basear a discriminação à experiência de grupos outros significa excluir as experiências delas próprias, é, pois, colaborar para mais a efetivação da inferioridade e silenciamento destas mulheres. A intersecção responsável pelo cruzamento de diferentes minorias causa a colisão em que as afetadas são aquelas integradas à tríplice da descriminalização<sup>1</sup> – mulher, negra e pobre.

Os grandes atos violentos são praticados por motivações racistas, consequência da herança histórica. Desse modo, unindo o desfavorecimento de classe social e a inferiorização de gênero à questão racial, convertem-se em agressão moral, física, psicológica e, ainda, a sujeição ao sexismo. O fato que se segue na sociedade é o da mulher negra violentada e silenciada.

O conto *Maria* perpassa uma narrativa tocante, a personagem injustiçada sofre a dor do corpo negro em meio à sociedade racista, despreparada de razão. O conto presente narra à história de uma mulher negra, que vive em uma favela, responsável por si só pela

criação dos filhos e que trabalha como doméstica em uma determinada casa de família rica. Nota-se a subordinação estrutural mencionada por Crenshaw quando teoriza que,

As contratadas, em geral, são mulheres economicamente marginalizadas, que, por essa razão, são também socialmente marginalizadas, situadas na base da pirâmide socioeconômica. Essas mulheres acabam trabalhando de 18 a 20 horas por dia, cuidando primeiramente de suas famílias e, depois, das famílias e necessidades das patroas. É isso que eu chamo de subordinação estrutural, a confluência entre gênero, classe, globalização e raça (CRENSHAW, 2004, p. 14).

Ao lado da tríplice discriminatória instala-se a subordinação estrutural a que Maria encontra-se fadada a vivenciar. Como se não bastasse a privação de direitos previstos ao ser humano em todas as suas congruências, é marcada pela vida, não por cicatrizes que um dia foram feridas abertas, mas cicatrizes que pela insistência e infelicidade de se fazerem presentes, fixam-se na alma e se instalam vívidas. E no dissabor humano se desfaz quando durante sua volta para casa encontra o ex-marido que, por sua vez, assalta o ônibus no qual se encontram e, no infeliz fortune de ser a única a não ser roubada – somasse a isso o fator óbvio de racial e de gênero – é espancada até a morte.

<sup>1</sup> Termo utilizado por Sueli Carneiro em *Gênero e Raça* presente na obra *Gênero, democracia e sociedade brasileira* (2002).

A herança racista contribui para a subalternização da personagem, o preconceito contra as pessoas em lugar menos privilegiado, de baixa classe social é evidenciado quando o ódio e a discriminação que são proferidos na passagem: “ouviu uma voz: Negra safada, vai ver que estava de coleio com os dois.” (EVARISTO, 2016, p. 41), coloca Maria em uma posição de “capanga” dos assaltantes – o que nos faz pensar no agravante para tal colocação: a posição que às mulheres de pele escura ocupam na sociedade, a de desvantagem quando colocadas ao lado de mulheres brancas.

Na tentativa de conscientizar sobre a insaciável violação dos direitos humanos– lê-se tornar público, visto que as políticas públicas de forma pesarosa não funcionem e a sociedade parece não ter conhecimento da situação violenta que o racismo as posiciona –, Geledés - Instituto da Mulher Negra - junto à Crioula -Organização de Mulheres Negras –, sob coordenação de Nilza Iraci e Jurema Werneck<sup>2</sup>, organiza um dossiê sobre a quebra dos direitos previstos às mulheres. Doravante a isso, afirma:

A violência é um fenômeno complexo e, nas sociedades afetadas pelo racismo patriarcal heteronormativo, atinge de maneira desproporcional às populações de pele escura [...] Apesar de o Brasil ter se empenhado nas últimas décadas em ações de diminuição das desigualdades sociais e de enfrentamento da violência contra a mulher,

elas não impediram o aumento de 54.2% dos assassinatos de mulheres negras entre 2003-2013, o aumento do encarceramento feminino e a continuidade das violações de direitos das mulheres negras (GELEDES; CRIOULA, 2016, p. 5).

Aqui a violência encontra-se em grau superior à dirigida a mulheres brancas. No conto Maria, Evaristo evidencia esta continuidade vexatória da violação dos direitos atribuídos às mulheres negras. A personagem é estigmatizada, desmoralizada, silenciada, assassinada. Na passagem “Aquele puta, aquela negra safada estava com os ladrões” (EVARISTO, 2016, p. 42), levanta-se o questionamento: Maria seria vítima de assassinato se ocupasse outra posição no meio social?

Indo mais além na revelação de Evaristo em que, assim como *Maria*, *Duzu-Querença* e *Luamanda* representam as chagas sociais, quando evidencia que a inocência de menina de Duzu, seria suficiente para impedir a introdução da personagem a contextos que a convertem ao destino da vida amargurada nas ruas, se ocupasse outra esfera da sociedade.

Ou ainda que Luamanda com toda sua liberdade de todos e do mundo, não pudesse sofrer através de mãos machistas – mãos que um dia fizeram parte de seu alento, do seu desejo. E, assim, permanecesse no recolhimento e dor – se não ocupasse posição de feminilidade, em que, na visão de um

2. Nilza Iraci é comunicadora social, militante do movimento da mulher negra e coordenadora executiva do Geledés. Jurema Werneck é ativista do movimento de mulheres negras no Brasil e direitos humanos. Diretora da Anistia Internacional.

meio social machista, é suficiente para justificar a agressão sexual. As mulheres de Evaristo descrevem de modo verossímil a agressividade social.

Contudo, a situação social onde “as mulheres negras representam o principal grupo em situação de pobreza [...] a maioria [...] reside nas regiões com menor acesso a água encanada, esgotamento sanitário e coleta regular de lixo.” (GELEDES; CRIOULA, 2016, p. 11) o que as deixa à mercê da injustiça social, da extrema miséria, da sobrecarga de trabalho e responsabilidade em conseguir meios para manter a sobrevivência dos filhos. A estes fatores Maria é subserviente:

No domingo, havia tido festa na casa da patroa. Ela levava para casa os restos. O osso do pernil e as frutas que tinham enfeitado a mesa. Ganhara as frutas e uma gorjeta. O osso a patroa ia jogar fora. Estava feliz, apesar do cansaço. A gorjeta chegara numa hora boa. Os dois filhos menores estavam muito gripados. Precisava comprar xarope e aquele remedinho de desentupir o nariz. Daria para comprar também uma lata de Toddy. As frutas estavam ótimas e havia melão. As crianças nunca tinham comido melão. Será que os meninos gostavam de melão? (EVARISTO, 2016, p. 39-40).

A subserviência retira da personagem o direito de existir como parte integrante de uma sociedade. Sociedade essa que exclui, destrói, corrompe e

mata. Na corrida pela sobrevivência de si – pois se mantendo vívida garantiria, mesmo que lhe custasse à dignidade como indivíduo, a sobrevivência de seus meninos. Afinal, os meninos gostariam de melão?

No conto intitulado Duzu-Que-rença, seguindo uma perspectiva semelhante, a personagem é retratada através da interrupção de sua infância. Enquanto as demais crianças ocupavam-se com brincadeiras, Duzu era violentada de maneira constante pelos homens da pensão onde residia. A personagem é vítima da violência estrutural que “ocorrem em diferentes formas onde há manutenção das desigualdades sociais, econômicas, culturais, de gênero, etárias, raciais, étnicas” (GELEDES; CRIOULA, 2016, p. 13). Devido à pobreza a que está submetida desde criança, marcada pela violência Duzu é posta no comércio do sexo, vivencia na pele o sexismo exacerbado, a todo o momento de sua vida é desmoralizada.

Em posição de total desfavorecimento, passa por diversos tipos de hostilidade, fatores que a fazem acreditar que a vida é violação. Insere-se, pois, na violência física, moral, sexual, psicológica. Evidencia-se o sofrimento o qual fez parte de toda a sua vida no seguinte trecho:

Duzu morou ali muitos anos e de lá partiu para outras zonas. Acostumou-se aos gritos das mulheres apanhando dos homens, ao sangue das mulheres assassinadas.

Acostumou-se às pancadas dos cafetões, aos mandos e desmandos das cafetinas. Habitou-se à morte como uma forma de vida (EVARISTO, 2014, p. 34).

Duzu é mandada pelos pais para morar na casa de uma família em vista das poucas condições de criá-la, no entanto, sem se dar conta que a enviariam para um prostíbulo. Ainda menina, no novo contexto de moradia, é vítima de pedofilia quando “teve um momento em que o homem chamou por ela. Vagarosamente ela foi se aproximando. Ele, em cima da mulher, com uma das mãos fazia carinho no rosto e nos seios da menina” (EVARISTO, 2014, p. 33). Nesta nova conjuntura a que estava sujeita teve que habituar-se mesmo com a inocência de não saber ao todo o que aquelas circunstâncias significariam.

No mais “através dessas experiências vivenciadas, Duzu acabou adentrando à vida adulta sem ao menos ter consciência disso” (PAIM, 2017, p. 8). Habitua-se à rotina lhe posta e torna-se prostituta, aprende como se defender em uma sociedade que a silenciou e acaba seus dias como mendiga. De maneira constante é espancada pelos cafetões, na desesperada circunstância a que foi inserida entende a morte como a vida, a esperança de um lugar ao sol desvaiu-se.

Já no conto intitulado Luamanda é narrado a vivência de uma mãe solteira de cinco filhos, retratada como uma mulher livre que mantém diversos

envolvimentos amorosos sejam eles com mulheres, homens, a quem se dispusesse a amá-la mesmo que por momentos, sendo abandonada por todas e todos.

Contudo, “se havia amor na vida de Luamanda, também um grande fardo de dor compunha as lembranças de seus caminhos” (EVARISTO, 2014, p. 62), apesar de ser liberta, é marcada pela violação sexual que, de modo assombroso, a utilização de instrumentos a deixa marcada com cicatrizes no físico e na memória. Fato este que torna a narrativa, que antes revelava tantas experiências desprendidas da normatização social, forte e tocante.

Se por um lado a violência se instala sobre a égide da situação econômica e racial, por outro é estabilizada sobre o teor sexual, tanto na sujeição sexista, como também na agressão que viola a mulher no seu mais íntimo. O conhecimento das motivações que elevam o homem como detentor de poderes sobre o corpo feminino, da violação de seu corpo permitirá a resistência contra tal cultura. Com efeito,

Se nós não compreendermos a natureza da violência sexual como sendo mediada pela violência e poder raciais, classistas e governamentais, não poderemos ter esperança de desenvolver estratégias que nos permitam um dia purgar nossa sociedade da violência opressiva misógina (DAVIS, 2017, p. 49).

Costuma ser comum a prática à agressão contra a mulher pelos seus companheiros em contextos diversos, a motivação para tal ato atribui-se, como bem coloca Davis (2017), à “necessidade socialmente imposta de exercer o poder e o controle sobre as mulheres por meio da violência” (2017, p. 45), agredir a ex-companheira de maneira sexual liga-se às relações normatizadas socialmente para com a figura masculina. As razões para se cometer tal violação não advém de forma única do incontrolável desejo sexual, mas da vigente normalidade masculina.

Dessa forma, a personagem tem “a vagina ensanguentada, perfurada, violada por um fino espeto, arma covarde de um desesperado homem” (EVARISTO, 2016, p. 62) que se achando dominante e não sabendo compreender a despedida, vinga-se de seu corpo, de modo direto à sensibilidade, à sua liberdade. A normalidade masculina descrita por Davis é evidenciada quando “um homem vê que é necessário ferir o corpo da mulher, marcá-lo, tentar docilizá-lo, trazendo para construção do corpo e sexualidade da personagem marcas e dor” (LIMA; SILVA; MOURA, 2019, p. 8), a ideia perpetuada de poder sobre o corpo instala-se por meio da mediação de práticas sociais que atuam como fontes ideológicas determinantes na posição assumida pelo indivíduo. A de Luamanda é a de violada, a do violador a de poder.

À vista da análise da contística elegida, nota-se que as chagas, a vida

interrompida, o direito retirado, a liberdade e corpo ferido, os aspectos da vida invulnerável da mulher negra contidos na narrativa retratam a escrevivência pontuada por Evaristo, a escrevivência que reflete o peso do próprio corpo em viver – ou tentar – em uma sociedade corrompida, que ainda se preenche pelo preconceito racial e se estabelece através do desempenho discriminatório.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que se pretendeu analisar foi possível à explanação dos aspectos que inviabilizam a atuação da mulher negra no meio social, os grandes atos violentos que para com elas são praticados por motivações racistas, consequência da herança histórica. Desse modo, unindo o desfavorecimento de classe social e a inferiorização de gênero à questão racial, convertem-se em agressão moral, física, psicológica e, ainda, a sujeição ao sexismo.

Não obstante, o racismo estrutural implicando na questão econômica e de gênero as coloca na base da pirâmide, visto que a sociedade segue um modelo institucional-estrutural pré-estabelecido pelos grupos que exercem o poder – o poder branco –, levando-as a um crescente grau de impunidade às práticas desumanas tendo como com

consequência o desprestígio. Tal modelo é, então, regido mediante conjunto de regras introduzidas por meio do poder institucional, as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos (ALMEIDA, 2019, p. 47), que as coloca sob invulnerabilidade resultante da realidade econômica, do baixo salário, da falta de representatividade e não atendimento às pautas defendidas por elas.

Com isso, conclui-se que a experiência de Conceição Evaristo retrata de maneira realista a vivência da mulher negra no Brasil e como a sociedade brasileira é hierarquizada na vertente do ser superior – que manda – e do inferior – que obedece –. Neste sentido, as relações sociais são calcadas sob o respaldo das consequências da desigualdade sob os fracos, desse modo, a violência é dirigida a quem não possui o poder, pelo contrário, é estabelecido o discurso de superioridade e poder em face dos que se encontram na base.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. Três concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. In: \_\_. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. p. 35-52.

BORDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CRENSHAW, Kimberle W.. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004. p. 7-16.

CARNEIRO, SUELI. Gênero e raça. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (Org.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002. p. 169-193.

DAVIS, Angela. O legado da escravidão: parâmetros para uma nova condição da mulher. In: \_\_. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 22-49.

\_\_\_\_\_. Nós não consentimos: a violência contra as mulheres em uma sociedade racista. In: \_\_. Mulheres, cultura e política. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 39-52.

EVARISTO, Conceição. Olhos d'água. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra. A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: violências e violações. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/situacao-dos-direitos-humanos-das-mulheres-negras-no-brasil-violencias-e-violacoes/> Acesso em: 06/09/2019.

HOOKS, Bell. Não sou eu uma mulher:

mulheres negras e o feminismo. Tradução Plataforma Gueto, Rio de Janeiro, 2014.

LAJOLO, Marisa. Olhos d'água, de Conceição Evaristo, por Marisa Lajolo - crítica. Literafro: o portal da literatura afro-brasileira, 2016. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/29-critica-de-autores-feminios/200-olhos-d-agua-de-conceicao-evaristo-por-marisa-lajolo-critica>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

LIMA, Sara; SILVA, Maria; MOURA, Andressa. Preta, pobre e lésbica: reflexões sobre a mulher e o amor na constística de Conceição Evaristo. In: SOARES, M. R.; BRANDÃO, S.; FARIAS, T.. (Org.). Lesbianidades Plurais: outras produções de saberes e afetos. Salvador: Devires, 2019, v. 1, p. 49-59.

O QUE É RACISMO ESTRUTURAL. S. I.: Tv Boitempo, 2016. 1 vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P-D4Ew5DlGrU>. Acesso em: 8 dez. 2019.

PAIM, Luciane. Duzu-querença, salinda e luamanda: uma representação da violência contra a mulher em olhos d'água, de Conceição Evaristo. Literatura e Autoritarismo, Santa Maria, p. 175-188, jul. 2017.

IDENTIDADE  
CULTURAL:  
A REPRESENTAÇÃO  
DAS MULHERES  
GUEIXAS NO  
PÓS SEGUNDA  
GUERRA MUNDIAL

FERREIRA,  
Micaela Souza

Graduanda em História pela  
Universidade Santo Amaro -  
UNISA, São Paulo

Orientadora: Prof. Dra.  
Jussara Parada Amed

mica\_hp\_98@hotmail.com

# ARTIGO

CULTURAL IDENTITY:  
THE REPRESENTATION  
OF GEISHAS  
WOMEN POST SECOND  
WORLD WAR



# Resumo

A pesquisa realizou o estudo comparativo da constituição da identidade e da representação das mulheres gueixas no pós Segundo Guerra Mundial através da produção literária americana Memórias de uma gueixa escrita por Arthur Golden e a biografia *Minha vida como gueixa: A verdadeira história de Mineko Iwasaki*, escrita pela ex-gueixa Mineko Iwasaki juntamente com a jornalista americana Rande Brown. Por meio das duas narrativas a problemática se centrou em estabelecer as diferenças e semelhanças dos autores na composição dessa figura. A pesquisa teve por objetivo analisar de modo crítico o universo cultural que compõem o status identitário da gueixa por meio de duas perspectivas distintas e reconhecer o impacto imaginário dessa arte tradicional japonesa no ocidente pós Segunda Grande Guerra. Para o desenvolvimento metodológico o estudo partiu de uma análise comparativa das interpretações a respeito da figura da mulher gueixa, referente às duas obras anteriormente citadas, por meio da análise do conceito de identidade cultural elaborado por Stuart Hall bem como pelos ideais de Michel Foucault em relação à construção do discurso na formação disciplinar do corpo. A figura da gueixa, composta por suas tradições representativas, formadas através de um longo processo de construção fomentada pela criação de instituições próprias, chegando ao seu ápice no século XX, não acompanhou as mudanças mundiais com o pós Segunda Guerra Mundial desencadeando um desinteresse pela profissão artística, resultado este das múltiplas facetas identitária da pós-modernidade.

## Palavras-chave:

Mulheres Gueixas; Identidade; Representação

# Abstract

The research conducted a comparative study of the constitution of the identity and representation of post-World War II geisha women through the american literary production "*Memories of a Geisha*" written by Arthur Golden and the biography "*Geisha, a life*", written by geisha Mineko Iwasaki with American journalist Rande Brown. Through both narratives the problem focused on establishing the differences and similarities of the authors in the composition of this figure. The research objective to critically analyze the cultural universe that make up the geisha's identity status from two different perspectives and to recognize the imaginary impact of this traditional Japanese art on the post-WWII. For the methodological development the study started from a comparative analysis of the interpretations about the figure of the geisha woman, referring to the two works previously mentioned, through the analysis of the concept of cultural identity elaborated by Stuart Hall as well as the ideals of Michel Foucault in relation to the construction of discourse in the disciplinary formation of the body. The geisha figure, composed of its representative traditions, formed through a long process of construction fostered by the creation of its own institutions, reaching its peak in the twentieth century, did not keep up with the post-World War II world changes triggering a disinterest in the profession result of the multiple identity facets of postmodernity.

## Keywords:

Geisha Women; Identity; Representation

# INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão estudou a identidade característica do universo cultural tradicional da gueixa. Do mesmo modo, buscou relacionar a retratação dessa figura no ocidente pós Segunda Guerra Mundial por meio do intermédio da comparação de duas obras: *Memórias de uma gueixa* escrita por Arthur Golden (2006) e *Minha vida como gueixa: a verdadeira história de Mineko Iwasaki* (2006) escrita por Mineko Iwasaki, uma gueixa aposentada, que teve o auxílio da jornalista americana Rande Brown na composição de sua obra.

A narrativa da primeira obra gira em torno de uma construção literária, inspirada em uma série de entrevistas com a ex gueixa Mineko Iwasaki e evoca a formação de uma garota em uma verdadeira gueixa na região de Gion durante o período caracterizado como *kurotani* (vale das trevas), que refere-se na verdade aos anos da Grande Depressão (1929) até os anos finais da Segunda Guerra (1949), período este marcado não somente por grandes vitórias japonesas em detrimento a sua expansão territorial no leste da China, como também, por sua modernização econômica tardia, que demonstrava um crescimento positivo da nação japonesa. Entretanto, esse período histórico é marcado por uma série de controversas em relação à política interna com grandes casos de escândalos até seu declínio após o ataque a base militar de *Pearl Harbor*, marco da

entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra e que posteriormente viria a encerrar a guerra definitivamente com o ataque nuclear as cidades de Hiroshima e Nagasaki.

Em contrapartida, a segunda obra surge por meio do descontentamento de Mineko Iwasaki (2006) em relação à representação da figura gueixa, apresentada no romance de Golden (2006) e revela uma visão totalmente única a respeito dessa temática, uma vez que em três séculos da existência dessa figura nunca uma mulher veio a público com a sua história já que ela são compelidas implicitamente a não fazer. Com isso a obra agrega essa visão, pois é uma narrativa em primeira pessoa de uma ex-gueixa, tratando de sua própria trajetória desde os anos iniciais como uma jovem *maiko*-aprendiz de gueixa- passando pela sua grande estréia como gueixa até chegar ao momento da sua aposentadoria definitiva. Sua história se passa após 1949, ou seja, nos anos pós Segunda Guerra e mostra, nas entrelinhas, um Japão destruído e cansado, em processo de reconstrução, tentando se estabelecer novamente como uma grande nação, além de demonstrar uma nova visão do Japão através do olhar de uma mulher oriental.

A problemática do estudo analisou a correlação das duas obras no modo como elas evocam a gueixa, sobretudo sua identidade, bem como retratam o discurso em detrimento à disciplina do corpo responsável pelo molde identitário e treinamento funcional dessas mulheres dentro dessa arte tradicional para, assim,

estabelecer o grau característico imaginário dessa figura no ocidente. Nesse sentido, o estudo levantou os seguintes problemas quem são as gueixas e como as duas obras evocam a identidade cultural que envolve esse universo? De que forma as visões de Golden e Iwasaki se diferem na composição representativa da gueixa? Com que caráter essas mulheres são retratadas no ocidente durante o pós Segunda Guerra Mundial?

Os motivos acadêmicos e sociais que qualificam o estudo no âmbito interdisciplinar de pesquisa abrangem os campos da Literatura e História, além dos estudos sobre a disciplina do corpo e da identidade cultural, que possibilitam a problematização no modo como as mulheres gueixas são interpretadas em sua arte e para, além dela, como são concebidas pelo imaginário popular ocidental analisando, então, um tema pouco explorado raramente debatido no campo científico, seja no campo ocidental ou oriental, e que ainda, em muitos casos, utiliza-se de termos pejorativos e estereotipados para representar essas mulheres. Deste modo, a presente pesquisa pretende, ao mesmo tempo, caracterizar e descaracterizar a representação identitária dessa figura. Segundo Dalby<sup>1</sup> gueixas nada mais são do que:

Artistas submetidas a uma rigorosa disciplina, não 'prostitutas exóticas' como é freqüente se supor no mundo ocidental. O prefixo guei, na verdade, significa 'arte' [...] elas estão entre as poucas mulheres que conseguem independência financeira

em uma cultura extremamente patriarcal (2003, contracapa).

Enquanto Osvaldo Peralva<sup>2</sup> acrescenta que "[...] sobre a natureza da gueixa tem havido controvérsias, pois enquanto uns a consideram prostituta de luxo outros vêem nela artista tão digna como qualquer outra." (1993, p. 159) revelando desse modo as vicissitudes da caracterização dessa figura.

Com isso o estudo não visou somente estabelecer a desconstrução imaginativa dessa figura feminina japonesa como também pretende estabelecer a formação de seu universo cultural por meio das bases teóricas desenvolvidas por Stuart Hall (2006) a respeito dos processos fundamentais para a composição da identidade cultural, que determina a fragmentação identitária do sujeito pós-moderno, bem como também a partir dos ideais de Michel Foucault (1991) sobre o poder discursivo vinculado com a disciplina do corpo. Para o autor:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente (1991, p. 127).

Como método da pesquisa foi utilizado os princípios do estudo comparativo, que consiste em sua premissa nada

1. Liza Dalby antropóloga e romancista americana especializada em cultura japonesa. Para seus estudos de graduação estudou e realizou um trabalho de campo no Japão dentro da comunidade de gueixas em Pontochô, onde ela vivenciou e atuou como uma verdadeira gueixa.

2. Osvaldo Peralva foi um jornalista brasileiro correspondente da Folha de S. Paulo em Tóquio. O autor em sua obra 'Um retrato do Japão' mostra as versatilidades da cultura e do povo japonês em diversos segmentos da sociedade.

mais do que a investigação de fatos das duas obras previamente apresentadas, bem como na explanação dos mesmos por meio de suas semelhanças e diferenças, identificando assim suas constantes, suas formas peculiares, suas regularidades, suas transformações, e sua forma geral característica.

Assim com o diálogo entre esses autores a pesquisa não pretende esgotar o assunto, mas contribuir para as pesquisas em torno das mulheres gueixas, abrindo novas possibilidades para futuras pesquisas a respeito dessa temática tão pouco explorada como forma de se compreender mais esse universo identitário tão característico.

No primeiro tópico são abordadas as origens da gueixa como um ofício próprio ainda em seu processo de desenvolvimento, passando pela criação de diretrizes singulares que caracterizaram parte dessa figura, retratando também sua emancipação governamental com a criação de instituições próprias que atendiam as necessidades e demandas da profissão. Dentro disso o segundo tópico tratou as particularidades das visões de Golden (2006) e Iwasaki (2006) em relação à identidade da gueixa, dentro do contexto do pós Segunda Guerra, relacionando desse modo os aspectos semelhantes e divergentes dessa figura. Não obstante, também foi estabelecida uma análise das narrativas de ambos os autores a respeito da composição da identidade cultural dessa figura em referência às instituições responsáveis pela formação das diretrizes desse ofício. E

por fim, o terceiro tópico revela o imaginário ocidental a respeito dessa figura, se tratando não apenas do retrato ligado ao senso comum popular como também da imagem transmitida e propagada por obras ficcionais, mostrando assim a caracterização dessas mulheres nos tempos atuais.

## Origem: formação identitária

Antes de tratar essência da gueixa, isto é, a natureza característica e representativa de quem elas são, é necessário fazer um adendo a respeito das origens dessa figura, principalmente se tratando dessas mulheres e de sua profissão. A gueixa como um ofício surgiu oficialmente no final do século XVIII com as primeiras regulamentações de trabalho estabelecidas pelos governantes durante a Era Edo, que estabelecia regras e condutas singulares a essa profissional a diferenciando de outros ofícios, mas é claro que sua persona era já a muito conhecida como parte característica dos distritos de entretenimento e do prazer no Japão feudal. Contudo foi na Era Meiji, segundo Liza Dalby (2003) e Osvaldo Peralva (1993), que houve de fato o apogeu dessa figura caracterizando o imaginário romântico e de certa forma arrojado dessas mulheres, ainda presente nos dias atuais. Gueixas, nesse período, alcançaram um status elevado dentro da sociedade japonesa, eram vistas como sinônimos da última moda ditavam tendências e se destaca-

vam por serem agradáveis e sofisticadas companhias artísticas e intelectuais para os homens ocupando-se de entretê-los.

Entretanto, mesmo com o destaque social dessa figura, as gueixas passaram por grandes desafios durante o processo de pré-modernização no Japão. Uma dessas adversidades foi à instituição da Emancipação das Gueixas e Prostitutas, uma proposta estabelecida pelo governo japonês com a finalidade de extirpar as profissões características das zonas de entretenimento devido à necessidade de consolidar a imagem do país no exterior tendo como padrão “[...] enquadrar-se naquilo que o Ocidente definia como civilizado [...]” (DALBY, 2003, p. 104), não somente no sentido econômico industrial, mas também no sentido social, voltado para as práticas e costumes, desestabilizando assim a legitimidade da gueixa como ofício, mas não de fato a cerne desse sistema, já que muitas mulheres que atuavam como gueixas continuaram pressionando os canais de autoridade legislativa para reaver a genuinidade de sua profissão.

Como resultado das constantes requisições o governo foi induzido a modificar o decreto de Emancipação e consentir com as práticas desse ofício, entretanto estabelecendo novas regras de conduta, como o pagamento de impostos pelo exercício de seu trabalho e também a participação obrigatória de todas as mulheres que desejassem continuar com a profissão gueixa no Nyokoba (Oficinas Feminina de Artesanato),

local “[...] onde aprenderiam habilidades práticas que lhe permitissem buscar outro tipo de trabalho [...]” (DALBY, 2003, p. 106). Isso dá início, dentro do universo das gueixas, ao que Foucault (1991) caracteriza como o princípio disciplinar do corpo, ao qual se tem o surgimento de um ambiente ou uma instituição própria, no caso as oficinas de artesanato com o intuito de regulamentar, vigiar e se necessário tomar atitudes punitivas com a finalidade de dominar e controlar o que ele caracteriza como corpos dóceis.

Claro que para os governantes a imposição do comparecimento obrigatório nas oficinas artísticas e a sua permanência mesmo após sua entrada no mundo das gueixas, era idealizado a se tornar algo gradualmente maçante e aborrecedor para essas mulheres, que buscariam dentre as habilidades adquiridas durante esses cursos uma nova profissão, contudo o que não se esperava era que essas escolas femininas artísticas se tornassem algo interessante, que despertasse a curiosidade e encanto de jovens moças, e muito menos ainda que a passagem por essas oficinas se tornaria a cerne de ser uma verdadeira gueixa.

Com o status elevado ao um nível profissional, mesmo que a contragosto do governo local a princípio, essas mulheres converteram-se em verdadeiras artistas públicas, estrelas de renomados espetáculos clássicos e também promotoras das artes locais. Ao qual é visível tanto na obra de Golden (2006) quanto na de Iwasaki (2006).

## Gueixas do século XX

A entrada da figura gueixa no século XX foi de certa forma conturbada, pois ao mesmo tempo em que elas conseguiram reconhecimento e autonomia no encargo de sua profissão, isto é, passaram a “[...] definir o que era uma gueixa e quem tinha qualificações para pertencer ao grupo das gueixas” (DALBY, 2003, p. 116), atribuições essas conquistadas pela organização de uma instituição sindical própria, que defendia não somente os interesses como também as condutas normativas, elas passaram por uma crise interna e externa de identidade, ligada não somente pelo aumento crescente do número de mulheres gueixas, mas principalmente pelo choque dessa figura com modernização. Dando abertura para os primeiros entendimentos a respeito da descentralização ou a crise da identidade do sujeito pós-moderno (HALL, 2006).

As gueixas sempre foram uma figura a frente das últimas tendências e da moda, e isso não foi diferente quando o ‘estilo ocidental’ se adentrou no território japonês como um novo sinônimo de elegância e de moderno, enquanto o velho estilo japonês se tornava ultrapassado, assim passaram a adotar novos cortes, penteados e roupas como forma de permanecerem na vanguarda da moda.

Isso como já dito gerou um conflito na caracterização dessa figura, já que para muitos essas mulheres não pareciam mais gueixas, dentre essas inovações, experimentações e críticas externas, elas perceberam que ao estarem entre

as tendências ocidentais elas perderam uma parte fundamental de sua profissão, ao qual as tornava únicas. A respeito disso explica Liza Dalby (2003) que:

Durante esse período, portanto, sua profissão passou por uma mudança importante em sua natureza e em seu sentido social: as gueixas deixaram de ser inovadoras da moda e se tornaram curadas da tradição. Essa função conservadora mostrou-se vital para a existência de sua profissão hoje em dia. (p. 119).

Dessa forma elas conservaram-se em seu estilo tradicional japonês e passaram assim a simbolizar segundo Peralva (1993) um dos aspectos culturais do Japão, marcados por sua representatividade e tradicionalidade, sobretudo durante os momentos de crise e conflitos externos, como viria ser a Segunda Guerra.

### Identidade: gueixas do século XX pós segunda guerra mundial

Tendo esse conflito interno encerrado no começo do século XX pode-se dizer, através de toda essa contextualização, que as mulheres gueixas a partir desse “No mundo de flores e salgueiros do pós-guerra, as gueixas deixaram de lado todas as pretensões ao modernismo: “[...] já não são inovadoras [...], são curadoras da tradição”. (DALBY, 2003, p. 119).

A partir desse ponto as aprendizes de gueixas usualmente iniciam suas

carreiras vivendo e treinando nos *okiyas*, local onde proprietária financia todos os preparativos de sua estréia e gerencia as carreiras dessas mulheres mediante um contrato pré-estabelecido por um tempo determinado e após o fim desse contrato elas se tornam independente e passam a viver em suas casas próprias, ainda que suas carreiras sejam gerenciadas pelas proprietárias dos *okiyas* que as patrocinaram. Contudo essa experiência acaba sendo diferente para Mineko Iwasaki (2006), uma vez que ela é escolhida desde criança para ser atotori, ou seja, a herdeira e sucessora que carregará o nome do okiya Iwasaki, com isso ela acabou sendo adotada pela proprietária, o que a colocou numa posição hierárquica mais elevada que qualquer outra aprendiz ou gueixa da casa Iwasaki que tenha estreado antes dela. Assim, diferentemente de outras gueixas e aprendizes que possuem apenas contratos com as casas de gueixas e mantêm de certo modo uma relação com suas famílias, Mineko é adotada e se torna parte da família Iwasaki, o que é descrito por ela como uma quebra de laços entre sua família de sangue e ela, desse modo o vínculo afetivo é gradualmente substituído pelas novas relações estabelecidas dentro da comunidade gueixa, seja por sua nova casa ou pela escola artística que ela frequenta, no caso a Escola Inoue, uma das mais renomadas dentro desse meio.

Desse modo segundo Iwasaki (2006) em sua própria experiência pessoal as gueixas na metade do século XX, passam a se identificar acima de tudo

como artistas do mais alto nível, tanto como no próprio nome já revela traços dessa característica, e que são instruídas ao longo de sua formação em várias modalidades artísticas como no canto, na dança, na cerimônia do chá, no arranjo das flores e até mesmo arte da conversa que seja desde assuntos triviais até assuntos de grau mais elevado. Corroborado em:

A conversa durante o banquete possuía amplo alcance, e as geikos deveriam ter conhecimento sobre os eventos correntes e a literatura contemporânea, além de conhecer os fundamentos das manifestações artísticas tradicionais como cerimônia do chá, arranjos florais poesia caligrafia e pintura (IWASAKI, 2006, p. 136).

Já para Golden (2006) o caráter artístico presente na formação identitária da figura gueixa é inegável, principalmente durante toda a construção narrativa de sua personagem principal dentro do universo das gueixas. Sempre ressaltando assim como Iwasaki (2006) todos os ambientes incumbidos pelo processo formativo especializado, o que inclui desde as relações envoltas no *okiyas* (casas das gueixas), passando pelas Escolas artísticas e os registros ou associação das gueixas "ate a mais famosa gueixa continuava a ter aulas [...] avançadas, durante suas carreiras, algumas ate os cinqüenta ou sessenta anos." (GOLDEN, 2006, p. 118).

Esses espaços que são encarregados pela trajetória do desenvolvimento

e constituição, também são locais onde se são ensinados “as disciplinas que uma geiko é requisitada a dominar: dança, música, comportamento, caligrafia, cerimônia do chá e arranjos florais [...]” (IWASAKI, 2006, p. 160) da identidade gueixa mostram que há o caráter disciplinador dentro desses ambientes formativos, e não obstante a disciplina atua de maneira articulada, isto é, não somente em um uma única instituição ou ambiente que esse indivíduo frequente, mas sim o maior número desses espaços (FOUCAULT, 1991) com a finalidade de que o deslocamento dos indivíduos entre os vários espaços sejam os *okiyas*, as escolas artísticas ou até mesmo as casas de chá, palco principal de sua atuação profissional, não interrompam a continuidade da normatização.

De forma contundente é possível ver em fragmentos narrativos a atuação disciplinar em meio à construção dessa figura:

Em todas essas aulas, música e dança eram apenas arte do nosso aprendido. Porque uma menina que domina os vários tipos de arte ainda se sairá mal numa festa se não aprendeu o comportamento e atitude adequados. Esse é um dos motivos pelo qual as professoras sempre insistem em boas maneiras e postura em suas alunas, ainda que a menina esteja apenas correndo pelo corredor até o banheiro. [...] Na verdade, a censura mais severa que uma menina pode receber [...] será em geral por [...] ser pouco respeitosa, ou coisa assim. (GOLDEN, 2006, p. 154).

Tendo a continuidade do controle disciplinar exercido até mesmo no espaço domiciliar, no caso nos *okiyas*:

No inverno [...] devíamos endurecer nossas mãos mantendo-as em água gelada até gritarmos de dor, e depois tocávamos lá fora, no ar gelado no pátio. Pode parecer terrivelmente cruel, mas assim as coisas eram feitas naquele tempo. Com efeito, endurecer as mãos assim realmente ajudava a tocar melhor. Você entende, o medo do palco tira a sensibilidade de nossas mãos. E se a gente já se habitou a tocar com mãos insensíveis e doloridas, o medo do palco se torna um problema muito menor. (GOLDEN, 2006, p. 156).

ou

Agora eu era uma menina crescida [...] eu não tinha permissão para gritar, para usar linguagem rude ou fazer qualquer coisa inadequada a uma sucessora. [...] eu não tinha permissão para fazer algazarra ou correr. As pessoas me advertiam constantemente sobre o risco de me machucar ou quebrar alguma parte do corpo, especialmente um braço ou uma perna, o que poderia prejudicar minha beleza e minha dança (IWASAKI, 2006, p. 81).

Mas retomando o caráter artístico da gueixa, tanto Golden (2006) quanto Iwasaki (2006) atribuem como fundamental essa identidade a essa figura, contudo, diferentemente de Iwasaki (2006), Golden (2006) ao abordar a os aspectos artísticos dessa figura acaba



dando uma tonalidade a mais, revelando que por traz dessa arte há toda uma intencionalidade afirmando que essa identidade tem a finalidade de se atrair à atenção do sexo masculino, e não somente atrair num sentido de se conseguir novos clientes, mas principalmente de captar a atenção de uma figura como é conhecida no universo das gueixas como benfeitor, que é descrito por Golden (2006) sendo um homem com um poder aquisitivo considerável capaz de manter financeiramente a gueixa “mas [em troca] terá direito a certos ‘privilégios.’” (GOLDEN, 2006, p. 160) que nada mais do que seria um relacionamento de valor sexual. Ele instrumentaliza a identidade artística da gueixa como um meio para se chegar a esse homem uma vez que para ele “[...] o verdadeiro dinheiro em Gion vem de ter um [benfeitor], e uma gueixa sem nenhum [...] é como um gato vadio na rua sem dono que o alimento.” (GOLDEN, 2006, p. 159).

Para Mineko Iwasaki (2006) essa identidade artística apenas como um instrumento para se conseguir um benfeitor é uma visão muito reducionista para se conceber a totalidade da identidade cultural da gueixa e em oposição a esse pensamento a autora afirma que as gueixas não vendem seus corpos e sim sua arte principalmente se tratando do relacionamento com os benfeitores.

Ter uma geiko importante a seu dispor é o maior sinal de status na sociedade japonesa [...] Da mesma maneira que um benfeitor da ópera não espera favores sexuais de sua diva, o

barão patrocinava [...] somente por causa da perfeição artística que ela incorporava e do resplendor que ela emprestava à sua reputação. (IWASAKI, 2006, p. 59).

Golden (2006) ao tentar retratar gueixa, segundo Iwasaki (2006) acaba misturando aspectos que seriam atribuídos a outro grupo de mulheres, as oiran, que teriam habilidades artísticas semelhantes, mas não iguais e que se diferenciam das gueixas justamente por conta do envolvimento sexual com seus clientes. Iwasaki (2006) se tratando fala também que elas podem ou não dispor de algum relacionamento sexual, como em qualquer outra profissão, mas isso vai depender do tipo de situação, da gueixa e do homem envolvido em questão e não representa qualquer marco representativo a respeito identidade artística da gueixa.

O mundo da flor e do salgueiro é uma sociedade a parte, repleta de regras e regulamentos que lhe são peculiares, e possui seus próprios ritos e rituais. Relacionamentos sexuais fora do casamento são permitidos, desde que obedeçam certas balizas. (IWASAKI, 2006, p. 235).

Além disso, a autora enfatiza que a comunidade das gueixas incentiva a independência não somente financeira, como também da gueixa como mulher, contrariando a visão de Golden (2006) da necessidade de um benfeitor como ponto culminante dessa profissão.

Em meio a essas divergências tanto Golden (2006) quanto Iwasaki (2006) mostram outro lado identitário da gueixa sendo ele um lado sociopolítico, que vai muito além da face do entretenimento e divertimento, que acaba sendo fundamental em sua profissão devido ao tipo de cliente e/ou convidados que recebe que geralmente fazem parte do mais alto escalão social político, econômico, intelectual e artístico, não somente no âmbito nacional como também internacional.

Outra razão é a natureza do empreendimento. As *maikos* e *geikos* entretêm pessoas poderosas, de todas as áreas da sociedade e de toda parte do mundo. Nos somos de fato diplomatas, precisamos saber nos comunicar com qualquer pessoa. Mas isso não significa que sejamos capachos. Nos precisamos ser espertas e articuladas. Com o tempo, aprendi como expressar meus pensamentos e opiniões sem ser ofensiva com os outros (IWASAKI, 2006, p. 107).

Isso reflete as gueixas como verdadeiras articuladoras políticas, ou seja, agem como intermediárias dentro do ambiente de trabalho, que vai desde reuniões de negócios a banquetes diplomáticos, e que tem a capacidade de estudar o ambiente em que estão e agirem e de se identificarem de acordo com cada tipo de comemoração e/ou convidado. Isso revela também as versatilidade dessas mulheres que são capazes. As gueixas agem como catali-

sadoras entre o ambiente e o convidado, e é o tipo de cliente que definirá o tom da noite.

Então, as mulheres “iam ao trabalho” e se punham a investigar sobre as pessoas que entreteriam naquela noite. Se um dos clientes fosse um político, elas estudavam a legislação que ele defendia; [...] se fosse cantor, escutavam um de seus discos. [...] Ou estudavam o país de origem do convidado (IWASAKI, 2006, p. 84).

“As coisas prosseguiram assim por uns quinze minutos ou mais, enquanto eu tentava deixar o Ministro à vontade contando-lhe piadas e histórias, e fazendo algumas perguntas.” (GOLDEN, 2006, p. 380).

Desse modo seguindo as premissas de Stuart Hall (2006) sobre a identidade cultural após os deslocamentos e rupturas discursivas do sujeito moderno, há a fragmentação do que era entendido como uma única matriz identitária, tornando-a plural, sendo assim a gueixa como o sujeito pós-moderno não possui uma identidade engessada, fixa ou permanente, pelo contrário essa figura possui múltiplas identidades, que agem de acordo com o que Hall (2006) denomina como ‘jogo das identidades’ estipulando que a gueixa assume identidades diferentes em determinados momentos, que vai desde artistas em variadas habilidades, representantes de um tradicionalidade cultural, mediadoras e articuladoras sociopolíticas, identidades essas que são criadas, transforma-

das e demonstradas em determinados tipos de relações, situação e ambiente em que se encontram, podendo ser até mesmo identidades contraditórias quem empurram em diferentes direções. Então “uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida.” (HALL, 2006, p. 21) reiterando a descentralização da identidade dessa figura.

O que retoma a questão dos processos formativos que são essenciais para construção identitária visto que as identidades se constituem através do meio e da relação com o outro e que na vida da gueixa se inicia durante essa formação educacional ao qual essa figura se põe em contato com a comunidade das gueixas e também o próprio ambiente externo.

### Imaginário popular e ficção: gueixas na visão ocidental

Dessa forma pode-se dizer que a gueixa ainda é uma figura que tem suas contradições de identidade, principalmente se tratando do olhar ocidental após Segunda Guerra, já que ao mesmo tempo em que são retratadas e identificadas por serem não somente um símbolo cultural tradicional japonês como também a personificação da beleza feminina ideal no Japão a sua imagem também está vinculada ao mero

divertimento sexual (IWASAKI, 2006), ou como descreveria Liza Dalby (2003) são sumamente descritas como prostitutas exóticas de luxo.

Entendi o que a palavra ‘gueixa’ realmente significa para a maioria dos ocidentais. Quando [alguém] fica sabendo que um dia fui uma gueixa em Kioto [...] naturalmente [a pessoa] estará pensando: ‘Meus Deus... estou falando com uma prostituta’...” (GOLDEN, 2006, p. 308).

Oswaldo Peralva (1993) traz uma explanação a respeito da difusão dessa visão a partir da contextualização da Segunda Guerra por tempo indeterminado, durante a entrada de soldados norte americano no território japonês. Durante esse período o governo anunciou que estava fechando os distritos de gueixas, bem como todas as atividades que compunham esse local e que todas deveriam se apresentar no cartório de registro o mais prontamente possível para encerrar sua atuação como gueixa (GOLDEN, 2006).

Tendo sua profissão encerrada por um decreto governamental essas mulheres se viram obrigadas a buscar uma nova ocupação e até mesmo uma nova moradia, levando em conta o contexto da guerra, muitas acabaram trabalhando nas fábricas de suprimentos armamentistas. Esse encerramento das atividades nos distritos de entretenimento permitiu a abertura e oportunidade para que um grupo de mulheres, em sua grande maioria prostitutas, se apropriasse da imagem

da gueixa passassem a se identificar e atuar como tal mesmo sem terem passado pelo mesmo processo e treinamento submetidos pelas aprendizes de gueixa. Essas 'falsas gueixas', nomeação atribuída posteriormente ao seu surgimento, buscavam imitá-las, utilizando roupas e maquiagem similares para atrair a atenção dos homens, principalmente dos estrangeiros. Mesmo com o fim da guerra e com a abertura dos distritos das gueixas o regresso e a tentativa da retomada da vida cotidiana, algumas das 'falsas gueixas' continuaram atuando de modo similar, o que pode fomentar as visões de Golden (2006) e Iwasaki (2006) da caracterização e interpretação que o estrangeiro, sobretudo o ocidental tem dessa figura.

Do mesmo modo com o fim da guerra, já em meados da década de 1970/80, houve um crescente desinteresse pela profissão de gueixa, inclusive pela própria Mineko Iwasaki (2006), já que o ofício não acompanhou as mudanças mundiais, desencadeadas pelo fim da Segunda Guerra, caindo gradativamente o número de mulheres ingressantes nesse tipo de vida, isso de certo modo possa ter incentivado de certo modo as 'falsas gueixas' continuarem com suas práticas.

Ainda não obstante Iwasaki (2006) aponta outro fator que teria levado ao imaginário ocidental a ideia das gueixas como parte dos distritos de prazer, levando-se em conta que um dos caminhos mais acessíveis para se compreender a natureza dessa figura, prin-

cipalmente para a população de um modo mais generalizado, é através das representações nas artes ou nas ficções, realizadas majoritariamente por terceiros, ou seja, não pelas gueixas em si.

Algumas das ficções serviram para propagar a noção de que as cortesãs praticam seu negócio na área e de que as geikos passam a noite com seus clientes. Uma vez que a ideia como essa é plantada na cultura geral, ganha vida por si própria. Eu acredito haver alguns estudiosos da cultura japonesa em países estrangeiros que também acreditam nessas concepções errôneas. (IWASAKI, 2006, p. 154).

Se tratando das ficções, na idealização da gueixa na perspectiva ocidental umas das primeiras e mais proeminentes obras a tratar dessa temática foi *Madame Butterfly*<sup>3</sup>, segundo Peralva (1993) que a princípio foi uma ópera escrita pelo compositor Puccini<sup>4</sup>, mas posteriormente foi adaptada para o cinema. Por meio dessa significativa obra é possível identificar traços da visão do ocidente, tendo em vista que é um reflexo da corrente literária romântica que tem a tendência idealista e poética ligada à fantasia e a valorização criativa do indivíduo e da imaginação. Dessa forma a ópera de Puccini retrata todo um exotismo sobre essa figura além de exaltar um lado sedutor da gueixa, o que de fato ainda se faz presente no imaginário popular.

De certo modo a colocação anterior de Iwasaki (2006) a respeito das fic-

3. Conta história trágica de Cio-Cio (borboleta em japonês), uma gueixa que se apaixona pelo senhor Pinkerton, um oficial americano em missão no Japão, e acaba se casando com esse homem mesmo a contra gosto de seu tio. Pinkerton acaba retornando ao seu país de origem, sem saber que Cio-Cio estava grávida, prometendo que retornaria o mais breve possível, o que ele não acaba cumprindo, uma vez que ele acaba se casando novamente com outra mulher assim que volta para América.

Após três anos de espera e ele finalmente tendo conhecimento que ela havia tido um filho ele retorna ao Japão com sua nova esposa para levar a criança consigo para a América e criá-lo junto a sua nova esposa. Cio-Cio tendo conhecimento desse fato se despede de seu filho e encerra a ópera cometendo harakiri como uma forma honrosa de se morrer.

4. Giacomo Puccini foi um compositor de óperas italiano do final do século XVIII e início do século XIX, muito ligado a corrente literária Romântica.

ções é ratificada ao longo de toda trajetória narrativa da obra de Golden (2006), principalmente tendo-se em mente que se trata de um romance ficcional. Em nenhum momento Golden (2006) de fato afirma que as gueixas são prostitutas, mas é possível ver traços dessa associação durante boa parte da composição de sua obra, contudo a escolha de palavras e colocações contextuais indica a contribuição de sua ficção para a perpetuação da imagem da gueixa como parte do grupo de mulheres que tem como natureza de seu ofício um relacionamento sexual com seus clientes, mesmo talvez sem ter qualquer intencionalidade de provocar tal entendimento. De maneira clara o autor utiliza em alguns trechos palavras como 'amante', 'borboletas noturnas', 'privilégios' ou 'enguia' (eufemismo para falo masculino) que dão a entender uma conotação de sentidos a essa profissão e que para Iwasaki (2006) não retrata de maneira verídica a essência de uma gueixa, pelo contrário alimenta esse imaginário popular ocidental e reforça o estigma sexual dessa profissional.

No universo das gueixas não há qualquer regra ou voto formal que proíba essas mulheres de divulgarem suas vidas profissionais, mas há um resguardo ou um entendimento implícito dentro dessa comunidade que as reprimem de revelar traços de suas histórias como gueixa, isso permite entender o porquê essa visão estigmatizante, mesmo que sem a intenção continua tão presente no imaginário ocidental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gueixa composta por suas tradições representativa pode ser entendida então como possuidora de múltiplas facetas identitárias que podem ou não ser contraditórias e que acabam empurrando-a em diferentes direções de acordo com ambiente e também através da relação que estabelece com o outro. São mulheres rigorosamente disciplinadas com regras e condutas singulares e que estudam sobre arte, cultura, política e outros, assim conseguem seus próprios meios financeiros através de seu próprio intelecto e posicionamento social. Por muito tempo tiveram status elevados dentro da sociedade oriental, ditando tendências e sendo símbolo cultural feminino japonês.

Essa figura não foi isenta das transformações mundiais ocorridas no pós Segunda Guerra Mundial desencadeando um desinteresse pela profissão artística, talvez devido ao choque de suas variadas identidades, que carregam seus resquícios tradicionais, mas imersa num Japão moderno e no caso do pós guerra, um Japão devastado em processo de reconstrução, obtiveram uma transformação significativa adotando parte do estilo ocidental como novas roupas e penteados, para que pudessem continuar atualizadas conforme o tempo passava. Perdendo um pouco seu papel conservador de tradições.

Desse modo a gueixa é entendida concomitantemente como um ser intelectualmente atrativo com o intuito de conseguir captar a atenção do sexo masculino, não explicitando que essas mulheres sejam prostitutas, mas deixando subentendido em seu discurso que as mesmas sejam financeiramente estáveis através de uma relação com privilégios entre elas e seus clientes, como também é compreendida sendo profissão artística do mais alto nível e que incentiva a independência da mulher, sem atribuir uma verdadeira necessidade de se estabelecer algum relacionamento com um homem para seu sustento. Essa dualidade de visões, ao mesmo tempo em que se divergem se aproximam ao refletir a gueixa como parte de uma alta sociedade onde essa figura se adapta e se identifica intelectualmente, artisticamente e politicamente conforme a demanda e os tipos de clientes e convidados que fazem parte de sua rotina profissional, sendo essas mulheres as delimitadoras da tonalidade desses encontros.

## REFERÊNCIAS

- DALBY, Liza. Gueixa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2012.
- \_\_\_\_\_. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GOLDEN, Arthur. Memórias de uma gueixa. São Paulo: Imago, 2006.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004
- \_\_\_\_\_. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- IWASAKI, Mineko; BROWN, Rande. Minha vida como gueixa: a verdadeira história de Mineko Iwasaki. São Paulo: JBC, 2006.
- LEMOS, F. C. S.; CARDOSO JUNIOR, H. R.; ALVAREZ, M. C. Instituições, confinamento e relações de poder: questões metodológicas no pensamento de Michel Foucault. *Psicologia & Sociedade*, 26 (n. spe.), 100-106, 2013.
- PERALVA, Osvaldo. Gueixa. In: \_\_. Um retrato do Japão. São Paulo: Moderna, p.158-160, 1993.
- PERUFO, Dangel Maria; CAVALLI, Vanessa. A obra cinematográfica como formadora de uma de sentidos: análise do filme memórias de uma gueixa. *Revista GEMInIS* v. 1, n. 1 p. 317-338, out. 2010. Disponível em: <<http://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/issue/view/1>>. Acesso em: 3 abr., 2019.

POLETTI, Júlia; KREUTZ, Lúcio. A identidade cultural na pós-modernidade. *Conjectura: Filos. Educ. Caxias do Sul*, v. 19, n. 2, p. 199-203, maio/ago. 2014

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

TAKEUCHI, Márcia Yumi. Entre gueixas e samurais: a imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945). 2009. 415 f. Tese (Pós-Graduação)- Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade São Paulo, São Paulo, 2009.

DESUMANIZAÇÃO  
E OBJETIFICAÇÃO  
DA MULHER  
NOS TÍTULOS  
DE FILMES  
PORNOGRÁFICOS

PEREIRA,  
Ariane Samille  
Ferreira

Graduada do Curso de  
Licenciatura em História da  
Universidade Santo Amaro -  
UNISA, São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Paulo  
Fernando de Souza Campos

# ARTIGO

WOMAN'S  
DEHUMANIZATION AND  
OBJECTIFICATION IN  
PORNOGRAPHIC MOVIE  
TITLES



# Resumo

Nessa pesquisa tratamos de um assunto que vem ganhando cada vez mais voz e espaço nos debates atuais, principalmente nesse momento em que o feminismo está em pauta. Trata-se da pornografia e como este conteúdo desumaniza e objetifica sexualmente a mulher, especialmente, no caso do presente estudo, nos títulos dos filmes, cuja indústria pornográfica tem cada vez mais alcançado um crescimento vertiginoso e seus conteúdos consumidos em larga escala com o advento da Internet. Sobre esse tema há muitos problemas a ser discutidos, entre os quais o estudo destaca o porquê a pornografia incita a violência contra a mulher? Quais os motivos para o estabelecimento de um padrão estereotipado do gênero e da sexualidade nos filmes? Qual a relação do feminismo com esse universo? Trataremos especialmente de títulos de filmes como base documental. A metodologia de pesquisa estudada usou o método comparativo entre os títulos dos filmes selecionados e as diversas vertentes feministas que discutem a relação entre mulher e indústria pornográfica. Como forma de análise dos resultados o estudo propõe como fundamentação teórica os princípios norteadores da teoria do poder que pauta a história da sexualidade. Os resultados indicam que o alto consumo da pornografia tem uma relação direta com violência contra mulher e a desigualdade de gênero, bem como que a pornografia objetifica ao invés de empoderar a mulher em relação à emancipação feminina. Conclui-se que a pornografia dessensibiliza quem a consome e normatiza a violência de gênero, cujo impacto incide poderosamente sobre o feminicídio.

## Palavras-chave:

Feminismo; Pornografia; Violência Sexual

# Abstract

In this research we deal with an issue that has been gaining more voice and space in the current debates, especially at this time when feminism is on the agenda. It is about pornography and how this content dehumanizes and sexually objectifies women, especially, in the case of this study, in the titles of the films, whose pornographic industry has been steadily growing and its content consumed on a large scale with the advent of the Internet. On this topic there are many issues to discuss, among which the study highlights why pornography incites violence against women? What are the reasons for establishing a stereotyped pattern of gender and sexuality in films? What is the relationship of feminism with this universe? We will deal especially with movie titles as a documentary basis. The research methodology studies used the comparative method between the titles of the selected films and the various feminist strands that discuss the relationship between women and the porn industry. As a way of analyzing the results, the study proposes as theoretical foundation the guiding principles of the theory of power that guides the history of sexuality. The results indicate that the high consumption of pornography has a direct relationship with violence against women and gender inequality, as well as that pornography objectifies rather than empowering women in relation to female emancipation. It is concluded that pornography desensitizes those who consume it and regulates gender violence, which has a powerful impact on femicide.

## Keywords:

Feminism; Pornography; Sexual Violence

# INTRODUÇÃO

A pesquisa apresenta como tema central o estudo da pornografia ou como esta pode ser violenta contra a mulher ao objetificá-la sexualmente. O estudo pretende analisar títulos de filmes pornográficos do site *PornHub* que ressaltam como a indústria pornográfica é machista, bem como a representação heteronormativa de mulher dissemina de forma estereotipada o ideal de mulher sexualmente atraente, avaliada como padrão que avilta o lugar da mulher no mundo social e sexual.

A proposta trata essencialmente de um dos princípios do feminismo, vale dizer, a luta contra a objetificação da mulher. Apesar dos corpos femininos nos terem sido muito evidenciados na História em pinturas, novelas, gravuras, somente a partir do século XVIII que o termo “pornografia” começou a ser usado. A pornografia era pensada como uma forma de rebeldia contra a igreja, porém, depois de algum tempo, se torna algo mais acessível e se populariza com os avanços tecnológicos da escrita e também de impressão, pois começaram a ser produzidos contos e imagens eróticas, nesse momento a pornografia assumia o caráter comercial, com o intuito de gerar prazer sexual (KAMPF, 2008). Com o advento da Internet esse conteúdo se tornou ainda mais disseminado e consumido.

O estudo pretende responder algumas problemáticas, como as

que indagam sobre o porquê que a pornografia pode ser tão violenta contra a mulher? Nos títulos de filmes pornôs podemos perceber o quanto a mulher é desumanizada e objetificada, pois há um padrão heteronormativo que traduz como a mulher considerada, nestes termos, atraente ou desejada pelos homens. Assim, como o feminismo pode ter relação com esse universo? O que leva a pornografia a ignorar o prazer feminino e focar especialmente o prazer masculino?

Considera-se de muita importância que esse assunto seja tratado no âmbito das pesquisas acadêmicas, pois são poucos os estudos sobre a relação entre a pornografia e a violência contra a mulher, abuso sexual e feminismo. A maioria das vezes o que se encontra são artigos que tratamos tópicos separadamente, isto é, poucos são os que enfatizam essa junção para tentar esclarecer a relação existentes entre os gêneros no universo da pornografia.

Socialmente tem surgido cada vez mais interesse sobre esse assunto. As mulheres, nesse processo, sofrem violências sexuais, abusos, são forçadas a fazerem coisas para agradar ou gerar prazer em seus parceiros por conta do que a pornografia propaga, vende e mostra, o que justifica o desenvolvimento das reflexões ora expostas. A comercialização do corpo feminino evidencia a natureza exploradora, patriarcal e heteronormativa, usada para lucrar exatamente com a dominação sexual

masculina sobre as mulheres. A sexualidade feminina é entendida pelo afeto, emoção e laços com a outra pessoa, ao passo que a sexualidade masculina sugere o caráter promíscuo, sem compromisso, sem afetividade emocional e muito menos cumplicidade e respeito. A pornografia vende a ideia da sexualidade fria, vale dizer, do sexo por sexo, sem nenhum tipo de vínculo ou sentimento pela parceira, assim associam as mulheres às prostitutas, inclusive, desumanizando-as, deste modo, enfatizam o prazer masculino sem nenhum respeito às mulheres, ao contrário (MORGAN, 1989).

Importante ressaltar que o estudo sobre o assunto trata as mulheres que atuam na indústria fílmica de conteúdo adulto, as atrizes pornôs, cujas informações coletadas em *sites, blogs, chats*, afirmam que estas sofrem com transtornos mentais e emocionais, violência física, uso de drogas e muitas vezes cometem suicídio por conta das condições que vivenciaram em certo momento de sua vida. Deste modo o título de *sex simbol* realmente traz benefícios? Quais são as bases do feminismo anti-pornografia? Por que há um crescente investimento na pornografia intitulada feminista? O que há de emancipação feminina na pornografia?

O feminismo cada vez mais está em pauta, o que é de extrema importância para que possamos debater sobre assuntos que vulnerabilizam a mulher, cuja agenda evidencia a pornografia,

pois essa normatiza a violência e o abuso contra a mulher. Sendo assim, esses abusos invisibilizam a dor feminina na qual os homens que consomem esse tipo de conteúdo passam a não ter empatia pelas mulheres e são suscetíveis a reproduzir essas cenas de violência que assistem. Por sua vez, é factível que tais representações tenham impacto sobre o feminicídio, que no caso brasileiro é mais que alarmante, inclusive, por ser cometido por maridos e namorados das vítimas.

Dos 518 crimes contra a mulher registrados pelo relatório nos últimos cinco meses, 39% se enquadravam na categoria de feminicídio. A Rede de Observatórios em seu primeiro relatório "Retratos da Violência – Cinco meses de monitoramento, análises e descobertas" apontou um alto número de feminicídios nos registros de violências contra mulheres em cinco estados brasileiros analisados – Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. De acordo com o relatório, os casos registraram alta de 13% no ano de 2019 em relação a 2018. Diante do exposto, considera-se que o tema importa e deve ser pensado, inclusive, na dimensão da formação básica, como pauta para professores que atuam no cotidiano da sala de aula.

As sínteses de obras e autores que tratam o tema do presente artigo apresentam, assim, a oportunidade de ampliar conhecimento sobre a pornografia e como seu conteúdo desumaniza e objetifica as mulheres. Segundo Nancy Prada (2010), as

feministas anti-pornografia acreditam que há um contrato sexual, antes mesmo do contrato social, que beneficia somente aos homens o que lhes confere o direito a "propriedade" que, neste caso, ideologicamente equivocado, traduz a mulher. A pornografia, como também a prostituição, seria nada mais do que esse contrato se tornando realidade, enfatizando a dominação do homem sobre a mulher e também ensinando aos meninos adolescentes, que estão iniciando a vida sexual, a tratarem as mulheres como objeto, afinal, nessa perspectiva, elas estão apenas para satisfazerem os seus prazeres.

A pesquisa proposta desvela a mulher vendida como mercadoria e como os estereótipos daí derivados são usados na indústria pornográfica. A mulher representa a mercadoria que o homem irá consumir e usar, porém, o grande risco é que, para o homem que consome esse conteúdo, não basta apenas ter a imagem daquela mulher representada, mas torná-la real, despojá-la de sua humanidade, sexualidade, o que reforça os estereótipos (DWORKIN, 1989).

O que é pornografia?  
A pornografia no site  
*pornhub@*

Segundo o dicionário de etimologia, a palavra pornografia vem de *porne*, "prostituta", e *graphien*, "escrever". Assim podemos dizer que pornografia nada mais é do que uma

escrita sobre prostitutas, ou melhor, uma prostituição filmada, base na qual a indústria pornográfica se sustenta e lucra com filmes. Pornografia é o sexo explícito, sem pudores, em que o corpo feminino é totalmente submisso ao masculino, cujo ato sexual é traduzido como violento, sádico, excludente. Nesse universo, se houver uma demanda para determinada categoria bizarra de filmes a indústria da pornografia e seus interlocutores não irão medir esforços para suprir essa demanda.

Porém, nem sempre a pornografia foi assim. Na França, em 1740, onde foram feitos os primeiros textos pornográficos, estes eram mais ligados ao romance e eram usados para fazer uma crítica a corte francesa da época. Peter Burke (2004) reitera que na Renascença o corpo nu era traduzido como celestial, porque a nudez era vista numa conotação positiva, sobretudo, a nudez feminina. Vale dizer, a representação da nudez assume características singulares nos diferentes contextos históricos, isto equivale dizer que seu significado não é algo extático, mas muda, é transformado. Nesse sentido, com o tempo, o objetivo da pornografia foi mudando e passa a ter um intuito completamente comercial, voltado para o prazer masculino.

No período que vai do século XVI até XVIII, a pornografia, como estrutura de representação literária visual, apresentou o corpo feminino como um objeto do prazer masculino. Os novos ideais e também os padrões biológicos e morais que se

desenvolveram nos séculos XVIII e XIX exigiram a reafirmação da diferença sexual e, portanto, social e política fundamental entre homens e mulheres. Entre 1790 e 1830, a função social e a política da pornografia mudam para tornar-se um negócio comercial (KAMPF, 2008, p. 21).

Há, em média, cerca de 4,2 milhões de sites pornográficos na Internet. Basicamente, 68 milhões de pesquisas em sites de busca são sobre pornografia, 42,7% dos internautas consomem esse tipo de conteúdo, sendo homens a maioria deles. O *PornHub@*, em 2017, teve um total de 28,5 bilhões de visitas, 81 milhões por dia e foram carregados no site 4,052,543 de vídeos pornográficos. Em 2017, por coincidência, foi o aniversário de 10 anos do *PornHub@*.

Os termos mais pesquisados em 2017 no mundo todo foram: Lésbicas, Hentai, que são animes com um forte e bizarro conteúdo sexual, e MILF "*Mother I'd Like to Fuck*", em português "Mães que eu gostaria de transar", categoria de filmes com mulheres mais velhas, entre 35 a 50 anos, que aparentam ter idade para ser mães dos homens que irão contracenar, algo que por si evidencia dramas psicológicos entre consumidores dos conteúdos dessa natureza. Três países que mais acessaram ao *PornHub@* foram os Estados Unidos, Reino Unido e Índia. O Brasil ocupa a 10ª posição no ranking. Normalmente, os internautas passam cerca de 9 min e 59 segundos no site

e o país que mais tempo permanece online é Filipinas, com 13 minutos e 28 segundos.

No Brasil, os termos mais pesquisados no site foram: *Overwartch* (um jogo eletrônico) e Hentai. As categorias mais pesquisadas foram: Lésbica, Anal e Hentai. A categoria mais pesquisada em todo mundo é a Transexual. O Brasil é o país que mais mata transexuais, porém, o que mais consome vídeos de pessoas Trans, *Cosplay*, ou *hobby*, isto é, pessoas que se fantasiam de personagens fictícios, além de vídeos que retratam o sexo anal, o que demonstra uma realidade às avessas, e porque não hipócrita, na medida em que as moralidades indicam uma repulsa pela comunidade LGBTQ+, mas cujas práticas sexuais são as mais consumidas no universo da pornografia, a que mais estimula os acessos ao conteúdo divulgado no site em análise.

Os termos que as mulheres mais pesquisaram são Lésbica, Tesoura Lésbica e Sexo a Três. Os homens pesquisaram mais sobre MILF, *StepMom* ou Madrasta e Japonesa. As categorias mais acessadas pelas mulheres foram: Lésbica, Sexo a Três e Pau Grande. No caso dos homens foram: Japonesa, Negras e MILF. A faixa etária de pessoas que mais acessam o site é de 25 a 34 anos, seguido de 18 a 24 anos. Apenas 9,9% das cenas possuem algum tipo de carícia, troca de carinhos, amor e afeto. Tapas ou algum tipo de violência contra a mulher compõem a maioria das cenas, com cerca de 41,1%.

Donnerstein (1983, p. 7) realizou pesquisa com homens após assistirem filmes pornográficos com representações de estupro e quando perguntados se cometeriam o mesmo ato da cena responderam que sim se soubessem que iriam sair impunes após estuprar uma mulher. Nesse ponto, é possível indagar que a pornografia não somente vulnerabiliza a mulher, mas deteriora o caráter masculino, secularmente fundado na posse e coisificação da mulher.

A pornografia inferioriza a mulher, pois sendo dominada pelo homem sua representação é retratada como totalmente submissa. Por mais que haja a tentativa de fazer a chamada "pornografia feminista" como possibilidade de tentar diminuir a objectificação feminina, não tem como diminuir a masculinidade tóxica. Mesmo na questão de diminuição da objectificação feminina, a pornografia continua, da mesma forma, a vender o corpo da mulher como faz a indústria da pornografia *mainstream*.

As mulheres, nas cenas de conteúdo erótico, não sentem o prazer que é demonstrado nas câmeras, muitas vezes, sentem dores por conta de posições desconfortáveis, sexo violento e devido aos homens, no qual contracenam serem extremamente agressivos, inclusive, como expressão de masculinidade. A pornografia erotiza situações que, na vida real, fora das câmeras, é sabido que não há nenhum prazer envolvido.

A pornografia é um meio através do qual a sexualidade é socialmente construída, é um lugar de construção, um domínio de exercício. Constrói as mulheres como coisas para uso sexual e constrói os seus consumidores para quererem desesperadamente a posse, a crueldade e a desumanização. A própria desigualdade, a própria sujeição, a própria hierarquização, a própria objectificação, o abandono em êxtase da capacidade de auto-determinação, é o conteúdo aparente do desejo sexual das mulheres e é o que é desejável. (MACKINNON, 1989, p. 34).

Conteúdos pornográficos agem como um tipo de "educação sexual", definida pelos homens e imposta às mulheres, para meninos e meninas, pois estes começam a acessar esse tipo de conteúdo na Internet com mais ou menos 11 anos de idade. Deste modo, os meninos aprendem a fazer sexo por sexo e não amor, aprendem a serem violentos com as mulheres, dominá-las e humilhá-las e não são ensinados a respeitá-las. As meninas aprendem a gostar de praticamente todo tipo de desejos e fantasias atribuídas ao homem, aprendem, do mesmo modo equivocado, que ser submissa é ser sexy, que as mulheres que os homens gostam fazem tudo aquilo que as mulheres de filme pornô fazem, como se essas fabricações fossem verdades. Um aspecto importante é que a mulher é considerada por sua atuação no "sexo", que o homem a significa como um ser

sexual. Apenas sexo, nada menos que isso (BEAUVOIR, 1949).

Muitas das mulheres que atuam na indústria pornográfica como atrizes pornô, não estão lá porque querem ou gostam, ainda que existam exceções, porém, a maioria, relata falta de condições financeiras e uma melhor estrutura no mundo do trabalho (DESPENTES, 2016). O aliciamento da prostituição e do tráfico humano faz com que a pornografia cresça, mas como isso é possível? A pornografia sempre tenta renovar seu conteúdo, evidenciar o que excitam os homens, o que eleva uma demanda por novas formas de dominação. Se alguém procura em um site pornográfico conteúdo sobre, por exemplo, meninas tailandesas, a indústria irá atrás ou do tráfico humano ou da prostituição para trazer esse tipo de conteúdo procurado. Não se pode fugir de uma forte determinação social quando há prazeres naturais do corpo, como o sexo, pois essas formas de desejos bem particulares são produzidas pela necessidade de poder, de dominação (FOUCAULT, 1984). Sobre este aspecto, cabe destacar "Homens maduros não demonstram a mínima vergonha em seduzir meninas que acabaram de sair da infância, consideram normal se masturbar enquanto olham bucinhas impúberes" (DESPONTES, 2016, p. 81).

As práticas sexuais na pornografia "evoluem" cada vez mais como, por exemplo, sexo com dois homens e uma mulher, algo que induz comportamentos

masculinos a estupros coletivos, como as mais diferentes mídias tem apontado. A indústria pornográfica realiza esses desejos grotescos de seus consumidores rapidamente. Um dos comportamentos que se evidenciam, nesse aspecto, é o sexo anal, cada vez mais extremo e perigoso, causando danos ao ânus e até mesmo nos intestinos, pois praticados de forma violenta. Ato assim são cada vez mais destrutivos em relação ao corpo feminino, bem como masculinos.

Feminismo e pornografia:  
objetificação e  
desumanização da mulher  
nos títulos de filmes  
pornográficos

A problemática que as feministas anti-pornografia trazem é a pornografia que é voltada apenas para o prazer masculino, como também a questão da violência e a objetificação feminina. Não só o público que consome é massivamente composto por homens, mas são estes que estão na produção dos filmes, pois sabem do que os homens gostam, logo, é mais fácil fazer cenas de humilhação feminina voltada para a penetração. Basicamente só há closes na mulher, a única parte que costuma aparecer do homem é da cintura pra baixo, elementos nos quais conseguimos ver o quão a pornografia é voltada apenas para o prazer masculino, feito por homens e para homens. A pornografia nos mostra claramente que é o masculino

quem manda, evidenciando a questão da dominação, do abuso e exploração sexual (DWORKIN, 1989; DESPENTES, 2016).

Nos anos de 1970 e 1980 houve a chamada “guerra do sexo” entre as feministas ou *feminist sex wars*, em sua maioria feministas do movimento lésbico. Neste bojo estavam as feministas pró-sexo, que criticavam a censura do corpo feminino, tanto na pornografia, quanto na prostituição e as feministas antipornografia. Criou-se um debate sobre uma questão, qual seja, se a pornografia é empoderamento e emancipação feminina ou é opressora e violenta. Para Rachel Moran (2013), não há e nunca existiu um argumento feminista que seja a favor da objetificação da mulher. Não faz sentido ser feminista e apoiar uma indústria que lucra com objetificação, desumanização e violência sexual das mulheres. Vale considerar que, para algumas feministas, tanto como a pornografia e a prostituição, o casamento e a maternidade também seriam formas de o patriarcado dominar a mulher, privando-as da fama, liberdade, igualdade e fraternidade (PATEMAN, 1988).

Homens caracterizam pornografia como algo mental porque as mentes deles, os pensamentos deles, os sonhos deles, as fantasias deles, são mais reais para eles que os corpos ou vidas das mulheres; de fato, homens têm usado seu poder social para caracterizar um comércio de mulheres de 10\$ bilhões ao ano como fantasia. (DWORKIN, 1989, p. 35).

A indústria pornográfica normalizou cenas de violência e degradação feminina. Chamou essas atitudes de “sexo de verdade” e algumas feministas consideram como empoderador e abraçam esse tipo de conteúdo. Como isso pode ser empoderador se nos filmes a mulher é retratada apenas como uma “coisa”, usada pelo homem para satisfazer seus prazeres e fantasias? Os pornógrafos dizem que a partir do momento que uma mulher aceita ser paga e fazer filmes pornográficos não é mais considerado violência sexual, pois aceitou estar ali sobre essas circunstâncias, mesmo que na maioria das vezes as atrizes não saibam quais cenas vão fazer direito e nem com quem vão fazer sexo. Assim, “não ser considerado violência sexual”, retira a culpa dos produtores e de quem está assistindo. É sobre a mulher que recai a escolha. Desvia-se, assim, qualquer reflexão sobre o uso de pornografia (JENSEN, 2017). Sobre este aspecto as pesquisas destacam que:

As condições de trabalho das atrizes, os contratos aberrantes que elas assinam, a impossibilidade de controlar o uso de sua própria imagem quando abandonam a profissão, ou de serem remuneradas quando sua imagem é utilizada, essa dimensão da dignidade feminina não interessa aos censores. O fato de não existir nenhum centro de apoio especializado em que elas possam encontrar informações diversificadas sobre as particularidades de sua profissão não interessa aos poderes públicos. Há uma dignidade que os preocupa, e uma outra que não interessa a ninguém. Mas o pornô é



feito com carne humana, a carne da atriz. E no final, ele só suscita um único problema moral: a agressividade com que são tratadas as atrizes-pornô (DESPENTES, 2016, p. 80-81).

Outro dado que vale a pena problematizar é o padrão heteronormativo que a indústria exige para os filmes *mainstream*, vale dizer, mulheres sem pelos pubianos, com a vulva “rosinha”, seios enormes com silicone, loiras, magras. Mesmo em filmes de lésbicas, elas usam dildos muito grandes, unhas compridas, sapatos de salto alto, que simbolizam a heteronormatividade do lesbianismo, coisas que claramente não pertencem a vida real, mas revelam um padrão machista que a indústria pornográfica impõe às mulheres. A pornografia afeta totalmente a maneira com a qual o homem representa a mulher, todavia, é preciso lembrar que “É pelo sexo, com efeito, ponto imaginário fixado pelo dispositivo da sexualidade, que cada um deve passar para ter acesso à sua própria inteligibilidade [...] à totalidade de seu corpo [...] à sua identidade” (FOUCAULT, 1984, p. 205).

A pornografia feminista, de mulheres feita para mulheres, não é algo que as feministas anti-pornografia aceitam com muito bom grado, pois é o mesmo que dizer que, quando feito por uma mulher, a objetificação feminina é aceitável. Essa discussão torna a luta feminista um tanto quanto paradoxal. Há uma contradição nisso<sup>1</sup>. O feminismo deveria libertar as mulheres que são oprimidas pelo patriarcado e não aceitar esse tipo

de conteúdo porque feito por outras mulheres, reprimir pornografia com mais pornografia, não é a solução.

Tal como a pornografia, o autoritarismo tem o potencial de trazer ao de cima o pior das pessoas, senão por outra razão, porque oferece a ilusão sedutora de gratificação. A experiência sexual que a pornô promete é contrafeita e no limite insatisfatória; o poder, a segurança, e o reforço que o autoritarismo profetiza, na verdade tudo enfraquece e subjuga no seu alcance. Ao contrário da pornografia, no entanto, o autoritarismo inflige o seu estrago disfarçado de preservação social. Ainda, ao contrário da pornografia, não há nenhuma incerteza sobre os seus efeitos coercivos. (JUDGES, 1995, p. 713).

Diante do exposto, a pesquisa que gerou o presente artigo usou 7 títulos de filmes do site *PornHub@*, os quais fundamentam as análises expostas na medida em que altamente violentos, como: “Anal Indesejado e Doloroso” 9,9 milhões de visualizações, “Laço em Torno do Pescoço Dela (Enforcamento real)” 118 mil visualizações, “Não Pai, Pare. Eu Não Sou a Mamãe” 2,5 milhões de visualizações, “Toailete Humano Garota tem Estomago Cheio de Urina Fresca” 71 mil visualizações, “Choro Anal” 1,5 milhões de visualizações, “Engasgamento Extremo e Brutal” 472 mil visualizações, “Como Assediar Sexualmente Sua Secretaria Propriamente” com 15 milhões de visualizações.

<sup>1</sup> Uma exceção, que foge ao universo proposto para a presente análise, mas que amplia o debate, é a produção do filme *Las Hijas del Fuego*, produção Argentina, de 2018, com direção de Albertina Carri, que evoca mulheres insatisfeitas com suas próprias vidas, que se encontram por acaso, bem longe de suas casas, e começam a se relacionar. Quando percebem que estão livres daquilo que acreditam ser regras sociais possessivas, elas decidem formar um grupo cujo propósito é libertar outras mulheres que estejam passando pelos mesmos problemas.

Todos os títulos, como se pode observar, são extremamente violentos. Não é o sexo que é mostrado e sim abuso do corpo feminino. Sexo anal indesejado, enforcamento, apologia à pedofilia, desumanização e objetificação da mulher ao ser comparada a uma toailete e urinarem dentro dela, engasgamento com sexo oral muito profundo na garganta e assédio. A violência física é presente na pornografia e a violência é uma ferramenta de opressão, não só a violência física, como a verbal também, “[...] a ação do poder sobre o sexo se faria pela linguagem ou por um ato de discurso criando, ao mesmo tempo em que se articula um estado de direito. Fala, e é a regra.” (FOUCAULT, 1975, p. 110). É assim que essa indústria lucra, oprimindo as mulheres. É assim que a indústria pornográfica vende a mulher como um objeto, pronto para ser assediado, violentado e objetificado de todas as formas.

Qualquer acto de violentação das mulheres - violação, espancamento, prostituição, abuso sexual de crianças, assédio sexual, é apresentado como sexualidade, é tornado sexy, divertido e libertador da verdadeira natureza da mulher na pornografia [...] As mulheres são transformadas em e postas em paralelo com qualquer coisa considerada inferior ao humano: animais, objectos, crianças e – claro, outras mulheres. [...] (MACKINNON, 1989, p. 327).

O homem sente prazer com a humilhação feminina, tendo em vista que as

visualizações dos títulos estudados são muito altas. A violação da mulher implica nos lucros que a indústria pornográfica conquista e, para além do aspecto monetário, impacta poderosamente nos índices alarmantes de feminicídio que, por sua vez, revela a como a pornografia impacta na construção de uma masculinidade doentia. Alguns dos títulos apresentam certa curiosidade como “Toailete Humano Garota tem Estomago Cheio de Urina Fresca”, algo que normalmente não pensaríamos que é possível, porém, a indústria pornográfica reproduz como algo sugestivo e estimulante, gera o fator da curiosidade que leva as pessoas a assistirem, por isso, esse tipo de conteúdo tem cada vez mais visualizações, pois o novo e o curioso é o que mais excita os homens, os quais reproduzem tais violências no mundo social.

O principal fundamento da pornografia é a desumanização feminina, a naturalização dessa desumanização sempre diminuindo e comprando as mulheres a objetos sexuais. Transforma a dor feminina em espetáculo como nos títulos: “Laço em Torno do Pescoço Dela (Enforcamento real)”, “Anal Indesejado e Doloroso”, “Choro Anal”, “Engasgamento Extremo e Brutal”, sempre forçando o sexo anal heterossexual, uma prática que homens e mulheres, quando perguntados, afirmam ser desconfortável e doloroso se não praticados com os devidos cuidados. Engasgamentos e enforcamentos também são práticas que em qualquer outro contexto fora da pornografia as pessoas abominam, pois, tratados como uma violência, porém, normalizado na

pornografia. O fato de a mulher engasgar-se e vomitar, ser enforcada ou perder seus sentidos, não é algo que remete ao erótico e prazeroso, mas à violência e desrespeito, assim como tapas, puxões de cabelo, beliscões em seus mamilos e outras formas beiram às mutilações do corpo feminino

Os títulos, para permanecer neles, evocam uma violação dos direitos civis das mulheres e permitem supor que muitas são tratadas e retratadas dessa forma no mundo social, ou seja, gerando uma forma de tortura, a pornografia documenta a violação feminina que consumidores tratam como normal e prazeroso. Ninguém, a não ser as feministas *anti-porn*, ligam realmente para as mulheres que estão nos filmes. Corpos femininos despojados, expostos e contorcidos com o propósito de ridicularizar essa “estima masculina”, que recebe seu impulso e sensação de poder “de ver fêmeas como brinquedos anônimos e ofegantes, brinquedos para adultos, objetos desumanos a serem usados, abusados, quebrados e descartados” (BROWNMILLER, 1975, p. 394).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pornografia não é benéfica, é violenta contra as mulheres. A pesquisa considera que há agressão sexual e abuso na indústria pornográfica. As análises levam a perceber que crime hediondo, espancamentos que levam ao feminicídio, muitas vezes, desvela que o agressor consumiu conteúdos pornográficos antes de cometer o crime. Após a exposição à pornografia, homens dizem que estuprariam uma mulher, se soubessem que não seriam pegos. Jovens querem fazer o que assistem nos filmes com suas namoradas e quando não conseguem se voltam para a prostituição, pois acham que a prostituta é paga para aceitar qualquer bizarrice sexual. As mulheres sofrem cada vez mais com a violência sexual e desumanização por conta da pornografia violenta, conhecida como hardcore. Quanto mais acessos à pornografia, mais é aceito como normalizado toda a violência que é envolvida. Os títulos – fonte de estudo desta pesquisa – permitem perceber claramente como há uma desumanização e objetificação da mulher, da condição feminina, dos seus corpos.

## REFERÊNCIAS

- PORNHUB@. 2017 Year in Review – PornHub@Insights. 2018. Disponível em: <<https://www.PornHub@.com/insights/2017-year-in-review>> Acesso em: 15 ago. 2017.
- ADAMS, Carol. A política sexual da carne: a relação entre carnivorismo e a dominância masculina. São Paulo: Alaúde Editorial, 2012.
- ANAL INDESEJADO E DOLOROSO. Produção desconhecida: Filme Caseiro, PORNHUB@, 2017. 1 vídeo.
- ATTWOOD, Feona. Hard to Swallow: hard-core pornography on screen. 2012. Columbia: Wallflower Press, 2012.
- BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BROWNMILLER, Susan. Against Our Will. Estados Unidos: Simon & Schuster, 1975.
- BURKE, Peter. Testemunha Ocular. História e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.
- COMO ASSEDIAR SUA SECRETARIA PROPRIAMENTE. Produção de BangBros Networking, PORNHUB@, 2016. Vídeo.
- DINES, Gail. Pornland: How Porn Has Hijacked Our Sexuality. Boston: Beacon Press, 2010.
- DESPENTES, Virgine. Teoria King Kong. São Paulo: N-1 Edições, 2016.
- DWORKIN, Andrea. Pornography: Men Possessing Women. 1981. Nova York: G. P. Putnam's Sons, 1981.
- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade de I: a vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- \_\_\_\_\_. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1975.
- HOT GIRLS WANTED. Direção: Jill Bauer, Ronna Gradus. Produção: Rashida Jones, Jill Bauer, Ronna Gradus, Brittany Huckabee. Bloomington: Twoto Tangle Productions, 2015, Documentário.
- HUNT, Lynn. A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade de 1500-1800. São Paulo: Hedra, 1999.
- JENSEN, Robert. The End of Patriarchy: Radical Feminism for Men. 2017. Australia: Spinifex Press, 2017.
- JUDGES, D. P. When silence speaks louder than words: Authoritarianism and the feminist antipornography movement. Estados Unidos: Psychology, Public Policy, and Law. 1995.
- KÄMPF, Rachel. Para uma estética na pornografia. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem)- Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2008.
- LONG, Julia. Anti-Porn: The Resurgence of Anti-Pornography Feminism. Londres: Zed Books, 2012.
- MACKINNON, Catharine A. Sexuality, Pornography, and Method: Pleasure under Patriarchy. 2 ed. Chicago: The University Of Chicago Press, 1989.
- \_\_\_\_\_. Towards a Feminist Theory of the State. United States: Harvard University Press, 1989.
- MORAN, Rachel. Paid For: My Journey

Through Prostitution. Nova York: W. W. Norton & Company, 2013.

MORGAN, Robin. Going Too Far: The Personal Chronicle of a Feminist. Nova York: Open Road Media, 1980.

\_\_\_\_\_. The Demon Lover: The Roots of Terrorism. Nova York: Washington Square Press, 1989.

Mueller, C. W.; Donnerstein, Edward I. Film-induced arousal and aggressive behavior. The Journal of social psychology. v. 119, n, 1. p. 61-67, 1989.

PATEMAN, Carole. Democracy, Freedom and Special Rights. United Kingdom: University of Wales, 1995.

\_\_\_\_\_. O Contrato Sexual. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PINTO, Pedro; NOGUEIRA, Maria da Conceição; OLIVEIRA, João Manuel de. Debates feministas sobre pornografia heteronormativa: estéticas e ideologias da sexualização. Psicol. Reflex. Crit. v. 23, n.2, p.374-383, 2010.

PRADA, Nancy Prada. ¿Quédecimoslas feministas sobre La pornografía? Los orígenes de um debate. 5 ed. Colombia: La Manzana de La Discordia, 2010.

ROHDEN, Fabiola; DUARTE, Larissa Costa. Entre o obsceno e o científico: pornografia, sexologia e a materialidade do sexo. Rev. Estud. Fem. Florianópolis, v. 24, n. 3, 2016.

THE PRICE OF PLEASURE: Pornography, Sexuality & Relationship. Direção: Miguel Picker, Chyng Sun. Produção: Miguel Picker, Chyng Sun, Robert Wosnitzer. United States: Open Lens Media, 2008.

ESTIGMA E HIV/  
AIDS: RESPOSTAS  
INTERNACIONAIS  
À EPIDEMIA E  
IMPACTO NAS  
IDENTIDADES  
LGBTI

ARTIGO

ESTIGMA Y VIH/  
SIDA: RESPUESTAS  
INTERNACIONALES  
A LA EPIDEMIA E  
IMPACTO EN LAS  
IDENTIDADES LGBTI

SIMÕES, Nathan

Bacharel em Relações  
Internacionais pela  
Universidade de Brasília  
(IREL-UnB)

# Resumo

Este artigo translada os debates da saúde internacional e de estigmatização do HIV/AIDS para o repertório literário brasileiro acerca das identidades LGBTI atravessadas pela epidemia, à luz de uma análise interseccional. Para isso, revisitam-se algumas bibliografias acerca de estigma, epidemiologia e populações LGBTI, bem como literaturas gays brasileiras afetadas pela temática. Seu objetivo central é de traçar relações do HIV/AIDS com as violações aos direitos humanos de corpos e subjetividades LGBTIs. Conclui, pois, que se faz fulcral evidenciarmos os tabus e estigmas que homens homossexuais carregam quanto à epidemia, bem como que esta atravessa, constitui e constrói suas identidades, seus afetos e seus desejos.

## Palavras-chave:

Estigma; HIV/AIDS; LGBTI

# Resumen

Este artículo trae debates sobre la salud internacional y la estigmatización del VIH/SIDA al repertorio literario brasileño sobre identidades LGBTI atravessadas por la epidemia, a la luz de un análisis interseccional. Para eso, utilizo algunas bibliografías sobre estigma, epidemiología y poblaciones LGBTI, así como la literatura gay brasileña afectada por el tema. Su objetivo central es trazar la relación entre el VIH/SIDA y las violaciones de los derechos humanos de los cuerpos y las subjetividades LGBTI. Concluye, por lo tanto, que es esencial destacar los tabúes y estigmas que los hombres homosexuales llevan consigo en relación con la epidemia, así como que ésta atraviesa, constituye y construye sus identidades, afectos y deseos.

## Keywords:

Estigma; VIH/SIDA; LGBTI

# INTRODUÇÃO

Para além de experiências passadas com pesquisas sobre populações-chave e estigmatização de soropositivos (as), ter tido relação sexual desprotegida com um desconhecido em um *Happy Hour* da Universidade de Brasília me fez conferir mais atenção, cuidado e visibilidade à questão do HIV/AIDS e de outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Isso porque o medo de contrair o vírus do HIV/AIDS gerou-me uma série de preocupações em termos de saúde física e social<sup>1</sup>, muito por temer preconceitos advindos de familiares e amigos (as). E, além disso, pairou sobre mim o medo da rejeição/solidão amorosa, visto que a ignorância no meio gay é traiçoeira na exclusão de inúmeros grupos, nomeadamente pessoas negras e amarelas, gordas, com deficiência e/ou que vivem com HIV/AIDS.

1. "A Organização Mundial da Saúde (OMS) define saúde não apenas como a ausência de doença, mas como a situação de perfeito bem-estar físico, mental e social" (SEGRE& FERRAZ, 1997).

2. "A PEP é uma medida de prevenção de urgência à infecção pelo HIV, hepatites virais e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST), que consiste no uso de medicamentos para reduzir o risco de adquirir essas infecções. Deve ser utilizada após qualquer situação em que exista risco de contágio" (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

3. Aplicativos (apps) para smartphone que permitem diálogo e agendamento de encontros, no geral, entre homens que fazem sexo com outros homens (HSH). Também é comum a presença de mulheres trans e travestis nesses apps.

4. "GBT" da sigla LGBTI, correspondendo a gays, bissexuais e pessoas trans.

Após todas as inseguranças que culminaram com os coquetéis da Profilaxia Pós-Exposição (PEP)<sup>2</sup> que obtive, em 21 de maio de 2016, no Hospital Regional da Asa Norte (HRAN, Brasília/DF) – subsequentemente à data e durante mais 28 dias ininterruptos –, permaneço com status sorológico negativo. Esse susto distanciou-me dos aplicativos (apps)<sup>3</sup> de socialização virtualGBT<sup>4</sup> (à época, utilizava Hornet e Scruff), muito por uma indagação de, novamente, sujeitar-me a uma exposição [sexual] de risco.

A exemplo, muitos questionamentos que familiares fazem a respeito da "vida libertina e boêmia" (em suas palavras) que levo em Brasília (destaco que sou fortalezense, o que distancia meu cotidiano do acompanhamento familiar) incluem questionamentos sobre meu sta-

tus sorológico e o uso de preservativos nas minhas relações sexuais. E é ainda mais evidente perceber essa constante no cotidiano de soropositivos, dentre os quais usuários dos aplicativos supracitados relatam experiências e narrativas que vão desde o abandono sentimental, afetivo e sexual até situações de violência e ódio [gratuito]. Destaca-se, por exemplo, o consenso entre as pessoas com as quais dialogo *guei* sobre a maior ocorrência de encontros nesses processos de socialização virtual ser entre os próprios soropositivos usuários dos aplicativos, dados os maiores níveis de instrução e de experiência em relação à temática.

Conversando com três soropositivos que fazem uso dos aplicativos de socialização virtual GBT, percebe-se que todos os embasamentos teóricos se comprovam quando observamos vivências práticas dessas pessoas. "Transei poucas vezes com soronegativos que conheci nesses ambientes" foi uma frase recorrente, acompanhada da já esperada indagação, por parte de terceiros, sobre a posição sexual de A, B e C (refiro-me a A, B e C para não fazer referência a seus nomes e manter seu anonimato): se eles fossem passivos, tudo bem a relação sexual ocorrer. Aqui se destacam as relações entre a passivação e o contágio, ficando explícito o temor de contrair HIV/AIDS com o sexo anal. Vale destacar que, de acordo com inúmeras pesquisas e meta-análises, o risco de transmissão do HIV durante uma relação sexual anal pode ser de até 18 vezes superior do que em uma relação sexual vaginal, por exemplo, devido à maior capacidade de absorção naquela e, conseqüentemente, ao risco de infecciosidade por parte de um homem com carga viral (AIDSMAP, 2010). Por isso, teme-se mais que o ativo na relação sexual entre homens tenha status sorológico positivo, visto



que o passivo é lido enquanto o polo com maior risco de contração do vírus.

Com este trabalho, a rota de investigação faz jus à necessidade de um exercício meu e de eventuais leitores/as sobre a escuta empática, em relação a outras vivências interseccionais quanto ao HIV/AIDS que desconhecemos; e interlocução entre minha narrativa – apresentada anteriormente – já atravessada pela epidemia, que dialoga com aspectos relacionados ao temor com a incidência do vírus e com os discursos impostos sobre a sexualidade, os afetos e os desejos das populações LGBTI<sup>5</sup>. Em um primeiro momento, resgatou-se um pouco das respostas internacionais à patologia e do fito brasileiro no tocante às políticas globais para o HIV/AIDS, para, subsequentemente, entender algumas especificidades advindas de estigmas e interseccionalidades, que nos permitem compreender com maior afinco o impacto social do vírus e da doença.

Evoca-se Herbert Daniel (1990) e sua experiência *guei* na guerrilha armada brasileira no período ditatorial. Morreu em 1992, devido a complicações em seu quadro soropositivo, e trouxe ricas contribuições ao Pensamento LGBTIBrasileiro, tornando-se um dos maiores autores do campo. Herbert pensou a violência e a homossexualidade, assim como a feiura, a imobilidade e a obesidade enquanto características que perpassaram a sua vida. Pautou a política de afirmação da vida, para compreender as possibilidades de viver e conviver com o vírus, considerando o conceito e a proposta política da “solidariedade”.

Cita-se também Glauco Mattoso (2006), que traz em sua literatura a poesia marginal, o erotismo e a contracultura. Poeta, cego, perdeu a visão em 1995, devido ao glaucoma, que inspira, inclusive, seu pseudônimo. Glauco coloca em evidência

o erotismo e a violência em suas obras, fazendo relações entre a poesia marginal e o Pensamento LGBTIBrasileiro.

A presença dos autores supracitados ilustra um pouco de como o HIV/AIDS vem constituindo a identidade e a memória de nosso grupo [LGBTI] e intercala os elementos científicos discorridos com a literatura brasileira.

## O Brasil e o HIV/AIDS nas relações internacionais

Ponto crucial das reflexões sobre os parâmetros de saúde internacional foi o advento da epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS, na sigla em inglês), a partir da década de 1980. Seu descobrimento viabilizou um novo tipo de ativismo transnacional em prol do acesso ao tratamento e ainda influenciou a pesquisa, as práticas clínicas, as políticas públicas e o comportamento social. O Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV, na sigla em inglês) já causou cerca de 36 milhões de mortes e provocou profundas mudanças demográficas, econômicas e sociais na maioria dos países mais afetados – em especial localizados nos continentes africano e asiático (FEDATTO, 2015).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que mais de 35 milhões de pessoas sejam soropositivas<sup>6</sup> e que, apenas no ano de 2013, 1,5 milhão morreu em decorrência de complicações advindas do vírus e da doença. O Brasil foi o primeiro país em desenvolvimento a fornecer atenção à saúde, integral, universal e gratuita, às pessoas que vivem com HIV/AIDS. Nessa área, o Estado brasileiro destaca-se no cenário internacional por sua resposta à

5. Lésbicas, Gays, Bissexuais, Pessoas Trans e Intersexo, segundo nomenclatura oficial utilizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em documentos, campanhas e planos de ação. Há outras variantes, tais como Queer, Assexuais, Pansexuais, Demissexuais etc. Contudo, para os fins acadêmicos do presente artigo, voltarei-me à utilização de uma das siglas mais usuais para expressão de comunidades sexuais e de gênero negligenciadas.

6 Isto é, pessoas soropositivas são pessoas que vivem com o vírus do HIV (PVHIV) – o que não necessariamente implica desenvolvimento da doença da AIDS.

epidemia. Seu programa nacional, por exemplo, é reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o melhor do Sul Global, servindo de modelo para outros países em desenvolvimento e para o quadro de política global de HIV/AIDS, adotado pela OMS desde 2003 (FEDATTO, 2015).

Com efeito, o Brasil vem assumindo um papel ativo no cenário mundial<sup>7</sup>, exemplificado pela sua constante participação em organismos multilaterais da saúde, tais como a OMS e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). De tal modo, a “diplomacia em saúde” brasileira almeja consolidar sua influência na efetivação da saúde global; e, para tanto, a cooperação internacional possui crescente relevância para o País, em especial por liderar vários bem-sucedidos programas de cooperação Sul-Sul (FEDATTO, 2015).

Desde 2010, o número anual de novas infecções pelo HIV (em todas as idades) declinou em 16% (1.8 milhão), embora ainda esteja aquém do *Fast-Track Target* acordado na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2016, que estipula como ideais os valores inferiores a 500.000 novas infecções, por ano, até 2020. Segundo o Programa Conjunto das Nações Unidas para HIV/AIDS (UNAIDS, 2017), existem dois principais cenários de populações em maiores riscos de infecção, conhecidas como populações-chave: (i) em contextos de alta prevalência do HIV/AIDS, como África Oriental, África Austral, África Central e Caribe, mulheres jovens de 15 a 24 anos; e (ii) nos contextos de baixa prevalência do HIV/AIDS, tais como América Latina e Europa, as populações-chave são pessoas usuárias de drogas injetáveis, profissionais do sexo, pessoas trans, indivíduos privados de liberdade e homens homossexuais e/ou homens que fazem sexo com outros homens (HSH).

7. Um cenário que, atualmente, encontra-se em divergência com a conjuntura política de negacionismo em relação às agendas de gênero e sexualidade, bem como de criminalização e culpabilização das pessoas que vivem com HIV/AIDS por parte de representantes do governo federal. Exemplos foram as recentes declarações do Presidente da República, Jair Bolsonaro (LEMOS, 2020).

8. A estigmatização e a discriminação estão ligadas às estruturas e aos funcionamentos do poder, configurando fenômenos compreendidos e respondidos por meio de modelos sociais de análise e intervenção (PARKER; AGGLETON, 2001).

Nesse sentido, pensar as respostas internacionais ao HIV/AIDS nos exige externar quais marcadores identitários potencializam a estigmatização das populações-chave soropositivas e dificultam a prevenção e o posterior combate à epidemia. Além disso, precisamos também de resgatar como a transmissão do vírus vem atravessando as narrativas e memórias das nossas comunidades LGBTI e construindo as interações, os afetos e os desejos nas relações – principalmente homossexuais e trans – em sociedades marcadas por tabus e estigmas, em especial a brasileira.

## Entendendo a epidemiologia do HIV/AIDS nas populações LGBTI: estigma, interseccionalidades e repressão do desejo

Tomarei como ponto de partida os debates a respeito da estigmatização e do preconceito que se baseiam na definição de estigma como “um atributo que é profundamente depreciativo” (GOFFMAN, 1988, p. 642). De tal forma, reconheço o Estigma, a Discriminação e a Negação (ED&N) como processos sociais<sup>8</sup>, não limitados por construções individuais e que são caracterizados por um alto grau de diversidade e complexidade intercultural. Tais delineações permeiam as fundamentações do meu artigo, visto que a estigmatização e o preconceito relacionados aos contextos epidemiológicos (com um estudo pautado na incidência de HIV/AIDS) interferem nas estruturas sociais e na ocorrência das patologias (PARKER; AGGLETON, 2001).

Desde o início da disseminação da epidemia de HIV/AIDS, houve uma série de

construções sociais visando a legitimar a estigmatização da patologia. Algumas dessas incluem a AIDS em uma relação sinônima com (i) morte, (ii) horror (soropositivos endiabrados e temidos), (iii) punição (por comportamento imoral, por exemplo), (iv) crime e (v) guerra [ao vírus HIV] (PARKER; AGGLETON, 2001). De fato, o HIV/AIDS poderia ser descrito como uma “epidemia de significação”, na qual o uso da linguagem não é neutro e serve aos interesses de poder de diversas maneiras.

Assim, as fontes de estigma e discriminação relacionadas ao HIV/AIDS operam em relação a uma série de formas preexistentes de estigmatização e exclusão. Elas podem ser identificadas em quatro eixos ou domínios principais que estão presentes em países e culturas na evolução de suas respostas ao HIV/AIDS, com estigma em relação: (i) à sexualidade; (ii) ao gênero; (iii) à raça ou etnia; e (iv) à pobreza ou à marginalização econômica (PARKER; AGGLETON, 2001). Identificar esses marcadores sociais à luz da epidemia nos permite compreender a equação de interseccionalidades que consubstancializam a potência de diferentes signos de opressão nas corporeidades que vivem com HIV/AIDS e estigmatizadas (KERGOAT, 2010).

No primeiro contexto, assinalado devido à contração do vírus HIV ser intencionalmente associada à transmissão sexual, o impacto inicial do estigma da sexualidade foi insurgente em relação a populações cujas práticas e identidades sexuais correspondem a padrões desviantes das normas ou destoantes dos estereótipos hegemônicos existentes. Ou seja, os primeiros entendimentos sobre HIV/AIDS estavam ligados a relações homossexuais [masculinas], visto que a AIDS foi, durante longo período, interpretada como uma “peste gay” [ou “câncer gay”] (AVERT, 2012). Logo, a asso-

ciação do HIV/AIDS à homossexualidade e, depois, a outras formas de estigmatização, tais como a prostituição, a promiscuidade e o desvio sexual (diferença sexual) — vale lembrar a delimitação dessas populações como populações-chave nas respostas à doença —, exerce um impacto intercultural e histórico na tolerância e aceitação tácita desse estigma (PARKER; AGGLETON, 2001).

Além disso, essa estigmatização sexual tem sido fortemente relacionada ao estigma associado a gênero como elemento-chave atrelado ao HIV/AIDS. Em muitas sociedades que experimentaram surtos significativos da doença relacionados à transmissão heterossexual, a disseminação inicial da infecção esteve ligada às “trabalhadoras do comércio sexual”, com a prostituição entendida como uma expressão de comportamento feminino fora dos padrões normais (PARKER; AGGLETON, 2001). Mesmo que distantes desse contexto de relações sexuais comerciais, as noções de “promiscuidade” sexual se traduziram em normas de gênero inaceitáveis, culpabilizando<sup>9</sup> as mulheres com múltiplos parceiros sexuais pela origem da epidemia heterossexual. Entretanto, isso não se traduz na verdadeira realidade epidemiológica, pois em muitas localidades, incluindo o Brasil, foram documentados altos índices de transmissão heterossexual entre as mulheres casadas (GALVÃO, 1996).

Também as convicções racistas de muitos dos primeiros discursos sobre o HIV/AIDS foram evidenciadas tanto em relação aos haitianos nos Estados Unidos quanto em declarações espantosas sobre a “sexualidade africana”, típicas dos primeiros anos da epidemia. A estigmatização e a discriminação vêm sendo armas poderosas, interculturalmente utilizadas para policiar e manter as fronteiras étnicas, funções reproduzidas na história do HIV/AIDS. De

9. Segundo pesquisas do UNAIDS (2017), na Índia e no Brasil há mulheres soropositivas abandonadas pelos maridos que as transmitiram o HIV/AIDS, além de rejeitadas por conhecidos e membros da família (BHARAT; AGGLETON, 1999; GALVÃO, 1996). Somado a isso, em alguns países africanos, mulheres cujos maridos morreram de doenças relacionadas ao HIV/AIDS são culpadas pelas mortes deles; e, às vezes, os parentes dos homens expulsam-nas de suas próprias casas (GILBERT; WALKER, 2002).

fato, a experiência de marginalização e opressão causadas pelo racismo e pela discriminação étnica contra as populações não brancas, tais como afroestadunidenses e latinos nos EUA, está intimamente ligada à sua vulnerabilidade diante da epidemia (PARKER; AGGLETON, 2001).

Por fim, a pobreza – associada a ou em conjunção com a opressão racial – se tornou uma das maiores fontes de vulnerabilidade e estigma. As estigmatizações da pobreza no aprofundamento e na reprodução da exclusão econômica dos sem-teto, sem-terra, desempregados e outros grupos marginalizados apoiaram a estigmatização e a discriminação ao HIV/AIDS (PARKER; AGGLETON, 2001). A condição de baixa renda, muitas vezes, situa os indivíduos em estruturas sociais não favoráveis ao acesso à educação e informação de qualidade, o que pode descaracterizar as construções sociais de conscientização e combate à disseminação de ISTs, dentre as quais o HIV/AIDS se destaca (UNAIDS, 2017). No Brasil, é comum a transmissão do vírus entre pessoas usuárias do crack, dadas as circunstâncias sexuais em que se inserem devidas às complicações psíquicas e psicóticas do narcótico.

Enfim, é a partir desses quatro eixos que compreendemos a importância do conceito de interseccionalidade para uma análise social do impacto do HIV/AIDS. Advinda dos feminismos negros, a ideia das interseccionalidades nos revela, em primeira instância, as imbricações mútuas entre as identidades raciais e de gênero no status social e as consequentes divisões sociais entre mulheres nas estruturas sexista, classista e racista que circundam as sociedades (HOOKS, 2015). De tal modo, transladamos essa co-constituição para o contexto do HIV/AIDS, quando diferentes parâmetros engajam narrativas e corpo-

reidades atravessadas por marcadores de sexualidade, gênero, raça e classe para pessoas que vivem com HIV/AIDS, estigmatizadas; e potencializam os sistemas de opressões que condicionam grupos sociais à violência e à marginalização, nomeadamente os públicos LGBTI neste estudo.

Portanto, pensar o impacto social do HIV/AIDS nos remete diretamente às populações-chave para prevenção e combate à patologia, que têm suas existências estigmatizadas em se tratando da epidemia. Ademais, o alto índice de incidência nos grupos elencados pelo UNAIDS (2017) enquanto populações-chave nos traduz muito do que se constrói sobre as corporeidades e as relações de desejo e poder entre pessoas da comunidade LGBTI.

Parafrazeando a ilustre obra de Judith Butler (1993), *Corpos que importam: sobre os limites discursivos do sexo*, Arán (2007) nos traz os elementos “sexo”, “gênero” e “desejo” como significados corporais e políticos correlatos que constituem uma norma, norteiam uma inteligibilidade e definem limites e fronteiras para as sexualidades e a materialização do sexo. Nessa linha de raciocínio, os efeitos de gênero e corporeidades, produtores de subjetividades, reiteram a matriz heterossexual compulsória, que se constitui pela dominação masculina [branca] e exclusão das homotransexualidades. A diferença sexual, socialmente controlada, é, portanto, a causa significativa do desejo. Com isso, o status quo reside na cisheteronormatividade, elemento advindo das supracitadas construções sociais, o qual permeia contextos de violência, exclusão e controle social dos afetos, corpos e desejos a pessoas LGBTI.

Segundo Mattos & Cidade (2016), uma perspectiva cisheteronormativa assume (i) a matriz heterossexual como base das relações de parentesco e (ii) a funda-

mentação cisgênera como organizadora das designações compulsórias e experiências e identidades de gênero. Ambas implicam efeitos de patologização das diferenças em culturas e sociedades homotransfóbicas. Isso ocorre por intermédio da constituição social e de uma noção normalizante, em detrimento da condição anormal que produz a abjeção e o ocultamento de experiências transgressoras e subalternas, tratadas como casos desviantes da norma. Logo, a cisheteronormatividade constitui as políticas do desejo, imbricadas de relações de poder que violentam nossos corpos e nossas subjetividades e que relegam nossos afetos e sexos à marginalidade, em especial quando do desejo LGBTI atrelado ao estigma do HIV/AIDS.

## Literatura LGBTI brasileira, sexo e HIV/AIDS

Enfim, conseguimos delinear facilmente como que a incidência do HIV/AIDS, em especial nas populações-chave, tão atravessadas por uma série de marcadores identitários interseccionais, admite interconexões com discursos moralistas e de controle da sexualidade e dos desejos dos corpos LGBTI.

É como se estivéssemos mapeando, através de uma 'grade', um determinado tipo de comportamento social, e depois pegando um animal ao qual prestaríamos 'ajuda'. É um pouco essa ideia terrorista da AIDS, do grupo de risco: vamos pegar esse grupo de risco na nossa rede e vamos ajuda-lo, ou seja, ajudá-lo a morrer, não mais do que isso. No Brasil, nos países de língua latina, a palavra teria que ser SIDA que é um

sufixo muito interessante, para uma civilização suicida, ou homicida, ou genocida (DANIEL, 1990, p. 4).

Assim como outros autores gays da literatura brasileira, Herbert Daniel (1990), militante contra a Ditadura Militar brasileira (1964-1985), reconfigurava as identidades sexuais nos seus escritos sobre as práticas homoeróticas e homoafetivas, à luz, em especial, da sua soropositividade e experiência homossexual. Sua trajetória artístico-literária, a partir da segunda metade da década de 1980, deparou-se com um ponto de inflexão, quando do descobrimento de seu status sorológico positivo. O HIV/AIDS não somente moldou sua escrita com relação à sua experiência do desejo e da sexualidade, mas também foi a causa de seu falecimento, no ano de 1992. Como dizemos no movimento, a narrativa de Herbert foi encerrada por causa da epidemia, e seu luto existe na memória coletiva das comunidades LGBTI, tanto que sua morte reverbera na construção conjunta de nossa identidade. É sabido, pois, que 'bicha não morre, ela vira purpurina':

Herbert, nome de pia e registro; Daniel, nome de guerra que pegou. Estudante de Medicina na UFMG; 1,64m; crítico de cinema no rádio, Belô; dispensado do exército (regular) por insuficiência física (miopia? pé-chato?); autor de teatro estudantil; cabelos muito enrolados, olhos castanhos e semicerrados, chato nariz; vice-presidente do DCE da UFMG; gordinho; militante sucessivamente da Polop, Colina, Var-Palmares e VPR; clandestino durante seis anos, sem nunca ter sido preso; homossexual, já não mais clandestino; assaltante de banco, puxador

de carro, planejador de sabotagem, guerrilheiro em Ribeira, sequestrador de embaixador (em número de dois), remanescente; leitor, sempre, sempre; escritor de panfletos, aprendiz de ginasta; tímido não dançarino; jornalista em Portugal, em revista feminina; em Lisboa, estudante de Medicina reincidente; casado com homem, claro, homossexual; calça 39, usa 40; massagista, garçom, caixa, leão-de-chácara, gerente, porteiro de saunas de pegação de viados, em Paris, capitale de France, voilà; discursivo, falador trilingue inveterado, pensante tanto quanto, com sotaque – não se nasce em Minas impunemente. Descoberta de saber fazer quase nada de quase tudo: ocupação de vagabundo. Penúltimo exilado em Paris: escapou da “anistia”. Sem indulto (escapou por insulto), foi prescrito: reparou em vida alheia. Escritor (FUNDAÇÃO VERDE HERBERT DANIEL, 2020).

Além de Herbert Daniel, outro autor gay fundamental do acervo literário do Pensamento LGBTI Brasileiro e da poesia marginal é Glauco Mattoso (2006), pseudônimo do poeta cego acometido por um glaucoma, Pedro José Ferreira da Silva. Autodenominado poeta pós-maldito, Glauco escreve sobre fetichismo, masoquismo, resistência, homoerotismo pornográfico e diversos outros temas marginais, dentre os quais se situam o HIV/AIDS e sua correlação com os discursos “sujos” sobre o sexo e o desejo. Glauco propõe uma sexualidade não genital, tomando a podolatria como possibilidade de prevenção ao HIV/AIDS e às ISTs e de atributos de profilaxia da medicalização do

corpo. Se os manuais de saúde pública e vigilância sanitária propunham sexo limpo, Glauco convocava a sexo e escrita sujos, desconstruindo a ideia de que a homossexualidade tolerável é a “bem comportada” (2006, p. 204), em forma de paródia à mania de profilaxia em torno do HIV/AIDS.

A podolatria é o tipo de transa que não oferece risco de contágio. Eu diria até que uma das alternativas viáveis pros viados seria transferir o erotismo pros pés e pra boca. Talvez seja essa uma das soluções pro gay em termos de comportamento sexual. Pessoalmente, eu pretendo adotar como norma essa prática de copular sem contato genital e adaptando o sexo oral ao pé” (PALMEIRO, 2017, p. 20-21).

Acima relatei um trecho de uma das suas obras mais famosas, *O Manual do Podólata Amador*. No livro, Glauco Mattoso (2006) narra episódios cômicos e sensuais de suas experiências eróticas com pés masculinos – preferencialmente carregando mau cheiro –, mediante uma matriz que o autor considera antiestética e de estranheza (*queerness*)<sup>10</sup>. Nesse e em outros escritos, Glauco subverte os discursos higienistas e antissépticos sobre a sexualidade, o desejo e o prazer, muitas vezes recorrendo ao humor e ressignificando marcas sociais comumente atreladas à morbidade e à depravação, tais como o HIV/AIDS e a homossexualidade. Além disso, o autor também tenciona com as estruturas normalizantes que buscam normatizar as formas de se performar a sexualidade e se brincar com os estereótipos de gênero – com a referência ao padrão gay “bem comportado” –, bem como com os padrões sociais que privilegiam a estética branca e masculina – em diálogo com o que discutimos ante-

10. A priori, etimologicamente, a terminologia queer, hoje entendida como ação de resistência dos diversos modos de se exercer a sexualidade e de se expressarem as identidades de gênero, começou a ser utilizada, em especial ao fim da década de 1960, como uma forma pejorativa de diferenciar e discriminar pessoas LGBTI nos Estados Unidos [e na Europa]. (MASIELLO, 2000; BUTLER, 1993).

riormente sobre interseccionalidades.

Assim, homens gays que vivem com HIV/ADS têm maior dificuldade (i) nas possibilidades de contato carnal, também via aplicativos de socialização virtual, na referência que fiz ao começo deste artigo, e (ii) no desenvolvimento romântico, sexual e afetivo. As relações entre risco, sexualidade e contágio atravessam o HIV/AIDS e conotam corpos “sujos”, relações de pegação sem implicação, sem afeto, distanciadas de referenciais femininos e com tabus em relação à passivação e às experimentações homoeróticas. Em consonância ou não com as políticas de saúde globais e domésticas convencionais, que engajam fitos no sentido de prevenção, higienização e contracepção em relação ao ato sexual, Glauco nos prescrevia que

Então o jeito é conviver com isso, pacificamente, com ou sem AIDS. Transar o máximo possível, e não o mínimo, como alardeiam esses “op-tantes”. Nem que seja com preservativo, masturbação a dois, sexo por telefone, o diabo. Pra tudo se dá um jeito. Não se elimina a solidão, mas ajuda a passar o tempo (MATTOSO, 2006, p. 202).

Compreender o impacto da epidemia na construção identitária das populações LGBTI evoca remontar ao repertório que a literatura e a produção artística nos trazem quando das corporeidades e narrativas que têm suas memórias atravessadas pelo HIV/AIDS. Leila Mícolis (1983), João Trevisan (2000), Herbert Daniel (1990) e Glauco Mattoso (2006) compõem o acervo brasileiro de autores e autoras que constituíram nossa história a partir do vírus e da doença.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O status sorológico de pessoas que contraíram o vírus do HIV ou que desenvolveram a doença da AIDS implica processos violentos de exclusão social e rechaço em suas trajetórias de vida, a despeito das inúmeras políticas de saúde adotadas no contexto brasileiro e nas relações internacionais. Além disso, são inúmeras as possibilidades de interação e subsequente opressão consubstancializada entre marcadores identitários. De tal modo, as experiências com relação à epidemia são atravessadas e potencializadas por elementos interseccionais, tais como sexualidade, gênero, raça e classe, que se agregam ao estigma quanto ao HIV/AIDS.

Enfim, uma vez mais o segmento LGBTI é uma das populações-chave que sofrem de forma potencializada com as opressões sociais, em especial as advindas da epidemia do HIV/AIDS. Mas, não pensemos que nosso privilégio de sofrimento se restringe a ela. Tê-la constituindo nossa memória coletiva, nossa identidade e nosso luto pelos e pelas que faleceram em decorrência da soropositividade é apenas mais uma das facetas da homotransfobia que violenta nossos corpos, desejos e afetos, visto que somos culpabilizados, endemonizados e patologizados. Isso não significa, porém, que deixo de idealizar políticas de saúde que enxerguem Herbert Daniel (1990), Glauco Mattoso (2006) e outros/as da nossa comunidade como fontes fundamentais para prevenção e combate ao HIV/AIDS, até porque nossas dores e nossos lutos são tão globais quanto a epidemia.

## REFERÊNCIAS

- AIDSMAP. O risco de transmissão do VIH durante o sexo anal é 18 superior ao do sexo vaginal. PEBODY, Roger, jul. 2010. Disponível em: <http://www.aidsmap.com/O-risco-de-transmiss%C3%A3o-do-VIH-durante-o-sexo-anal-%C3%A9-18-superior-ao-do-sexo-vaginal/page/1446285/#item1446289>. Acesso em: 12 fev. 2020.
- ARÁN, Márcia. Políticas do desejo na atualidade: a psicanálise e a homoparentalidade. In: PRATA, M. R. (Org.). Sexualidades. EBEP. 2007.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS [ABIA]. Herbert Daniel, o Amor e a AIDS nos anos 80. 24 out. 2010. Disponível em: <http://abiaids.org.br/herbert-daniel-o-amor-e-a-aids-nos-anos-80/28078>. Acesso em: 12 fev. 2020.
- AVERT. Global HIV & AIDS Epidemic. 2012. Disponível em: <http://www.avert.org/global-hiv-aids-epidemic.htm>. Acesso em: 12 fev. 2020.
- BHARAT, S.; AGGLETON, P. Facing the challenge: household responses to AIDS in India. AIDS Care, 1999.
- BUTLER, Judith. *Corpos que importam: sobre os limites discursivos do sexo*. Nova York: Routledge, 1993.
- DANIEL, Herbert. Direitos Humanos e preconceitos: o caso da AIDS. [S. L.], [S. V.], [S. N.], jul. 1990.
- FEDATTO, Máira. A Cooperação Internacional na Efetivação da Saúde Global: O Papel do Brasil no Combate ao HIV. *Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)*, n. 21, set./dez., p. 59-70, 2015.
- FUNDAÇÃO VERDE HERBERT DANIEL. Herbert Daniel. 2020. Disponível em: <http://www.fvhd.org.br/page/herbert-daniel>. Acesso em: 12 fev. 2020.
- GALVÃO, J. AIDS no Brasil. São Paulo: Editora 34, Rio de Janeiro: ABIA, 1996.
- GILBERT, Leah; WALKER, Liz. HIV/AIDS in South Africa: an overview. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 18(3), p. 651-660, mai-jun, 2002.
- GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.
- HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. 193-210, 2015.
- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Revista Novos Estudos*, março, p. 93-103, 2010.
- LE MOS, Vinícius. #EuNaoSouDespesa: a reação à declaração de Bolsonaro sobre pessoas com HIV. BBC Brasil, São Paulo, 6 fev. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51409101>. Acesso em: 12 fev. 2020.
- MASIELLO, Francine. *Conhecimento Suplementar: Queering o eixo norte/sul*. Santa Catarina, *Revista Estudos Feministas*. Editora Periódicos Universidade Federal de Santa Catarina, v. 8, n. 2, 2000.
- MATTOS, A.; CIDADE, M. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Periódico*



dicus, n. 5, v. I, maio-outubro, p. 132-153, 2016.

MATTOSO, Glauco. Manual do Podólatra Amador: aventuras & leituras de um tarado por pés. São Paulo: Além da Letra, 2006.

MÍCOLLIS, Leila; DANIEL, Herbert. Jacarés & Lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. PEP (Profilaxia Pós-Exposição ao HIV). 2018. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/prevencao-combinada/pep-profilaxia-pos-exposicao-ao-hiv> Acesso em: 18 mar. 2020.

PALMEIRO, Cecília. Glauco Mattoso e a coprofagia de poéticas. Texto Poético, v. 13, n. 22, p. 13-49, jan./jun., 2017.

PARKER, R.; AGGLETON, P. Estigma, Discriminação e AIDS. 2001. Disponível em: [http://www.abiaids.org.br/\\_img/media/colecao%20cidadania%20direito.pdf](http://www.abiaids.org.br/_img/media/colecao%20cidadania%20direito.pdf). Acesso em: 12 fev. 2020.

PROGRAMA CONJUNTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA HIV/AIDS [UNAIDS]. Ending AIDS: Progress Towards the 90-90-90 Targets. 2017. Disponível em: [http://www.unaids.org/sites/default/files/media\\_asset/Global\\_AIDS\\_update\\_2017\\_en.pdf](http://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/Global_AIDS_update_2017_en.pdf). Acesso em: 12 fev.2020.

PROGRAMA CONJUNTO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE HIV/AIDS BRASIL [UNAIDS BRASIL]. Saiba por que a prevenção do HIV em populações-chave é tão importante para o fim da epidemia de AIDS. 2017. Disponível em: [\[unaids.org.br/2016/11/prevencao-do-hiv-em-populacoes-chave/\]\(http://unaids.org.br/2016/11/prevencao-do-hiv-em-populacoes-chave/\). Acesso em: 12 fev. 2020.](http://</a></p></div><div data-bbox=)

SEGRE, Marco; FERRAZ, Flávio Carvalho. O conceito de saúde. Revista de Saúde Pública, [s.l.], v. 31, n. 5, p.538-542, out. 1997. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-89101997000600016>.

TREVISAN, João Silvério. Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2000.

# ENTREVISTA

Entrevista com  
Luzia Margareth  
Rago. Doutora  
em História e  
professora titular  
do Departamento  
de História da  
Universidade de  
Campinas. É co-  
fundadora do  
Núcleo de Estudos  
de Gênero Pagu,  
autora das obras  
*Do Cabaré ao lar:  
A utopia da cidade  
disciplinar*. Brasil,  
1890-1930 e *Os  
Prazeres da Noite:  
Prostituição  
e códigos da  
sexualidade  
feminina em São  
Paulo, 1890-1930*

**R.P.: Professora, observando a extensão de seus trabalhos e pesquisas, nota-se a grande permanência da temática dos estudos de gêneros e das sexualidades. Como consequência, o debate acerca desses temas acaba refletindo em algo muito maior do que a produção acadêmica em si, chegando ao próprio empoderamento dos alunos, que se sentem representados nas temáticas, atingindo as escolas de ensino básico. Poderia nos falar um pouco mais sobre a importância de abordar as pautas gêneros nos ambientes educacionais?**

**Margareth Rago:** Não vejo como não abordar os temas trazidos pelos estudos de gênero e da sexualidade, que representam enormes conquistas dos últimos 50 anos, não apenas no âmbito da educação, mas na própria vida. Sem dúvida, discutir essas questões nos levou a constatar que, em sua maioria, as representações que vigoram em nosso imaginário foram construídas pelas elites pensantes no século XIX, a exemplo das definições das identidades sexuais e da própria noção de identidade, inexistente em outras épocas. Portanto, historicizar a construção dessas identidades e os temas que envolve e mostrar que cada época enfrentou a questão das diferenças sexuais de maneira diferente é fundamental para que possamos também perceber os preconceitos e as hierarquias excludentes que os fundam e legitimam, e que são vivenciados na prática cotidiana. Afinal, a que vem esses discursos que diabolizam os estudos e as questões de gênero? Vou

dar alguns exemplos: faz pouco tempo que “mulher pública” era sinônimo de prostituta e que a homossexualidade era vista como doença. Em ambos os casos, mulheres e gays não eram respeitados como cidadãos, nem podiam assumir cargos de liderança, pois eram considerados inferiores, irracionais, anormais e degenerados, ou seja, pessoas que precisavam ser comandadas e obedecer. Mais exclusão do que isso é impossível! Entender que “não se nasce mulher”, como disse Simone de Beauvoir, em 1949, e que não se nasce homem, nem gay, nem lésbica, nem isso e aquilo, ou seja, entender que não existe natureza humana e que a partilha entre normal e patológico foi inventada pelo saber médico do século XIX é fundamental para que possamos ser e viver da maneira que entendemos, a partir de compromissos éticos, isto sim, que são absolutamente necessários para a vida em sociedade. Os antigos gregos nos ensinaram tudo isso, mas o pensamento conservador do século XIX apagou essa história, capturou-a e criou identidades fixas, supostamente inerentes ao corpo biológico. Biopoder, como mostrou Michel Foucault. Assim, ditou um regime de verdades que ficou intacto até a década de 1960, até os movimentos feministas e de contracultura explodirem e subverterem essas interpretações nocivas... Felizmente Foucault mostrou que a sociedade burguesa, que se acreditava reprimir o sexo, não cessa de falar dele e para produzi-lo à sua maneira, criando e impondo identidades sexuais fixas, supostamente naturais e normatizando os comportamentos rigidamente classificados entre

normais e anormais. A esse processo de captura perversa dos corpos e de codificação das práticas sexuais e dos códigos interpretativos, este filósofo chamou de “dispositivo da sexualidade”, em seu famoso livro História da Sexualidade I. A vontade de saber. Vale conhecer! Em outras palavras, não estudar tudo isso, não falar de gênero, de sexualidade, não abordar os temas que os feminismos e a teoria queer têm trazido significa aceitar o regime de verdades imposto para nós como único verdadeiro e, portanto, aceitar um modo de sujeição bastante sofisticado, para não dizer emburrecedor. Falar de gênero é denunciar relações de saber-poder que nos atingem diretamente, e, aliás, por isso mesmo, os que detêm o poder se irritam, pois se sentem ameaçados em suas rígidas posições e estreitas interpretações. Falar de gênero significa criticar modos de exclusão e de dominação, significa questionar a catalogação das práticas sexuais e a invenção das identidades com todas as suas supostas características; mais do que isso, significa criticar a delimitação dos espaços físicos atribuídos às mulheres, aos homens, aos trans, por aí afora. Ou seja, não dá para existir democracia sem questionarmos as formas moleculares e imperceptíveis, não menos eficazes, de exercício do poder e da exclusão social. Patologizar uma prática e, portanto, uma pessoa é, sem dúvida, sabemos hoje, uma forma de exclusão violentíssima.

**R.P.: A inclusão escolar de pessoas trans ainda na infância e adolescência é motivo de discussão entre professores da rede de ensino básico. Representantes**

**Legais que não autorizam o nome social motiva a atmosfera no ambiente escolar. Como enxerga o debate?**

**Margareth Rago:** Como dito acima, acho que os espaços sociais devem ser abertos para a discussão de todos os temas e para os tipos de pessoas envolvidas. Contudo, creio que é preciso cautela porque também se pode cair na estereotipização das condutas e na imposição de códigos normativos ao reverso para pessoas que ainda são muito jovens para já saberem tudo o que querem de si e do mundo. Uma pessoa pode ser tímida num lugar e não em outro, ou ser briguenta numa fase da vida e não em outra. Não dá para fazer jovens e menos ainda crianças se definirem tão rigidamente a partir de códigos de conduta que são históricos, mutáveis. O que não significa silenciar sobre questões candentes. Exemplo: na sociedade de corte (séculos XVI-XVIII), os homens se pintavam, usavam salto alto, vestiam roupas coloridas tanto quanto as mulheres. O ideal de masculinidade não era o vigente nos anos de 1950... O rei deveria saber dançar, ser delicado nos gestos, e isso denotava elaboração pessoal, mostrava que era o oposto do indivíduo “tosco”, bruto, como dizemos hoje. A dança era uma atividade masculina até o século XIX, quando a burguesia entra em cena e diz que o mundo aristocrático é “efeminado”, ou seja, mole, irracional, passivo, como as mulheres... e que precisa mudar para os padrões de masculinidade e de feminilidade que ela burguesia definirá como natural. Assim nasce a noção de que “lugar de mulher” é no lar, cuidando

de filhos, enquanto o homem, sem emoções, vestido com cores sóbrias, deverá ocupar a esfera pública, lugar do trabalho, dos negócios, da política. Aliás, nasce a própria demarcação moderna de público e privado...

**R.P.: Podemos observar em seu livro Os Prazeres da Noite, como a prostituição retrata a violência de gênero. Poderia resumir como a indústria do sexo (filmes pornográficos, prostituição...) corrobora com o discurso que resulta na objetificação dos corpos e até mesmo na morte de diversas mulheres cis e trans? Como a sociedade e/ou o Estado devem contribuir para combater este problema?**

**Margareth Rago:** Creio que a prostituição é um tema muito difícil, em que pese ter escrito uma história da prostituição feminina nos inícios do século XX, quando passa a ser discutida, tematizada, problematizada de maneira incisiva pelas elites. A prostituição se torna um problema com a emergência das cidades modernas e do capitalismo urbano-industrial. Mas, a meu ver, não é possível reduzir a prostituição à violência de gênero, mesmo porque há homens, gays, trans na prostituição hoje e não apenas mulheres. Também não dá para dizer que essa prática existe apenas por imperativos econômicos. O tema é muito complexo, a meu ver, e a psicanálise tem muito a contribuir, já que estão em jogo o desejo, as fantasias sexuais, a imaginação erótica de uma época. Não sei se o Estado e a sociedade devem “combater”

a prostituição, já que desde os inícios do cristianismo, foi considerada “um mal necessário”, como afirmou Santo Agostinho. Em outras palavras, as pessoas querem esse tipo de relação que se estabelece na prática de prostituição, entre homens e mulheres, entre mulheres e mulheres, entre homens e homens, entre...e aí? O que fazer? É possível eliminar o freguês ou a freguesa? Não tenho respostas. Ao mesmo tempo, é óbvio que não estou me referindo à prostituição infantil, o que certamente é abominável e deve ser combatida por todos os lados. Nesse caso, até mesmo o movimento das prostitutas, para lembrar Gabriela Leite, já falecida, lutou com todas as suas forças para combater esse tipo de violência.

**R.P.: Diante dos problemas enfrentados pela comunidade LGBTQIA+ para se inserir na sociedade, lidando com violência e segregação, como a luta das mulheres trans e das travestis podem agregar ao movimento feminista? Há algum conflito entre as pautas?**

**Margareth Rago:** Não creio que haja conflito entre as pautas, embora sejam movimentos diferentes. São outras questões que trazem trans e travestis, já que também são outras formas de sofrimento, de preconceitos, de dor que sofrem. Suas reivindicações de liberdade, de direito, de respeito só podem acrescentar não apenas ao movimento feminista, mas a todos os movimentos que lutam pela liberdade, pela igualdade, pela justiça social. Afinal, quem define o que cada

corpo deve ser, como cada subjetividade deve se constituir, o que alguém deve vestir, como deve se comportar? Estão em jogo relações de poder, mais do que questões da sexualidade propriamente dita, a meu ver. Afinal, os negros e as negras, assim como indígenas também sofrem muitas violências que não se dão a partir de suas definições sexuais, mas da cor da pele e de outros marcadores físicos e sociais. É importante nos libertarmos da “teoria da degenerescência”, criada no século XIX, segundo a qual existe o tipo físico normal e os outros, que são “degenerados” e que, na evolução das espécies, tendem a desaparecer... As teorias lombrosianas (refiro-me ao famoso criminologista italiano Cesare Lombroso, nome de rua e de shopping no Bairro do Bom Retiro, em São Paulo), apesar de já terem sido muito criticadas, são constantemente repostas já que atendem aos interesses dos poderosos, inclusive em nossa atualidade. Para estes, sempre haverá os que devem mandar e os que devem obedecer, assujeitar-se porque são incapazes de se autogovernarem, o que seria constatável pelo próprio tipo físico, pelo formato do crânio, pela cor da pele, pelo sexo, etc, etc...

**R.P.: No atual cenário brasileiro, podemos notar a crescente ampliação de discursos que buscam deslegitimar importantes lutas e conquistas sociais. A violência que cerceia os gêneros, as sexualidades e por consequência, a esfera social, é constantemente reforçada por esses discursos, e que embora sejam constantemente trabalhados e**

**desconstruídos no meio acadêmico, ainda enfrentam uma difícil barreira estabelecida entre uma população marginalizada, que somente recebe esses saberes diluídos pelos veículos de informação e reforçados pela influência religiosa. Acredita que seria possível difundir, com maior efetividade, essas discussões à população?**

**Margareth Rago:** Sim, creio que sim, temos todos os meios para produzir informações necessárias, verdadeiras e para divulgá-las, é uma questão de vontade política, acima de tudo. Sou de uma geração que assistiu à entrada de temas considerados tabu, como a sexualidade, a masturbação, a menstruação, o aborto, o direito das mulheres e de outros grupos sociais marginalizados, mesmo durante a ditadura militar. O feminismo e o movimento negro se rearticularam na segunda metade dos anos setenta, no Brasil, em pleno regime ditatorial, assim como nasceu o movimento gay nesse período. Foram importantíssimos os esclarecimentos, que suscitaram muitas leituras, pesquisas, discussões e lutas para que entrassem no cenário público. Mas o mundo mudou muito nos últimos 50 anos, não há como negar, e por isso mesmo, a direita entra com toda a sua fúria e violência para tentar deter as mudanças sociais, culturais e políticas em curso há décadas e fazer a roda da história parar de girar, ou voltar para trás. No entanto, creio que é impossível dizer para uma jovem de 16, 17 anos hoje, que seu lugar é em casa fazendo bolo por toda a vida...

**R.P.: Sendo mulher e co-fundadora do Pagu, quais foram, para você, as mudanças mais significativas no feminismo dentro do espaço acadêmico?**

**Margareth Rago:** Os feminismos cresceram muito nas últimas décadas, diversificando-se e pluralizando-se de maneira inesperada, dentro e fora das universidades. Isso significou que as diferenças, as especificidades de cada grupo de mulheres de diferentes idades, etnias e classe social se evidenciou, o que é muito positivo. Esse movimento aparece na produção acadêmica, que também cresceu muito e se diversificou. Novos temas entraram em cena, novas pesquisas trouxeram passados desconhecidos e realidades presentes também pouco percebidas. Surgiram muitas revistas e publicações e, é claro, as revistas feministas online agilizaram a difusão dos temas e abriram espaço para conexões em âmbito internacional, muito mais agilizadas. Os ganhos são imensos. A produção científica precisou se repensar e abrir espaço para o universo feminino e feminista. Em História, por exemplo, espaços considerados femininos e naturais, isto é, sem história, passaram a ser historicizados... assim nasceu a história da vida privada, a história das emoções, dos sentimentos, do cheiro, para não falar da casa, da família e das crianças e das próprias mulheres, obviamente. Descobrimos a existência de muitas escritoras, compositores de música, pintoras, escultoras, cientistas no passado, que começam a constar dos livros de História... essas histórias enriquecem nosso presente, sem

dúvida alguma, além de se fazer justiça. Sem dúvida, essas conquistas não decorrem apenas das pressões feministas, mas sem elas não teriam tido a expansão e o crescimento que tiveram, sendo produzidas também por historiadores de renome, além das historiadoras. A abertura de tantos espaços nessa área exigiu também o diálogo com outras, como a filosofia, a psicanálise, a medicina, a biologia, para além é claro da sociologia e antropologia, com quem já se tinha uma troca intensa. A filosofia pós-estruturalista foi fundamental, a meu ver, ao trazer conceitos que permitissem olhar de outro modo para essas novas realizadas que passavam a ser historicizadas. Derrida trouxe a noção de "desconstrução", fundamental para os feminismos, Foucault teorizou o "dispositivo da sexualidade", entre inúmeras outras formas de pensar o poder, a produção da subjetividade, as práticas da liberdade; Deleuze nos fez pensar no "nomadismo", no "rizoma", e assim a crítica à "filosofia do sujeito ou da representação" evidenciou como era ao mesmo tempo um pensamento masculino, dito universal e único possível, identitário e não relacional.

HOMOSSEXUALIDADE CAMUFLADA?  
A MÚSICA “O VIRA” DE SECOS  
& MOLHADOS (1970)

MOREIRA, Felipe Nunes

Graduando em História pela Universidade  
Santo Amaro - UNISA, São Paulo.

nunesfelipe281@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Rafael Lopes de Sousa.

VOCÊ ME VÊ? INTERVENÇÕES  
ARTÍSTICAS EM POSTES  
ELÉTRICOS INSTIGANDO A  
PERCEPÇÃO URBANA NA CIDADE  
DE BAURU

LONGHI, Mariane Santinello

Bacharel em Artes Visuais pela Universidade  
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita  
Filho”, Unesp-Bauru (2019)

# RESUMOS EXPANDIDOS

CAMOUFLAGE HOMOSEXUALITY?  
THE MUSIC “O VIRA” OF  
SECOS & MOLHADOS (1970)

YOU SEE ME?  
ARTISTIC INTERVENTIONS ON  
ELECTRIC POLES INSTIGATING  
URBAN PERCEPTION IN THE CITY  
OF BAURU



# HOMOSSEXUALIDADE CAMUFLADA? A MÚSICA “O VIRA” DE SECOS & MOLHADOS (1970)

CAMOUFLAGE HOMOSEXUALITY? THE MUSIC “O VIRA” OF SECOS & MOLHADOS (1970)

MOREIRA, Felipe Nunes

Orientador: Prof. Dr. Rafael Lopes de Sousa.

O presente estudo propõe analisar a letra da música “O Vira” da Banda Secos & Molhados, produzida em 1970. Compreendendo não apenas o entendimento da simbologia expressa na letra da música, mas o processo de formação discursiva que procurou restringir sua autonomia, reconhecendo, assim, a resistência e luta por liberdade de expressão. Para compreender esse processo utilizamos o tratamento da fonte em questão seguindo da Análise do Discurso a partir do levantamento e identificação dos adjetivos, detectando os antagonismos latentes na letra como possibilidade de reconhecimento dos perfis do objeto de estudo. A análise dos resultados encontra suporte nas propostas pós-estruturalistas que permeiam as relações de poder nas sociedades de classe, sobretudo, no que tange aos princípios internos do controle do discurso. Assim, o estudo objetiva analisar em que medida a música representa a homossexualidade masculina, quais reflexos da música em relação à sociedade dos anos 70 e ao lugar do homem nesta sociedade, e se é possível afirmar a existência de uma dubiedade em relação à homossexualidade na letra da música. O estudo permite compreender as representações discursivas impostas, e como essas foram sendo alteradas gradativamente, uma vez que o conhecimento e

a verdade absoluta se tornam um paradoxo. Este trabalho aborda como tema central uma análise sobre a representação da homossexualidade proposta pela letra da música “O Vira”, uma canção composta por João Ricardo e Luhli, que aparece no primeiro álbum da banda Secos & Molhados interpretada por Ney Matogrosso em seu lançamento no ano de 1973. Considerada como um marco inicial na história do rock pesado brasileiro, a música alude a um duplo sentido e tem a intenção de demonstrar uma visão figurativa abarcada por uma sociedade aparentemente laica. Neste período, os anos 70, conhecido como “Os anos de chumbo”, marca-se a intensificação do regime militar, caracterizado por uma efervescente repressão do Estado sob aqueles que se identificavam com condutas homossexuais no Brasil. Essas políticas repressivas praticadas pelo regime, vistas a partir de suas ambiguidades, precisavam conviver com as resistências que emergiam nesse momento. As leis que regiam os procedimentos de censura impostas nesse período, não impediram artistas como Ney Matogrosso de trazer através da sua arte uma significância camuflada sobre a música. Identificamos através da letra da música a simbologia cultural camuflada por uma resistência ao regime político, fazendo uma analogia entre o comportamen-

to homossexual e imposição da sociedade brasileira sobre esse ser. Neste sentido, esta pesquisa propicia uma análise de discurso, identificando as múltiplas formas produzidas narradas e atribuídas ao homossexual na letra da música. As problemáticas que o estudo analisa partem da necessidade do entendimento de como era retratado o homossexual e de que forma a letra da música trouxe a oportunidade de expressar a realidade social vivenciada naquele período. Considerando a importância da representação da homossexualidade masculina e sua resistência na formação sociocultural brasileira, pode-se afirmar que, a letra da canção foi um pontapé inicial na representação masculina do homem, antecipando a discussão da subjetividade do homem e das possibilidades de ser homem na sociedade brasileira, compreendendo e identificando as construções ideológicas constituídas. Mostrando outras formas de luta e resistência dos jovens contra esse discurso. Mediante os fatos apre-

sentados, Foucault nos faz entender como o discurso sobre uma normalidade se torna prática, compreendendo um conjunto de enunciados e a medida em que eles provêm da mesma formação discursiva, mostrando assim as facetas que o discurso relacionado a sexualidade e censura, refletiam na década de 70 no Brasil. Esses acontecimentos revelaram que, sim, tanto a música "O Vira" quanto a divulgação da banda Secos & Molhados e a identidade de Ney Matogrosso tencionaram uma época autoritária de nosso país; porém, não se pode esquecer que, a mídia, muitas vezes se negando a citá-los, concedia-lhes espaço para contradizer, refutar, debater, transgredindo assim, as normas da época. A música foi um importantíssimo instrumento utilizado contra o sistema, mesmo trazida de forma subjetiva, era o modo mais simples e genial de garantir e difundir os ideais, deixando um legado de resistência aos públicos vindouros, que lutariam em prol da liberdade de expressão.

VOCÊ ME VÊ?

INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS EM POSTES ELÉTRICOS INSTIGANDO A PERCEPÇÃO URBANA NA CIDADE DE BAURU

YOU SEE ME?

ARTISTIC INTERVENTIONS ON ELECTRIC POLES INSTIGATING URBAN PERCEPTION IN THE CITY OF BAURU

LONGHI, Mariane Santinello

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa em artes visuais com o objetivo de realizar intervenções artísticas em postes elétricos instigando a alteração da percepção da cidade do interior de São Paulo, Bauru, sen-

do o recorte deste trabalho às vivências da comunidade LGBTQI+. Propondo um diálogo entre intervenções urbanas, arte pública e a caminhada como elemento estético sensível. Realizamos entrevistas e observações em

campo para termos mais clareza quanto às questões trabalhadas. Levando também as questões de representatividade para dentro de espaços culturais, efetuando uma exposição de registros das intervenções como fechamento desta pesquisa. Vivemos em ritmos acelerados, a cada passo, um universo se materializa ao nosso redor, porém estamos concentrados demais em nossos destinos, em nossos horários, e aos poucos, a vida vai passando, vai se acinzentando. Contrapondo a velocidade e a perda das cores, as intervenções urbanas rasgam os costumes frenéticos das caminhadas, prendem nossos olhos por alguns minutos e iniciamos um novo percurso interno, a materialização da visualidade e um novo percurso externo, um caminhar distinto. Intervenção urbana; arte que choca, acalma ou neutraliza. Propondo diálogo, ou denunciando quais são as vozes daquela cidade que estão caladas, ela não passa despercebida. A pluralidade das linguagens artísticas que encontramos nos murais, nos lambs, nas esculturas em praças públicas, nos dão pistas de que o termo utilizado é extremamente amplo, entretanto, trataremos neste trabalho sobre a intervenção em postes elétricos. Os estudos sobre intervenções urbanas não são novos, segundo a pesquisadora Vera Pallamin, no livro *Arte Urbana, São Paulo: Região Central (1945 – 1998): obras de caráter temporário e permanente (2000)*, as relações entre a cidade e o cotidiano do cidadão estão diretamente interligadas quanto às produções artísticas e aspectos sociais de transformação. Da mesma forma, o pesquisador Nelson Brissac Peixoto (1998), realiza estudos quanto às intervenções urbanas desde a década de 60, na cidade de São Paulo, constatando segundo ele, que é possível

vivenciarmos uma experiência estética através de ruas, fachadas e monumentos, espaços capazes de proporcionar relações com o passado e o significado social e político dos lugares. Vale ressaltarmos que nenhum dos dois pesquisadores abordam as questões da intervenção em postes elétricos. A escolha do poste elétrico se deu, após uma reflexão sobre os objetos que estão sempre em nossos caminhos, e na cidade de Bauru, os postes elétricos encontram-se no canto da calçada próximo às ruas, locais despercebidos. A metodologia utilizada refere-se a uma pesquisa de base teórica quanto às questões do caminhar em centros urbanos, percepções do ser contemporâneo, identidade e questões poéticas de produção, assim como o histórico da comunidade LGBTQI+, utilizando os estudos do Walter Benjamin (1994), Stuart Hall (2014), Regina Facchin (2003), o livro *Histórias da sexualidade: antologia* (MESQUITA; PEDROSA, 2017), entre outros. Além da base teórica, uma investigação pessoal e coletiva sobre as sensações de membros da comunidade LGBTQI+ em relação aos territórios que iriam receber as intervenções. Esta investigação foi realizada através de entrevistas, com termos de esclarecimento devidamente preenchidos e anexados no trabalho original. Após a base teórica e as entrevistas, houve o desenvolvimento dos esboços dos desenhos das intervenções, abraçando todas as sensações presentes nas entrevistas. Em todas as intervenções era fixado um *Qrcode* e o endereço da página do *facebook* Percepção Urbana a fim de obtermos alguns dados técnicos sobre o número de visitas na página através do direcionamento das intervenções e assim, uma ferramenta de análise sobre os desdobramentos das pesquisas, além de uma ob-

servação cuidadosa, em que a pesquisadora ficou escondida observando o número de pessoas que observavam a nova intervenção. A arte urbana é uma ferramenta política de expressão, uma forma de exercer a voz, um acontecimento político. Uma atitude política que está nas vias da cidade, está aberta para o público, ganha força no momento que é vista, ou então, que é ocupada pelo olhar. Ao descobrir a cidade, nos deparamos com a ausência de representatividade da comunidade LGBTQI+, lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, Queers e Intersex, questões que envolvem desde a repulsa à comunidade derivada da crença em relação à AIDs na década de 80, proibição de afetividade no período militar, até as questões de poder simbólico que pairam sobre a contemporaneidade, desaguando no objetivo desta pesquisa. Ao todo foram pintados quatro postes; dois deles considerados Postes Principais e dois Postes de Transição. O primeiro Poste Principal falava sobre a ausência de empregabilidade Trans no centro comercial de Bauru. Segundo estimativa da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), 90% das travestis e transexuais estão se prostituindo no Brasil. Em contrapartida, não é possível afirmar o número correto de pessoas trans no mercado de trabalho, por dificuldades quanto aos preconceitos do mercado de trabalho. (figura 1).

Esta intervenção conta com duas silhuetas em lados opostos, utilizando como suporte o poste elétrico (figura 2). Dentro das silhuetas há as frases mais marcantes das entrevistas, com os créditos devidamente colocados, sendo uma forma de dar vozes às pessoas entrevistadas. O segundo

poste falava sobre a ausência de visibilidade Lésbica no Parque Vitória Régia, local que ocorre anualmente a parada LGBTQI+. Pensando sobre a territorialidade, iniciei uma reflexão sobre a expressividade do ambiente, as sensações transmitidas contidas nas entrevistadas, e a luta quanto à representatividade lésbica na cidade de Bauru. De uma forma geral, as mulheres entrevistadas conduziram a discussão para as mesmas sensações: afeto e tranquilidade ao local, embora tenham sentimento receoso quanto ao perigo noturno. Dessa forma, compreendi que o espaço e as relações representadas demandam um olhar mais afetivo, uma intervenção que demonstrasse o carinho ao espaço, ao mesmo tempo em que estivesse uma força de luta e resistência. A maioria das entrevistadas disse demonstrar afeto ao público, o que é um fato relevante a ser trabalhado através das questões simbólicas, uma vez que, segundo o *Dossiê de Lesbofobia* (2017), é uma atitude que pode vir a ser um gatilho para agressões físicas e psicológicas por parte do preconceito social, ao mesmo tempo, que demonstra afirmação e consciência de seus direitos, um ato político-afetivo.

E os outros dois Postes de Transição foram realizados utilizando todas as cores da bandeira da diversidade de modo a chamar a atenção e funcionar como starts na percepção urbana nas vozes da cidade. Hoje, a página Percepção Urbana plataforma que indiquei, através de adesivos nas intervenções, está com 32 seguidores. Se pensarmos em relação quantitativa, é um baixo número, porém, se pensarmos que

este trabalho não foi divulgado e que apenas por meio dos adesivos colados que as pessoas tiveram acesso a essa plataforma, é um número expressivo. Dentre os números recebi três mensagens no *inbox* a página parabenizando quanto ao meu trabalho, tirando fotos e interagindo com a obra. Durante os dias de observação posteriores à intenção, foi possível notar um deslocamento de atenção dos pedestres em relação à obra: aquilo que emerge do concreto, atinge os céus, local que abriga nossas cores, as cores do arco-íris (figura 3).

Para finalizar este processo de relações entre territórios, desagüamos na exposição de registros destas intervenções: *Percepção urbana: conexões entre territórios*, na Galeria Aquário, da FAAC/UNESP-Bauru, como demonstrado na figura acima.

**Figura 1**  
Intervenção finalizada Empregabilidade trans



Fonte: Autoria própria (2019)

**Figura 2**  
Pintura da intervenção visibilidade lésbica



Fonte: Autoria própria (2019)

**Figura 3**  
Exposição *Percepção urbana: conexões entre territórios*.



Fonte: Gabriela Yumi (2019)

A LIBERDADE É UMA LUTA  
CONSTANTE: UM CHAMADO PELA  
INTERSECÇÃO GLOBAL DAS LUTAS

SOUZA, Nicaria Costa de

Graduanda em História pela Universidade  
Estadual da Paraíba - Campus III (UEPB)

nicariacosta23@gmail.com

HEROÍNAS ANÔNIMAS  
E INTELLECTUAIS  
REVOLUCIONÁRIAS:  
EMANCIPAÇÃO FEMININA NA  
RUSSIA SOVIÉTICA

ROCHA, Thayná Alves

Graduada em História pela Universidade  
Santo Amaro - UNISA (2017), São  
Paulo. Pesquisadora membro do Grupo  
de Pesquisa Ciência, Saúde, Gênero e  
Sentimento - CISGES/UNISA/CNPq.

thaynalves17@gmail.com

LUGAR DE FALA:  
UMA DISCUSSÃO ESTRUTURAL  
DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO

VIANA, Paula de Carvalho

Graduada em História pela Universidade  
Santo Amaro - UNISA, São Paulo.  
Pesquisadora e membro do Grupo de  
Pesquisa Ciência, Saúde, Gênero e  
Sentimento - CISGES/UNISA/CNPq.

paulacviana@outlook.com

# RESENHAS

## A LIBERDADE É UMA LUTA CONSTANTE: UM CHAMADO PELA INTERSECÇÃO GLOBAL DAS LUTAS

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.

SOUZA, Nicaria Costa de

Angela Yvonne Davis é uma das mais expoentes vozes em prol da libertação coletiva contra opressões. Ativista, filósofa e escritora norte-americana, nascida em 1944, em Birmingham, Alabama, Davis tem na práxis revolucionária o combustível para permanecer em luta. Conviveu desde cedo em territórios marcados pela segregação racial, vendo de perto as violências simbólicas, físicas e patrimoniais que o sistema racista produz. Participou ativamente do movimento pelos direitos civis dos negros, filiando-se ao Partido Comunista dos Estados Unidos em 1968 (*Communist Party USA - CPUSA*), tendo ainda uma breve passagem pelo Partido dos Panteras Negras (*Black Panther Party - BPP*), onde colaborou na área de educação política do movimento. Após ter sua prisão decretada em 1971, formou-se uma insurgente marcha, que tomou forma e as ruas do país: o movimento “libertem Angela Davis”.

Embora alçada a símbolo de liberdade após ter saído do cárcere, Angela Davis não assume a postura de heroicidade diante de seus feitos. Do contrário, rejeita esse individualismo da história, tão sintomático ao sistema capitalista, que reduz resistências cole-

tivas a ícones personificados e provoca um apagamento de ações em grupos. Davis se posiciona em conjunto, destacando a importância de um ativismo de base popular para prover transformações estruturais e a necessidade de unir esforços para uma emancipação global das classes subjugadas. É partindo desta premissa que se constrói *A liberdade é uma luta constante*.

Para a organização do livro, Frank Barat, ativista francês pela causa Palestina, reuniu entrevistas, conferências e discursos da autora, proferidos entre os anos de 2013 a 2015, e transformou-os em dez ensaios, lançados pela editora Boitempo em 2018. A obra conta com prefácios de Cornel West e de Angela Figueiredo, além de um texto de orleão escrito pela romancista Conceição Evaristo. A seleção de escritos levanta debates acerca da causa Palestina, racismo institucionalizado, o sistema industrial-prisional, feminismos e questões da comunidade LGBTQ+, tendo como motor das discussões a necessidade de internacionalizar as lutas sociais.

Em *A liberdade é uma luta constante*, alguns temas que marcaram a trajetória de militância e produção inte-

lectual de Angela Davis retornam com novo fôlego. A exemplo da noção de interseccionalidade – desenvolvimento com destreza na década de 1980, no consagrado *Mulheres, raça e classe* (1986) – a que é acrescido profícuos e atuais debates. A autora, entretanto, lança mão de possíveis louros a serem recebidos e evoca novamente o caráter conjunto para a construção das noções apresentadas em suas produções: “Vejo minha obra como o reflexo não de uma análise individual, e sim de uma percepção, no interior de movimentos e coletivos, de que não é possível separar as questões de raça das questões de classe e das questões de gênero” (p. 33).

A respeito da interseccionalidade, nessa nova obra são elaborados pertinentes apontamentos acerca das interconexões possíveis entre gênero, raça, classe, nacionalidade e etnia. Um exemplo disso é o feminismo defendido por Davis, atuante na construção para a emancipação global das opressões, e que abarca diferentes causas em sua agenda de reivindicações.

O movimento por muito tempo voltou-se apenas para as demandas das mulheres brancas de classe média. A categoria “mulher”, alvo de tantas tensões ideológicas, não abarcava trabalhadoras pobres e de minorias étnicas, fato que evidenciava o caráter burguês que esse feminismo assumia. As contestações a essa categoria se deram na urgência de radicalizar a luta feminista, de reescrever o que se entendia por “mulher” e de evidenciar – espe-

cialmente o feminismo negro – que as lutas não se apartam (p. 92).

Pensar o feminismo para a autora é projetar no cerne das discussões a consciência anticapitalista, anti-imperialista e antirracista. Ao assumir uma postura *anti-establishment*<sup>1</sup>, o caldo crítico da luta é engrossado com a percepção das interconexões das questões sociais.

Angela Davis é enérgica ao firmar as posições que assume dentro da militância. Para ela “o feminismo envolve muito mais do que a igualdade de gênero. E envolve muito mais do que gênero. O feminismo deve envolver a consciência em relação ao capitalismo – quer dizer, o feminismo a que me associo. E há múltiplos feminismos, certo? Ele deve envolver uma consciência em relação ao capitalismo, ao racismo, ao colonialismo, às pós-colonialidades, às capacidades físicas, a mais gêneros do que jamais imaginamos, a mais sexualidades do que pensamos poder nomear” (p. 98).

Como aspirar a libertação feminina negligenciando o racismo institucionalizado que atinge diretamente mulheres negras? Ou ainda, como erguer uma frente antirracista sem ponderar sobre a discriminação latente sofrida por pessoas muçulmanas? Como discutir gênero sem incluir ao debate pessoas transexuais? Para Davis, a intersecção se faz necessária para compreender essas questões, levando em conta ser pouco eficaz tentar realizar um “descolamento” entre as lutas so-

1. Anti-establishment ou antissistema, diz respeito à oposição às instituições e órgãos oficiais que operam a serviço de grandes corporações. A postura antissistema, nesse sentido, pode ser assumida por indivíduos ou associações coletivas.



ciais e tratá-las de modo isolado, desconsiderando o caráter global que devem assumir para promover a superação do capitalismo.

Entendendo a interconexão das lutas, Angela Davis também levanta discussões ao longo do livro sobre as relações entre o sistema industrial-prisional, a desmilitarização policial e o racismo institucionalizado tomando por base os eventos ocorridos na cidade de Ferguson, após a morte de Michael Brown – adolescente negro assassinado por um oficial de polícia em 2014. Os protestos desencadeados após o crime mobilizaram inúmeros coletivos de apoio, e o caso rodou o mundo como uma demonstração escancarada do racismo sistêmico e política de extermínio da população negra.

As resistências em Ferguson foram brutalmente combatidas por forças oficiais, que utilizaram táticas de combate semelhantes às desenvolvidas por soldados israelenses. Através do twitter, militantes palestinos habituados a lidar com repressões militares instruíram manifestantes de Ferguson sobre modos de sobrevivência na situação relatada.

Para Davis, Michael Brown não foi uma vítima isolada do sistema, tampouco é acaso a polícia americana dispor de aparatos tão semelhantes às tropas de Israel. A autora é enfática ao afirmar que devemos observar esses embates de modo global, afinal “quando vemos a polícia reprimindo protestos em Ferguson, também precisamos pensar na

polícia e no Exército israelenses reprimindo protestos na Palestina ocupada” (p. 53).

*A liberdade é uma luta constante* lembra ao leitor sobre a necessidade premente de unir esforços por lutas indissociáveis. Nos meandros da resistência, angariar esforços coletivos e globais é tarefa essencial para a construção de uma nova sociedade. A obra de Angela Davis é, sobretudo, um chamado por essa junção de vozes, pela articulação de uma massa poderosa que se ergue e diz “não” ao sistema que perpetua opressões.

# HEROÍNAS ANÔNIMAS E INTELLECTUAIS REVOLUCIONÁRIAS: EMANCIPAÇÃO FEMININA NA RÚSSIA SOVIÉTICA

URSO, Graziela Schneider (org.). *A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.

ROCHA, Thayná Alves

Graziela Schneider Urso, bacharel em russo e língua portuguesa, doutora em literatura e cultura russa pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP é organizadora da obra *A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*, que se apresenta como uma coletânea de artigos, atas, panfletos e ensaios escrita por onze intelectuais e ativistas da causa proletária russa. Encontram-se entre esses nomes Aleksandra Kollontai, Maria Pokróvskaia e Nadiéjda Krúpskaia. Infelizmente, muitas delas são reconhecidas por terem sido companheiras de algum homem, como é o caso de Krúpskaia, importante nome para a educação russa, é lembrada hoje como ‘a mulher de Lenin’, com isto, toda sua trajetória revolucionária e intelectual passa despercebida e silenciada, em consequência disso, são poucas as pesquisas desenvolvidas na área da Pedagogia que citam seu nome.

A coletânea demonstra a partir das escritas das próprias mulheres, suas lutas e interpretações acerca da sociedade russa do século XIX e XX (antes e depois da Revolução Russa).

A relevância da antologia se faz, pois, “ainda hoje, quando se trata de discutir a história e a questão das mulheres russas, os referenciais são, em grande parte, textos assinados por homens, apesar de existir uma vasta bibliografia feminina [...]” (p. 11).

A Revolução Russa, ocorrida em 1917, foi um grande marco para a luta proletária do mundo todo, neste contexto, as trabalhadoras russas se destacaram no processo revolucionário de 1917. Cansadas da exploração nos campos e nas fábricas, do medo da guerra que assolava a Europa, da fome e das condições desumanas de trabalho e de vida, as mulheres se uniram dando início aos movimentos que levaram à Revolução de 1917, onde o lema era “paz, terra e pão”, ou seja, reivindicavam a saída do país da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), reforma agrária e por fim, comida para todos. Com isto, “sem a participação das mulheres, Outubro não poderia ter levado a bandeira vermelha à vitória” (p. 221).

A obra analisada deixa claro como a história do feminismo na Rússia foi algo muito peculiar, se apresentando em diversas perspectivas. Afinal, o

feminismo russo é algo singular? Graziela Schneider Urso consegue evocar diversas interpretações e escritas acerca desta questão, mostrando a pluralidade nas histórias das mulheres russas. “Elas incluem mulheres da aristocracia, de instituições filantrópicas, da intelligentsia, marxistas, das alas liberal, radical etc. – o movimento de mulheres da Rússia se difere das conquistas das mulheres ocidentais dentro do liberalismo, que reivindicavam a igualdade de direitos em relação aos homens, sem propor uma mudança abrupta nos padrões sociais, enquanto na Rússia pré e pós-revolucionária a transmutação do papel e dos costumes impostos à mulher era crucial” (p. 13-14).

O texto *As Combatentes no Dia do Grande Outubro* de Aleksandra Kollontai, líder revolucionária e teórica marxista, anexada à antologia, expõem a participação ativa das mulheres no front, ou seja, no campo de batalha, onde narra que as mulheres não tiveram uma participação secundária na ação revolucionária do proletariado russo, muito pelo contrário. “Para a Grande Revolução de Outubro, quem foram elas? Indivíduos? Não, uma massa, dezenas, centenas de milhares de heroínas anônimas que caminharam lado a lado com o lema dos soviétes, através das ruínas do odioso passado religioso e czarista em direção a um novo futuro” (p. 217).

Após a vitória do proletariado russo sobre o czar, os primeiros anos da então formada União das Repúbli-

cas Socialistas Soviéticas – URSS são marcados por uma forte participação feminina, bem como a instauração de novas leis que ofereciam às mulheres maior autonomia sobre as suas vidas e corpos, como as leis que aprovaram o divórcio, o aborto, a educação sem separação por gêneros, além da participação constante das russas em congressos, protestos e mobilizações, é possível analisar essa politização feminina com os panfletos e atas do Congresso das Operárias e Camponesas, I Congresso de Mulheres de Toda a Rússia e a I Conferência Internacional de Mulheres Comunistas, além dos textos que englobam a questão feminina e sua relação com o Partido Comunista bolchevique.

Segundo Kollontai (p. 195), a participação e luta feminina foi responsável por incentivar e despertar a consciência intelectual e política das mulheres. *A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*, publicada pela editora Boitempo, promove um resgate da mentalidade soviética daquele período, enfatizando a vivência e narrativa feminina, reconstituindo uma parcela da história russa que acabou sendo invisibilizada com o passar dos anos. Estes escritos promovem uma voz às revolucionárias, mostrando que o ‘lugar de mulher’ ultrapassa os limites dos lares, do casamento e da criação dos filhos.

Temas como feminismos, maternidade, luta contra a prostituição, educação, direitos das mulheres, amor livre, casa-

mento, participação política e religião são tratados pela escrita destas intelectuais, apontando soluções para problemas vividos por elas no período retratado.

Esta antologia remonta também a transformação psicológica feminina e a participação ativa das russas na política do país, mostrando que as temáticas narradas nos textos presentes são de tamanha importância e urgência que poderiam ter sido escritas nos dias de hoje, observando os desafios enfrentados pelas mulheres de todos os países em pleno século XXI, entendendo que a organizadora do conteúdo, publica o livro em questão em 2017, ou seja, 100 anos após da Revolução de 1917.

Um exemplo disto é o texto *Deve-se ensinar "coisas de mulher" aos meninos?* de Krúpskaia, onde aborda a separação de tarefas por gênero. Descreve a hipocrisia da sociedade em ignorar a importância da educação masculina para, por exemplo, os afazeres domésticos (p. 89). Esse debate ainda se faz necessário, pois vivemos em uma realidade que ignora a necessidade de mostrar às crianças que um homem não ajuda uma mulher, seja ela mãe ou esposa, nos afazeres domésticos, mas sim, colabora com o cuidado da casa que o mesmo convive, além de ensiná-lo a viver só, sem que uma mulher tenha que cuidá-lo por toda vida. Entendendo que a separação de tarefas por gênero, coloca a mulher em situação de submissão e inferiorização, pois não incentiva que as mulheres possam estar em posições políticas ou intelectuais,

mostrando a elas que devem ser apenas boas esposas, donas de casa e mães.

Com a morte de Vladimir Ilyich Ulianov (1870-1924), mais conhecido como Lenin, e a nomeação de Joseph Stalin ao governo soviético, nota-se que a luta feminina tomou novos rumos. O stalinismo promoveu políticas retrógradas que anularam muitas das conquistas que a Revolução trouxera às mulheres, afastando-as novamente de diversas atividades da sociedade, exemplo disto é a dissolução da ação feminina do Partido em 1929.

Apesar das transformações sociais, culturais e os direitos que acabaram por ser subtraídos com o governo stalinista, a antologia possui como objetivo transpassar a emancipação feminina a partir das reflexões e narrativas das intelectuais revolucionárias no bojo da Revolução Russa, bem como suas conseqüências à sociedade soviética do período, nos fazendo repensar as estruturas sociais e a necessidade de mudanças que transformem nossa realidade, oferecendo a todos e todas uma vida com mais igualdade, liberdade e dignidade, além da importância da consciência às mulheres, fortalecendo os movimentos feministas, criando mulheres cada vez mais politizadas e empoderadas, combatendo a misoginia e todas as formas de violência de gênero existentes.

# LUGAR DE FALA: UMA DISCUSSÃO ESTRUTURAL DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. Coleção Feminismos Plurais, São Paulo: Ed. Pólen, 2019. 111 p.

VIANA, Paula de Carvalho

Djamila Ribeiro nasceu em Santos, em 1980. Mestre em filosofia política pela UNIFESP e colunista da Folha, foi secretária adjunta da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo e hoje, atua como professora convidada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

No seu livro *Lugar de fala*, a filósofa estabelece diálogos entre autoras como Bell Hooks, Grada Kilomba, Audre Lourde, Simone de Beauvoir, Lélia Gonzales, Patricia Hill Collins, entre outras, para trazer à tona o conceito de protagonismo e o uso da narrativa como ferramenta de manutenção de poder. Djamila, antes de nos introduzir ao conceito propriamente dito, tece uma perspectiva histórica do feminismo negro para que o leitor possa compreender, de uma forma mais abrangente, questões relacionadas a grupos historicamente marginalizados, revisitando a história nacional e internacional. A autora defende a ideia de tirar as pautas da invisibilidade e analisá-las com olhar interseccional, para fugir do ideal de universalização, que não considerando diferenças, exclui.

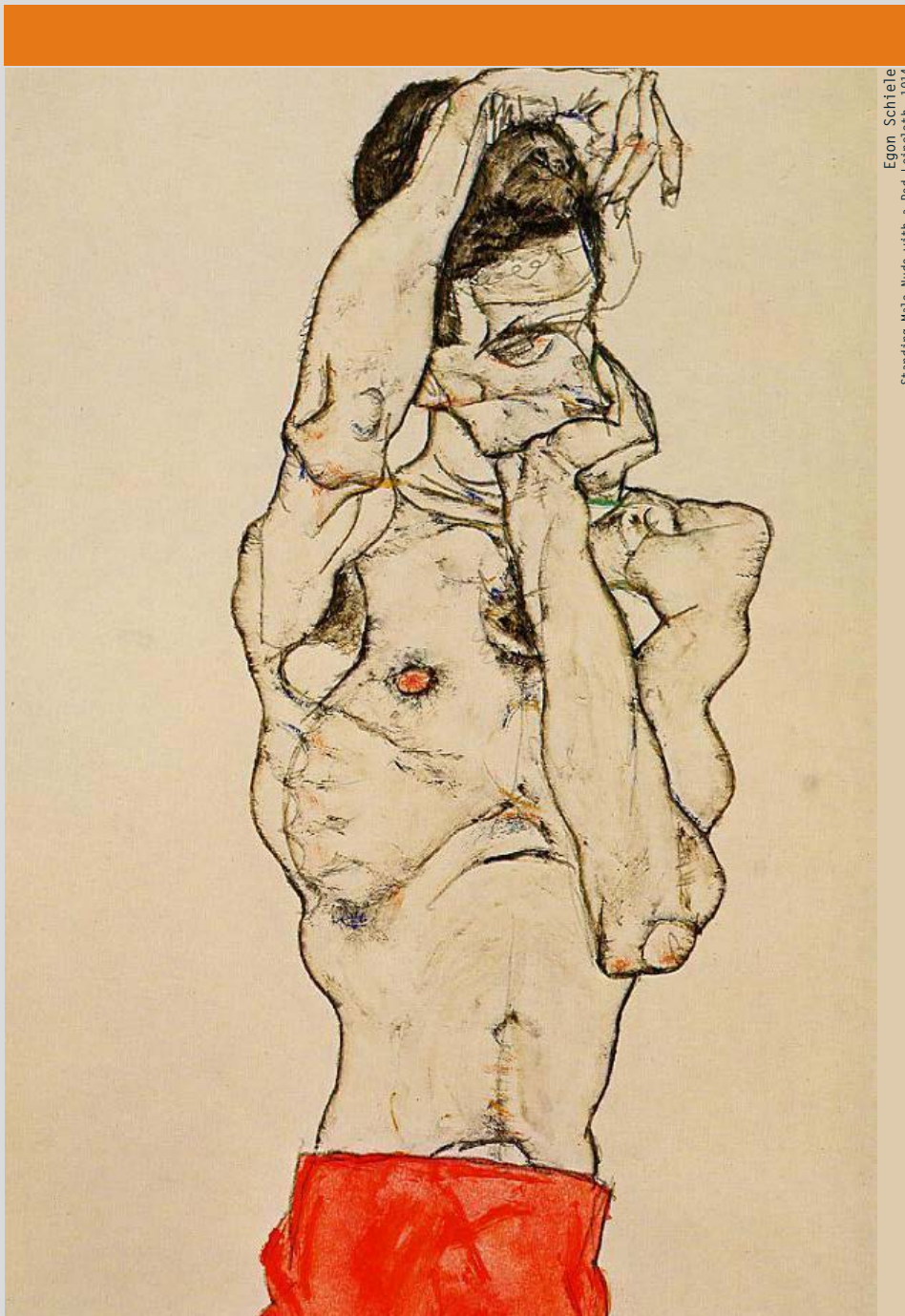
Djamila Ribeiro questiona quem tem direito à voz numa cultura que possui como norma a branquitude, masculinidade e heteronormatividade, propondo o rompimento de uma voz única, objetivan-

do propiciar uma multiplicidade de vozes. Somos conduzidos a uma reflexão feita por Alcoff (2017), onde é evidenciada a necessidade em perceber como o colonialismo reforça as identidades e como não é possível fazer um debate amplo sobre um projeto de sociedade sem enfrentar o modo pelo qual certas identidades são criadas dentro da lógica colonial. O lugar de fala está intimamente ligado à identidade de um grupo, como esse grupo é visto e pensado socialmente. Pensando na história do Brasil, e de como ela é contada pelo ponto de vista do colonizador, criando uma visão eurocêntrica, judaico cristão e machista, é neste sentido em que a autora reflete sobre o lugar de fala dos negros, indígenas, e latinos.

Pensar no lugar de fala seria romper o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper a hierarquia, muitas vezes posta de forma violenta. O livro é um chamado à reflexão, as autoras apresentadas no decorrer da leitura revelam os mais diversos tipos opressões sofridas por diferentes grupos. Pensar lugares de fala seria sim, um movimento de fissura e contra hegemônico a estruturas opressoras, dando voz a quem teve sua humanidade reinvidicada. Não à toa, o livro inicia com a seguinte frase de Lélia Gonzales: “o lixo vai falar, e numa boa”.

Revista do Grupo de  
Pesquisa Ciência, Saúde,  
Gênero e Sentimento -  
CISGES/UNISA/CNPq  
V.1 N.4, abril de 2020

# PLURALISTAS



Egon Schiele  
Standing Male Nude with a Red Loincloth, 1914

